

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Tese de doutorado

Maria Filomena Moreira Semedo

**FORMAÇÃO ACADÊMICA E A OCUPAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS EM  
CABO VERDE:**

**Reconstrução da trajetória dos ministros no período democrático (1991 a 2015)**

PORTO ALEGRE, RS, BRASIL

Março de 2019

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

Maria Filomena Moreira Semedo

**FORMAÇÃO ACADÊMICA E A OCUPAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS EM  
CABO VERDE:**

**Reconstrução da trajetória dos ministros no período democrático (1991 a 2015)**

Tese realizada sob a orientação do Prof. Doutor, Fabiano Engelmann, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Porto Alegre, RS, Brasil

Março de 2019

### CIP - Catalogação na Publicação

Moreira Semedo, Maria Filomena  
FORMAÇÃO ACADÊMICA E A OCUPAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS  
EM CABO VERDE: Reconstrução da trajetória dos  
ministros no período democrático (1991 a 2015) / Maria  
Filomena Moreira Semedo. -- 2019.  
198 f.  
Orientador: Fabiano Engelmann.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Formação acadêmica. 2. Cargos Públicos. 3.  
Ministros. 4. Cabo Verde. I. Engelmann, Fabiano,  
orient. II. Título.

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

Maria Filomena Moreira Semedo

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Banca examinadora

---

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Engelmann (PPG Ciência Política UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Luciana Rodrigues Penna (Escola de Gestão Pública de São Leopoldo)

---

Prof. José Carlos Gomes dos Anjos (PPG Sociologia UFRGS)

---

Prof. Leonardo Granato (PPG Ciência Política UFRGS)

Porto Alegre, RS, Brasil

Março de 2019

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

Dedico esta tese aos meus pais,

Teresa Moreira Tavares e Vergolino Semedo Tavares

## AGRADECIMENTOS

Ao atravessar o oceano parece que as coisas se tornam cada vez mais complicadas, mas diante do futuro incerto, arriscar foi a melhor opção que me apareceu na altura. Hoje tenho gratidão por tudo e por todos que estiveram comigo e que fazem parte desta trajetória às vezes solitária e outras vezes em boas sintonias.

Agradeço aos meus pais, Teresa Moreira Tavares e Vergolino Semedo Tavares, promotores da construção da minha personalidade. Eternamente grata pelo carinho, compreensão e estímulo.

Faço um agradecimento especial aos meus irmãos, que a cada dia me proporcionam incentivos para apostar cada vez mais na formação acadêmica e pessoal. O nosso grupo de conversas no *facebook* “Irmãos Unidos” tem salvado os meus “dias de chuva”. Ali sempre encontrei ânimos para reativar o cérebro e continuar a escrever a tese. Um especial agradecimento à Nilde, irmã que tem sido minha fonte de inspiração.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fabiano Engelmann, a sua atenção comigo durante todo esse período foi perfeita. Minha reverência, à sua personalidade, pelo respeito e cumplicidade. A sua parceria e orientação desde o mestrado até o doutorado. Mais do que um orientador, você se transformou num parceiro acadêmico e amigo sempre presente e disponível: Lembro do seu incentivo comigo para seguir no doutorado, numa altura em que a única coisa que eu queria era ir embora após a defesa da dissertação de mestrado. Lembro do seu otimismo quando eu estava preocupada porque não tinha a certeza de que iria ser aprovada e se fosse, não teria condições para estudar sem bolsa. Lembro da sua frase: “Filomena, faça uma coisa de cada vez, primeiro faz a seleção e depois se preocupa com a bolsa, você consegue”!

Ao programa de fomento à pesquisa CAPES, pela bolsa de estudo concedida. Reconheço que sem a bolsa não seria possível a realização do curso de doutorado. De igual modo, agradeço ao embaixador de Cabo Verde em Portugal, Dr. Eurico Monteiro, pelo auxílio financeiro concedido para a realização de pesquisas de campo. Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, na personalidade do secretário Lucas Greff Dias pela atenção e profissionalismo. Aos demais funcionários e professores do curso de Ciência Política da UFRGS, meu agradecimento especial. Aos colegas do

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

Núcleo de pesquisa em Justiça e Poder Político – NEJUP, pelos debates partilhados e encorajamentos.

Minha gratidão a todas as pessoas que aceitaram colaborar nesta pesquisa através das entrevistas e preenchimento do questionário. A conclusão deste trabalho é graças à vossa aceitação e prontidão. Um especial agradecimento aos professores e amigos que me ajudaram a estabelecer contato com os entrevistados.

Manifesto minha gratidão ao CESA em Lisboa, pela disponibilidade e aceitação de pesquisas nesta renomada instituição. À professora Sónia e a Géssica pela atenção dispensada e em especial à professora Iolanda Évora. Muito agradecida, professora Iolanda, por todo o apoio prestado, por toda sua atenção incansável, pelas indicações de fontes de pesquisas e de leituras, nos quais, posso garantir a sua importância na conclusão do trabalho.

Um especial agradecimento a professora Miriam Steffen Vieira e à toda sua família. A vossa humildade e acolhimento me fizeram sentir parte do vosso maravilhoso lar. Minha reverência a você Miriam, por todo o carinho, atenção e apoio, sobretudo nos momentos mais vulneráveis.

Agradeço ao professor Bruno Reis, pelas motivações e partilha de textos. Sua disponibilidade e prontidão em colaborar comigo neste processo, e, sobretudo, numa fase de “desespero” me fizeram admirar você ainda mais, “grande” e humilde professor. Aos professores Daniel Costa, José Carlos Anjos, Crisanto Barros, Cláudio Furtado e Redy Wilson Lima, por toda a vossa atenção, disponibilidade, conversas e apoio na minha trajetória acadêmica.

Aos tios António e Maria pelo carinho e todo o apoio prestado. Aos primos Patrick, Célio e Hélio pela amizade ao longo deste percurso.

Um agradecimento especial à Riga, pela amizade, cumplicidade e parceria sobretudo nos momentos mais difíceis desta jornada. Meu reconhecimento e gratidão à Anilsa Sofia e Anilda Freire pela amizade e motivações desde o início desta jornada acadêmica. Aos amigos, Neiva e Sérgio pela amizade e momentos de convivência. À minha cunhada Anilda Varela pelo carinho e motivações.

Ao Hélio Barros, pelas motivações e momentos partilhados.

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

*“O período de maior ganho em conhecimento e experiência é o período mais difícil da vida de alguém”.*

Dalai Lama

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a compreensão da influência da formação acadêmica, em particular da formação jurídica, no processo de ocupação de cargos de ministro em Cabo Verde. Propõe a partir da temática “Formação acadêmica e a ocupação de cargos públicos em Cabo Verde”, reconstruir a trajetória dos ministros entre o período de 1991 a 2015. As análises centraram por um lado, nas questões burocráticas do recrutamento, da circulação e da construção de carreiras políticas no governo. Por outro lado, as análises dos percursos acadêmico e profissional dos ministros das cinco legislaturas durante o multipartidarismo, assim como a trajetória familiar no sentido de estabelecer a relação de mobilidade com a posição social das famílias. Recorremos a pesquisas bibliográficas e análise documental para o propósito da fundamentação teórica e a parte empírica da tese desenvolveu-se a partir dos dados recolhidos durante a pesquisa de campo realizada em Cabo Verde que consistiu na realização das entrevistas e aplicação do questionário estruturado. Os resultados deste estudo mostraram que além da formação acadêmica, as relações familiares e partidárias tiveram uma forte influência na trajetória dos ministros e na ocupação dos cargos públicos.

**Palavras-chave:** Formação acadêmica. Cargos públicos. Ministros. Cabo Verde

## ABSTRACT

The aim of this work is to understand the influence of academic training, in particular, legal training, in the process of occupying ministerial positions in Cape Verde. It proposes from the theme "Academic training and the occupation of public positions in Cape Verde", to reconstruct the trajectory of the ministers between the period of 1991-2015. The central points of analysis are based on the problems of recruitment, circulation and the construction of political careers in government. The study analyzes the academic and professional trajectories of the ministers of the five legislatures during the multipartidarism, as well as the family trajectory in order to establish the relationship of these ministers with the social position of the families. The empirical part of the thesis was developed from the data collected during the field research conducted in Cape Verde, which consisted of the interviews and application of the structured questionnaire. We also resorted to bibliographical research and documentary analysis for the theoretical framework. The results of this study showed that in addition to academic training, family and political party relationship had a strong influence on the trajectory of the ministers and occupation of public positions.

**Keywords:** Academic training. Management positions. Ministers. Cape Verde

## ACRÓNIMOS

<b>ADM</b>	Aliança Democrática para Mudança
<b>AC</b>	Administração Colonial
<b>BCV</b>	Banco de Cabo Verde
<b>B.O.</b>	Boletim Oficial
<b>CEJUP</b>	Centro Jurídico do Governo
<b>C.R.C.V</b>	Constituição da República de Cabo Verde
<b>DGES</b>	Direção Geral do Ensino Superior
<b>ENA</b>	Escola Nacional de Administração
<b>GOIP</b>	Gabinete de Orientação e Inserção Profissional da Mulher
<b>ICIEG</b>	Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género
<b>IES</b>	Instituições de Ensino Superior
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INPS</b>	Instituto Nacional de Pensão Social
<b>ISCJS</b>	Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
<b>IUP</b>	União Interparlamentar
<b>UCID</b>	União Cabo-verdiana Independente e Democrática
<b>Uni-CV</b>	Universidade de Cabo Verde
<b>LOPE</b>	Lei da Organização Política do Estado
<b>MpD</b>	Movimento para Democracia
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>OIP</b>	Organização Internacional dos Parlamentares
<b>PAICV</b>	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
<b>PAIGC</b>	Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

<b>PM</b>	Primeiro-Ministro
<b>PR</b>	Presidente da República
<b>PRD</b>	Partido da Renovação Democrática
<b>PSD</b>	Partido da Social Democrática
<b>SE</b>	Secretário de Estado
<b>Uni-Piaget</b>	Universidade Jean Piaget
<b>US</b>	Universidade de Santiago

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura organizativa dos executivos cabo-verdianos de 1991 a 2015: Total de nomeações por mandatos (com repetição dos nomes).....	28
Tabela 2: Síntese dos dados da pesquisa .....	30
Tabela 3: Distribuição das variáveis.....	31
Tabela 4: Classificação das gerações das elites cabo-verdianas por períodos antes da independência nacional.....	66
Tabela 5: Ministérios criados entre 1975-1990 e 1991-1996 em perspectiva comparada .....	75
Tabela 6: Os Primeiros-Ministros de Cabo Verde (de 1990- 2016) e a bi partidarização dos governos .....	77
Tabela 7: Síntese da gênese e evolução da elite em Cabo Verde .....	79
Tabela 8: Cronograma da formação dos governos por período, ministros nomeados e órgão competente.....	81
Tabela 9: Áreas básicas de jurisdição presentes em todos os mandatos .....	81
Tabela 10: Universidades Pública e Privadas em Cabo Verde.....	90
Tabela 11: Institutos Universitários.....	91
Tabela 12: Gênese e desenvolvimento da educação no país em três momentos a partir dos depoimentos dos ministros.....	94
Tabela 13: Caracterização dos cursos de direito nas três instituições do curso de direito: ISCJS, US e PIAGET .....	100
Tabela 14: Atuação dos ministros em áreas diferentes da sua formação acadêmica ...	106
Tabela 15: Porcentagens (%) das mulheres por governo em Cabo Verde .....	120
Tabela 16: Principais associações e Organizações Não-Governamentais criadas e lideradas maioritariamente por mulheres .....	126
Tabela 17: Quadro comparativo da Porcentagem (%) das mulheres no parlamento até 2014 em Cabo Verde com outros países lusófonos.....	127
Tabela 18: Comparativo da porcentagem das mulheres no Governo até 2014 dos países lusófonos.....	127
Tabela 19: Total de mulheres ministras nomeadas por áreas ministeriais (1991-2015) .....	129
Tabela 20: Diferentes características da origem social e regional.....	135

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

Tabela 21: Entrevistados que ocuparam cargos de ministros durante o período de partido único e após a abertura política .....	157
Tabela 22: Profissões mais desempenhadas pelos ascendentes.....	162
Tabela 23: Diferentes formas do acesso à formação jurídica no exterior .....	164
Tabela 24: Elementos que caracterizam o perfil dos ministros em Cabo Verde entre 1991 e 2015 .....	171

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Critérios de nomeação para o cargo de ministro (total de 32 ministros).....	104
Gráfico 2: Distribuição dos ministros por sexo (universo de 80 ministros).....	119
Gráfico 3: Distribuição dos ministros por ilha de nascimento (Total de 31 ministros)	134
Gráfico 4: Porcentagem dos formados por liceu (total de 32 ministros).....	138
Gráfico 5: Nível de instrução dos ministros (total de 25 ministros).....	142
Gráfico 6: Nível de instrução dos pais .....	144
Gráfico 7: Distribuição dos ministros por engajamento político (total de 32 ministros) .....	153
Gráfico 8: Porcentagem dos ministros nas funções de assessor, advocacia, deputado e Secretário de Estado (total de 30 ministros).....	158
Gráfico 9: Distribuição dos ministros por profissão atual.....	161

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
Procedimentos metodológicos.....	25
O trabalho de Campo .....	32
Estrutura da tese .....	36
CAPÍTULO I – ELITES BUROCRÁTICAS E FORMAÇÃO ESCOLAR .....	39
1.1. Problematização dos referenciais teórico-metodológicos .....	39
1.2. O recrutamento e a formação das elites.....	40
1.2.1. Noção de Capital e Campo em Pierre Bourdieu.....	45
1.3. A condição periférica de Cabo Verde e a problemática da importação de modelos no estudo das elites.....	48
1.4. As elites jurídicas e políticas na literatura brasileira como referência de estudo para Cabo Verde .....	52
1.5. Conclusão 1:.....	57
CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO DE CABO VERDE E A HISTÓRIA DE FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO EXECUTIVO CABO-VERDIANO .....	59
2.1. Introdução geral.....	59
2.2. A formação das primeiras elites locais cabo-verdianas.....	61
2.3. A presença da elite política e a formação superior no exterior .....	67
2.4. A proliferação das elites na década de 1990 e a sua relação com a política .....	71
2.5. Contextualização histórica do executivo cabo-verdiano .....	73
2.6. Conclusão 2:.....	78
CAPÍTULO III - GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE .....	82
3.1. Introdução geral .....	82
3.2. A história da origem do ensino superior em Cabo Verde .....	82
3.3. A formação superior no exterior .....	84
3.4. As instituições de ensino superior em Cabo Verde.....	88
3.5. A formação dos bacharéis em direito: Cabo Verde e Brasil em perspectiva comparada	95
3.6. Conclusão 3:.....	101
CAPÍTULO IV: FORMAÇÃO ACADÊMICA E O RECRUTAMENTO DAS ELITES BUROCRÁTICAS: UMA ANÁLISE DA NOMEAÇÃO DOS MINISTROS ENTRE 1991 A 2015.....	103
4.1. Introdução geral .....	103

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

4.2. Critérios de nomeação para cargo de ministro .....	104
4.2.1. A formação acadêmica como fator de recrutamento.....	105
4.2.2. O capital político e as relações de confiança com o ministro de tutela.....	108
4.3. A Circulação das elites políticas no governo .....	110
4.3.1. As relações familiares e o percurso acadêmico.....	113
4.4. Conclusão 4:.....	115
<b>CAPÍTULO V: RECONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA DOS MINISTROS NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1991-2016) EM CABO VERDE: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ENTREVISTAS E VARIÁVEIS DO QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>117</b>
5.1. Introdução .....	117
5.2. Dimensão I: Perfil Social .....	118
5.2.1. A variável sexo.....	118
5.2.2. Mulheres no executivo cabo-verdiano: uma análise histórica de trajetórias .....	124
5.2.3. A presença das mulheres juristas no campo governamental - Ministras juristas ....	129
5.2.4. A origem regional: um elemento para compreender o recrutamento ministerial ....	133
5.3. Dimensão II: Perfil acadêmico.....	136
5.2.5. A singularidade do Liceu Gil Eanes e do Liceu Domingos Ramos .....	137
5.2.6. A internacionalização do ensino universitário .....	139
5.2.7. Trajetória escolar e origem social .....	141
5.4. Dimensão III: Engajamento político-partidário .....	145
5.4.1. A revolução de Cravos em Portugal e sua implicação no percurso político dos ministros em Cabo Verde.....	146
5.4.2. Militância partidária como fator de mobilidade profissional .....	151
5.5. Dimensão IV: Trajetória Profissional.....	156
5.5.1. A relação origem social e profissão .....	162
5.5.2. O engajamento profissional na área jurídica .....	163
5.5.3. A “fraca renovação” das elites políticas nos cargos ministeriais do governo ...	168
5.6. Conclusão 5:.....	170
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>172</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>177</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>189</b>

**Do problema, objetivos, hipóteses, metodologia e estrutura do trabalho**

**INTRODUÇÃO**

Quando se fala do acesso a cargos públicos, uma das preocupações em pauta diz respeito à importância e aos efeitos da escolarização enquanto elemento fundamental e em certas circunstâncias, primordial do recrutamento e da ascensão social. Nas democracias atuais, o crescente uso de títulos universitários se pauta como um dos quesitos básicos da mobilidade, e, da transformação social e política em diferentes realidades.

O debate da qualificação acadêmica tem merecido atenção dos estudos sociológicos que procuram estabelecer a relação entre titulação universitária, ocupação dos cargos e posição social (CORADINI: 2010). Outros autores como Bourdieu e Boltanski (1975) enfatizam análises comparativas do sucesso escolar das “elites” em relação ao mercado de trabalho. A partir das colocações de Bourdieu (1975; 1989) e de Coradini (2010), constata-se o uso do “capital escolar” (BOURDIEU: 1989) como recursos individuais que possibilitam a reconversão social e profissional. Neste sentido, Tolentino (2007) realça a importância de entender como a valorização do tamanho do país é levado em consideração quando se trata da educação para a transformação social.

Os escritos de Bourdieu (1989) enfatizam os usos sociais da titulação enquanto estratégia de legitimação e mobilidade social. O campo escolar constitui um verdadeiro espaço de relações sociais e de lutas individuais ou entre grupos socialmente dominantes. (BOURDIEU: 1980). As complexidades da qualificação universitária e a condição de elite se inscrevem nos debates que, em conformidade com Bourdieu e Boltanski (1975), relaciona com as diferentes formas de inserção no mercado que constitui verdadeiro “campo de poder”, como denomina Bourdieu (1989).

Dentro desta ótica, nos intenta a refletir o problema das relações da titulação acadêmica com a ocupação de cargos públicos a partir de Cabo Verde, enquanto uma configuração histórica “periférica”. A fim de compreender como a qualificação pode

estar relacionada com o recrutamento das elites burocráticas em Cabo Verde, a análise do perfil acadêmico dos ministros é um recurso profícuo utilizada neste trabalho para a compreensão da composição dos governos.

Em Cabo Verde, as literaturas acadêmicas com ênfase na hierarquia das posições sociais, reconhecem o título universitário como fator de transformação social em várias vertentes. Através dos estudos de Furtado (1997), sobre a elite política cabo-verdiana, o investimento na educação é apontado como fator primordial de acesso a posição política e social da maioria dos integrantes da primeira classe dirigente surgida no país pós 1975. Neste sentido, Gomes (2011: 128), sustenta que a educação é considerada como uma das conquistas mais visíveis na sociedade cabo-verdiana, e, enfatiza que, reduzir ou eliminar o analfabetismo tem sido a primeira e talvez a mais importante tarefa dos primeiros governos. O analfabetismo, segundo Gomes (2011: 29) atingia uma parte importante da população sobretudo as mulheres. Entretanto, a promoção da escolaridade veio a influenciar significativamente na transformação social, mas, também no próprio recrutamento do pessoal dirigente para a administração política do país.

Paralelamente aos escritos de Tolentino (2007), a educação tem sido para Cabo Verde um fundamental instrumento de transformação do país ao longo da sua história e em certos casos *“um importante recurso económico quer em termos individuais e pessoais, quer ao nível do próprio país”* (RAMOS, s/d)<sup>1</sup>. Neste contexto, Semedo (2012), na sua tese de doutorado sobre as elites políticas locais em Cabo Verde aferiu-se que, por um lado, o processo de recrutamento das elites políticas locais no geral, é feita preferencialmente entre aqueles que são possidentes de alguns principais recursos como: um diploma universitário, desempenham funções de algum relevo na administração pública e são militantes partidários ou tenham uma trajetória de militância política.

Ao analisar a história de Cabo Verde a partir das pessoas que ocuparam postos engrandecidos sobretudo na administração pública e a nível do governo, verifica-se que hoje o país apresenta uma nova configuração social e política, se comparado com a década de 70 e 80. Esta mudança tem suas raízes históricas que advêm desde a luta pela libertação nacional, o surgimento da primeira “classe dirigente” no país (FURTADO:

---

<sup>1</sup> O fenómeno elitista em Cabo Verde: o papel da educação escolar. Texto sem data (s/d) p 13.

1997) e o momento que culmina com a década de 1990, período em que se estabelece o regime político democrático no país, que ao nosso ver, marca o surgimento de um novo grupo dirigente. Nestes dois contextos singulares, a presença e o papel das pessoas nas lides político-administrativos, mormente no governo, foram cruciais no âmbito da reorganização das ilhas.

Barros (2016) no seu estudo sobre a configuração do Estado nacional cabo-verdiano pós-independência, enfatiza a relação que se constituiu entre a política e a administração pública do país, sobretudo na construção da Segunda República e as profundas mudanças ocorridas. Nestes moldes, segundo ele, uma das mudanças está ligada à não partidarização da Administração Pública (BARROS: 2016) no que tange ao acesso e o desenvolvimento profissional na função pública, sustenta que “*a retirada das prerrogativas políticas do partido sobre o Estado não é em si garantia de despartidarização da burocracia estatal, pelo menos no que diz respeito aos cargos de direção*” (BARROS: 2016: 90). Opinião no qual partimos deste pressuposto para analisar o acesso das pessoas a cargos de ministros a partir da Segunda República.

Hoje, além da forte influência partidária na composição dos governos, o país está marcado pela presença do bipartidarismo e, conseqüentemente, de um grupo restrito de pessoas que assumem as pastas ministeriais em função do partido do governo. Os estudos referenciados anteriormente têm identificado a formação superior como um dos quesitos básicos de transformação social. O capital escolar é analisado por Bourdieu e Passeron (1977) enquanto instrumento de reprodução social.

O processo de formação e de reprodução das elites no mundo tem sido colocado em debate sobretudo os elementos que definem este processo. Observa-se o aparecimento de novas formas de recrutamento e de liderança, a ampliação dos campos de atuação e as diferentes formas de acesso aos cargos de direção. Neste estudo os ministros são entendidos como parte da elite do governo<sup>2</sup> e elite política do país. Elite política no sentido que estão engajados na cúpula governativa, enquanto dirigentes, dos ministérios e exercem uma atividade de natureza política dentro da hierarquia do governo.

---

<sup>2</sup>Entendida por Pareto (2001) como aqueles que participam, notavelmente, de forma direta ou indiretamente na tomada de decisão do governo.

Em termos de engajamento, a ambivalência cabo-verdiana em comparação com outros países da Europa por exemplo onde a divisão é bem clara: elite social, elite política, elite empresarial. Em Cabo Verde este aspeto é ambivalente e homogêneo no sentido de que uma pessoa pode em simultâneo fazer parte de vários grupos de elite.

Relativamente aos estudos sobre “elite” em Cabo Verde, existe um número razoável, principalmente no campo das Ciências Sociais, nos quais podemos destacar os seguintes trabalhos:

A nível de uma elite política, destacamos os trabalhos de Furtado (1997), que analisa a temática de génese e (re) produção da classe dirigente em Cabo Verde após o período da independência. Tendo em consideração a estrutura do poder político cabo-verdiano na altura do regime do partido único (PAIGC/CV), Furtado (1997) analisou o pragmatismo sobretudo no campo político, de modo a compreender a forma da administração e reprodução das relações a nível da estrutura das relações do poder. Procurou neste estudo ver como tem sido a construção e a (re) produção da classe dirigente no Cabo Verde pós-independente.

Além de Furtado (1997), ainda no contexto de estudos sobre as elites políticas, enquadram o trabalho de Fernandes (2006) que trata a questão da formação do Estado-nação com base no papel das elites políticas neste processo enquanto bases históricas. Mais recentemente, as análises de Semedo (2012) que propõe um estudo de caso das elites políticas locais no período de 1991 até 2008 em três localidades específicas: Praia, Santa Catarina e Santo Antão. Este estudo aborda sobretudo as questões de recrutamento, renovação, trajetória e posicionamento dessas elites.

Do ponto de vista da elite intelectual, sublinhamos estudos de Anjos (2003; 2006; 2010) que contribuíram com reflexões sobre os intelectuais e a sua forma de afirmação identitária no país. Nesta mesma senda, o trabalho de Fernandes (2006) enfatiza a importância dos intelectuais no país, a sua aposta na educação pós-secundária como estratégia de encontrar mecanismos técnicos e formais para a administração do país.

Em termos político-administrativos, os trabalhos de Barros (2012) são uma contribuição importante com observações sobre a origem e a formação das elites

político-administrativas cabo-verdianas (de 1975 a 2008). Por outro lado, estudo de Semedo (2015) que analisa o fenómeno da circulação das elites nas Organizações Não-Governamentais em Cabo Verde. Os resultados desta pesquisa mostraram os diferentes movimentos feitos pelas dirigentes das ONGs em diversos espaços de atuação que abarcam tanto as instituições de natureza governamental quanto não-governamental.

Entretanto, partindo desta natureza de análise, uma das motivações deste trabalho reside no fato de que nenhum dos estudos existentes abordou esta questão da influência da formação jurídica na ocupação de cargos de direção, um curso que teve uma forte repercussão no país devido a sua importância indispensável no plano da organização do Estado. Por outro lado, se pode constatar que estes estudos datam os finais da década de 90 e início do ano 2000, salvo os mais recentes trabalhos de Barros (2012) e de Semedo (2012)<sup>3</sup>.

Esta tese analisa a formação acadêmica e a ocupação de cargos públicos observada no âmbito do recrutamento dos ministros num contexto em que o acesso a posições de destaque está condicionado por diversos mecanismos socio-históricos. As complexidades das formas de acesso a cargos públicos, as disputas permanentes envolvendo diferentes atores são questões que impulsionaram reflexões, instigando deste modo a compreensão acerca das relações entre os títulos universitários, a governação e a sociedade de um modo geral. A pesquisa parte de um ponto de vista macro com uma discussão geral da importância da formação acadêmica na condição de “elite” nos moldes das sociedades democráticas. Em seguida, uma análise centrada sobre a realidade cabo-verdiana. Do arcabouço conceitual adotado “elite” é uma das categorias de análise central deste estudo, ou seja, os ministros enquanto objeto de pesquisa são considerados como elites políticas do governo.

Fruto da necessidade de compreender e propor uma reflexão sobre as questões burocráticas no recrutamento da elite política em Cabo Verde, neste caso das elites do governo e de conhecer quem são os nossos representantes a partir de um passado histórico de trajetória sobretudo política, este trabalho debruça sobre a temática da Formação acadêmica e ocupação de cargos públicos em Cabo Verde: Reconstrução da

---

<sup>3</sup> Este compõe o único de entre os trabalhos cujo o período temporal estudado data a década de 1990, período após a abertura democrática.

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

trajetória dos ministros no período democrático. Entretanto, a pesquisa compreende o período entre 1991 (data que marca a abertura política em Cabo Verde) até 2015 (último ano mandatário antes do atual governo), um momento que se verifica o surgimento de uma nova elite e ao mesmo tempo um fechamento a nível das nomeações, ou seja, um grupo restrito de pessoas que fazem parte da elite política nacional compondo os ministérios.

Fala-se da transformação que teve início digamos, a partir da década de 1970, com a independência do país em 1975. Neste período o país mostrava-se carente de pessoas qualificadas para preencherem os cargos de relevo e sobretudo a área jurídica frente a necessidade do estabelecimento de um estado de direito, da manutenção da ordem social e estruturação do estado. Tanto que, uma das principais áreas com investimentos na educação escolar foi a área jurídica, muitos cabo-verdianos apostaram na formação em direito de entre as várias outras áreas de estudo.

Entretanto, dado à inexistência das universidades no país na altura, pelo menos até 2001 (período da instituição da primeira universidade privada) a formação superior dessas pessoas foi no exterior (BARROS: 2012). Neste contexto, partimos do pressuposto de que todos os ministros fizeram seus estudos fora de Cabo Verde. Neste sentido, a motivação em compreender a relação entre a formação acadêmica e o recrutamento para o cargo de ministro a partir de 1991.

A temática em estudo é motivada por duas razões específicas. Primeiro: a curiosidade pessoal em compreender os aspetos burocráticos do recrutamento dos ministros em Cabo Verde, justamente por se tratar de um dos cargos que não se elege por concurso público, mas sim por nomeações. Compreender os mecanismos ou critérios que estão na base da seleção de pessoas para esses cargos tendo em conta a sua natureza de nomeação. Segundo: pela lacuna existente a nível dos estudos sobre os grupos dirigentes em Cabo Verde no que diz respeito ao perfil da elite política cabo-verdiana sobretudo no período democrático. Por isso, o interesse em compreender o percurso académico e profissional dos ministros dentro do arcabouço institucional.

A escolha do período de 1991 a 2015 para trabalhar justifica-se também pela história de formação do executivo cabo-verdiano a partir dos ministros que o compõem.

Partimos do pressuposto de que a trajetória pessoal desses ministros está engajada no processo de construção e funcionamento do executivo cabo-verdiano, que pela história tanto os ministros quanto os próprios antecedentes familiares estão envolvidos neste processo desde o período colonial, na luta pela independência e a consequente democratização na década de 1990. Além disso, a década de 1991 marca o surgimento de um novo grupo de elites.

Como já dizia Putnam (1976), o estudo do recrutamento ministerial situado num período político determinado possibilita a compreensão do cerne da elite política de acordo com as mudanças ocorridas ao longo da história. Estes aspetos tornam ainda mais interessantes sobretudo quando comparados com o passado histórico.

Visto que entre 1975 a 1990 o país viveu sob o auge do partido único, é interessante frisar, por um lado, o estudo situado no período democrático de modo que nos permite ter um número significativo de ministros com diferentes trajetórias que nos permitem uma análise comparativa. Por outro lado, a referência deste período permite compreender as conexões estabelecidas bem como as mudanças ocorridas e estabelecer uma análise comparada com os períodos anteriores.

Por outro lado, Coutinho (2010) desenvolveu um estudo sobre a trajetória dos ministros em Cabo Verde entre o período de 1975 a 1998 com ênfase em algumas variáveis que desenvolvemos neste trabalho como: trajetória profissional, origem regional, sexo, idade, entre outras. Sendo assim, este estudo nos oferece bases para uma possível comparação com o passado entre trajetórias dos ministros em Cabo Verde no período compreendido entre 1975-1980 e 1991-2015.

Ao analisar os trabalhos existentes percebemos que grande parte dos estudos mencionados enfatiza o capital social e económico-familiar presente na trajetória académica e profissional das pessoas que fazem parte do grupo das elites cabo-verdianas, principalmente quando diz respeito ao período colonial e o período logo após a independência do país. Embora essas análises no campo de estudos sobre as elites e o funcionamento das nossas instituições são fundamentais, está de fora ainda uma dimensão importante no agrupamento das elites, que seria a particularidade da formação

acadêmica, mormente da formação jurídica para um contexto como Cabo Verde e a especificidade de uma elite escolarizada como objeto de estudo.

De maneira peculiar, verifica-se que a maioria dos autores mencionados que empenharam seus estudos sobre as elites em Cabo Verde não situaram seus trabalhos a partir do período democrático<sup>4</sup> – Contexto de uma nova dinâmica social e política do país, principalmente em termos do alargamento de espaços de atuação e surgimento de novos grupos dirigentes. Neste sentido, o ineditismo desta tese e a sua originalidade reside, por um lado, no fato de ser um estudo novo para Cabo Verde tanto pelo objeto a que se propõe estudar quanto pelo contexto de estudo.

Portanto, a necessidade de uma análise exploratória sobre a origem das elites políticas e as trajetórias ocupacionais dos ministros de modo a contribuir com análises que permitem compreender as dinâmicas de formação dos governos, a (re) produção das elites, e do próprio funcionamento das instituições democráticas no país. Por outro lado, motiva-se o estudo desta temática para problematizar questões que parecem estar “obscuras” e “encobertas” para a grande parte da população no que se refere aos mecanismos de nomeação do pessoal dirigente.

A importância de observar os pequenos detalhes, ter uma visão microscópica, como diz Gilberto Freire, dá um novo sentido de análise dos fenômenos. Ou seja, podemos enfatizar elementos como sobrenomes (para analisar a relação familiar/grupo doméstico na liderança em Cabo Verde), interesses pessoais, redes de contatos e de relacionamentos, que para uma realidade como a cabo-verdiana é válida na estrutura dos órgãos decisórios.

Sendo assim, o exame dos processos de ocupação de cargos diretivos em Cabo Verde é feito neste estudo a partir de trajetórias familiar, acadêmico-profissional e política das pessoas que foram ministros no período compreendido entre 1991 até 2015. O interesse é por um lado, conhecer o perfil das pessoas que fazem parte do elenco governamental cabo-verdiano e, por outro lado, compreender a influência da acadêmica, em particular da formação jurídica na ocupação de cargos de ministros. De maneira

---

<sup>4</sup> Salvo o trabalho de Semedo (2012) que abordou o seu estudo entre 1991 a 2008 com a temática “as elites políticas locais cabo-verdianas: Recrutamento, reprodução e identidade – estudo de Caso dos municípios da Praia, de Santa Catarina e de Santo Antão: 1991-2008”

geral, está em causa a análise da formação acadêmica dos “antigos ministros”; a sua influência no processo de seleção de pessoas para esses cargos e na construção de suas carreiras profissionais.

Em Cabo Verde, a presença de pessoas nos cargos públicos, num primeiro momento essencialmente de juristas e políticos<sup>5</sup> na sua maioria com formação superior em Direito. Emergiram num contexto que se mostrava a necessidade do Estado em estabelecer a reorganização social e política do país sobretudo no Cabo Verde pós-independente. A literatura mostra a escassez de pessoas qualificadas que só veio a aumentar após a abertura política, conseqüentemente, a ampliação de pessoas assumindo funções públicas.

Neste contexto, o recorte do período entre 1991 e 2015 é pertinente na medida em que marca a ampliação não só de espaços de atuação das elites como do surgimento de novos grupos dirigentes. E é neste contexto de surgimento de uma “nova elite” do governo é que problematizamos as formas de acesso no sentido de discutir como se dá a nomeação dos cargos públicos. Entretanto, este trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: em que medida a formação acadêmica influenciou e/ou influencia na seleção de ministros para a composição dos governos no período democrático (1991-2015) em Cabo Verde?

Trata-se de uma abordagem que enquadra desde a história de formação das primeiras elites jurídicas/políticas em Cabo Verde e de levar em consideração a compreensão das diferentes formas de ocupação que estes angariaram num contexto em que se propunha a reorganização da sociedade. A partir deste ponto inicial, as análises centram-se particularmente nas transformações sociais ocorridas no período democrático no que diz respeito ao recrutamento de pessoas para a composição dos governos bem como os percursos dos mesmos.

Contudo, partimos do pressuposto que para esta compreensão, precisamos *a priori*, entender os fenômenos inerentes ao contexto democrático e a própria dinâmica das elites neste processo. Desse modo, está em causa a análise dos processos de recrutamento das elites bem como o papel que estes desempenham e/ou desempenharam

---

<sup>5</sup> Os políticos em Cabo Verde até o período da Independência eram na sua maioria juristas.

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

no sistema político cabo-verdiano durante este período. Sendo assim, o objetivo deste estudo é compreender em que medida a formação acadêmica influencia na nomeação dos ministros entre 1991 a 2015 em Cabo Verde.

Diante disso, procuramos dissecar sobre cinco (5) objetivos específicos: (1) Examinar qual foi o papel das elites na construção do Estado cabo-verdiano. (2) Compreender a estrutura partidária em Cabo Verde no seu aspeto informal. (3) Analisar em que medida a titulação acadêmica constitui um requisito básico para a ocupação de cargos públicos, em particular dos ministros, em Cabo Verde. (4) Identificar quais os critérios de nomeação para o cargo de ministro e estabelecer a relação causal entre o curso de direito, os procedimentos formais na ocupação de cargos de ministros e o desempenho profissional (nos ministérios). E, (5) Identificar e analisar que uso se faz do Direito em Cabo Verde pelos ministros.

Os referenciais teóricos nacionais e as observações das práticas do quotidiano em Cabo Verde nos levaram a desenvolver as seguintes hipóteses de trabalho:

1. Baseada na ideia de que os critérios de natureza política possuem um elevado grau de influência nas nomeações dos ministros, levantamos a hipótese de que as pessoas apropriam do fator político-partidário para construir suas carreiras políticas e progredirem profissionalmente no Estado.
2. A ocupação de cargos diretivos no governo está diretamente ligada, além da formação acadêmica, a outros fatores como a família e laços de amizade.
3. Dado às necessidades conjunturais no contexto de estabelecimento de um estado de direito democrático, a área jurídica continua prevalecendo como destaque no governo, mesmo com a diversificação das áreas de formação a partir dos anos 2000.

Estes aspetos justificam a necessidade de construir um quadro analítico que compõe a trajetória dos ministros desde a sua origem social familiar. Há que se

considerar, portanto a análise da estrutura das famílias em Cabo Verde e a relação com o percurso dos seus membros.

Em Cabo Verde, além da experiência e domínio de conhecimentos técnicos, a posse do diploma escolar tem sido um elemento comum para as pessoas que vejam o diploma como um meio de se engajar profissionalmente e ser socialmente reconhecido. Ramos (2010) já tinha demonstrado que um dos critérios importantes de recrutamento e da constituição da elite política em Cabo Verde diz respeito à valorização dos recursos humanos e a posse de um diploma universitário.

Tanto a nível dos cargos ocupados por meio de concursos públicos quanto em cargos de nomeação, a presença de pessoas nas lides diretivas tem vindo a aumentar exponencialmente, sobretudo entre os mais jovens. Entretanto, este aumento poderá estar ligado a vários fatores, inclusive à forte aposta na educação universitária no Cabo Verde pós-independente e à expansão de ensino superior desencadeado nos últimos anos. Ao estabelecer uma tríade de relações: conhecimentos técnicos, diploma escolar e ocupação profissional, constata-se que as trajetórias das pessoas estão imbricadas por fatores de natureza estruturais e também pelos recursos adquiridos tanto em condições sociais familiares como a nível escolar e profissional (BOURDIEU & BOLTANSKI: 1998).

São questões que estão associadas com a evolução da sociedade cabo-verdiana, desde os seus primórdios da colonização. Relativamente às condições sociais e a evolução da estrutura das famílias, Silva (2013) argumenta que os modelos de organização familiar em Cabo Verde obedecem diferentes formas a cada período e século vivido. Primeiro, uma estrutura imposta no período escravocrata, no qual o acesso a cargos diretivos era totalmente limitado e discriminado (pretos e brancos, homens e mulheres). Com o fim da escravatura, Silva (2013) demonstra que as formas de organização familiar se estrutura de maneira diferente e diversificada o que permite a distinção em termos de posições sociais, ou seja, *“diz-me qual é a tua posição social na sociedade, dir-te-ei como está organizada a tua família”* (SILVA: 2013: 102).

As bases de relações familiares como forma de organização social e política da sociedade cabo-verdiana são analisadas neste estudo como ponto de partida das trajetórias pessoais dos ministros em estudo. Portanto, a proposta de análise dos

ministros e as suas relações com a posição social das famílias é no sentido de entender e fundamentar as dinâmicas das relações parentais no processo de mobilidade social.

A mobilidade social é uma questão pertinente para compreender as transformações ocorridas desde o período da Administração Colonial (AC) em termos da importância da valorização do capital escolar e social. As mudanças vem sendo aniquiladas no seio das famílias que mantiveram nas suas bases a essência da educação escolar como elemento primordial de mobilidade social. Silva (2013) salienta que a estrutura da Administração Colonial é verificada sob o predomínio da família pequena-burguesia, maioritariamente urbana (de comerciantes e proprietários rurais) que embora são descendentes de uma família patriarcal, se preocupa em transmitir o capital escolar e social para os seus descendentes. São, portanto, estruturas centrais que possibilitam um entendimento das conexões que estabelecem e das redes de relações mantidas durante o trajeto acadêmico e profissional.

Neste sentido, é importante enfatizar as transformações ocorridas em termos da organização da estrutura familiar em Cabo Verde: Inicialmente, no período colonial e pós independência a unidade familiar que se mantinha era extensa, ou seja, como enfatiza Gomes (2011), a sua composição enquadra pais, filhos, avós, tios e tias, primos e primas, entre outros enquadrados dentro da categoria família. A partir da década de 1990, sobretudo nos centros urbanos há presença de uma “família nuclear” (GOMES: 2011; PETRARCA & OLIVEIRA: 2016). Como salienta Gomes (2011) há uma tendência para o aumento de uma família nuclear, nos centros urbanos, no qual fazem parte somente pais e filhos, partilhando do mesmo espaço. Enfatiza ainda que mesmo os dados relativamente a esta questão têm reforçado a diminuição do tamanho médio da família. Com o decorrer do tempo as mudanças sobretudo de índole jurídica foram contemplando e modificando a estrutura social, mas também estava patente uma mudança em termos políticos e sociais.

Petrarca & Oliveira (2016: 151) utilizou a expressão “parentela” para compreender as relações das “famílias de elites” no Brasil. Inicialmente caracterizado como “grande família” (CANDIDO: 1951) que mantém as relações parentais extensa e aberta, assim como em Cabo Verde no período colonial. Neste sentido, Petrarca &

Oliveira (2016) enfatizam que o carácter extenso das relações familiares constitui limitações no entendimento da dinâmica das elites.

As famílias de elites segundo Petrarca & Oliveira (2016) procuravam ampliar as suas redes de relações cada vez mais e conduzir os filhos a ocupar cargos prestigiosos no Estado. Para isso, a formação acadêmica se mostrava uma condição favorável e necessária para o acesso e a manutenção do poder. Nestes termos, a formação escolar além de ser considerada uma das bases “sagrada” no seio das famílias cabo-verdianas, vista como uma das melhores formas de mobilidade social e de transformação, ela esteve presente na base do recrutamento da elite administrativa cabo-verdiana desde os primórdios de construção do Estado. Conforme demonstra Ramos (2010) o governo apostou desde muito cedo na formação dos quadros no exterior e conseqüentemente a sua ocupação de chefia na função pública no país. No entanto, as pessoas letradas tiveram a oportunidade de ingressar na administração pública cabo-verdiana num período de extrema carência sobretudo socioeconômica do país.

No que diz respeito à elite do governo, várias abordagens podem ser estudadas. De entre eles, podemos enfatizar: o recrutamento ministerial, a saída e a permanência dos ministros nos seus cargos podem ser explorados em casos particulares, em um único grupo de elites, assim como a vários grupos. Os autores que se preocuparam em compreender os principais motivos da saída das pessoas nos governos (CAMERLO: 2013; PINTO e ALMEIDA: 2009; DOWDING e DUMONT: 2009) apontaram que, a saída às vezes é dada pelo próprio ministro e em outras situações ocorre o processo de demissão feita por parte do chefe do governo. Portanto, enfatizaram que tanto para a seleção, saída ou permanência dos ministros, o arranjo partidário se mantém como fator determinante destes aspetos.

Ao estudar os ministros de Estado no Brasil e na Argentina após redemocratização, René, Perissinotto e Codato (2017) procuraram identificar as semelhanças e as diferenças entre os dois países no que diz respeito a permanência nos cargos. Os estudos (RENÉ, PERISSINOTTO e CODATO: 2017) têm demonstrado que a escolha dos ministros possui uma origem partidária, apesar de outros estudos considerarem a influência da área de formação como fator central na atribuição dos ministérios (INÁCIO: 2013).

Estudos enfatizam que a formação dos governos é dada mediante as características de cada sistema de governo, ou seja, “em sistemas parlamentaristas que geram governos monopartidários (como no Reino Unido), o gabinete nasce das negociações e das indicações dentro do partido majoritário. Já no caso de presidencialismos de partido único (como na Argentina), cabe ao presidente escolher os nomes que o ajudarão a governar” (RENÉ, PERISSINOTTO e CODATO: 2017: 3).

Já no caso cabo-verdiano, caracterizado pelo sistema semi-presidencial (COSTA, 2001) a nomeação dos ministros é feita pelo Presidente da República (PR) sob a proposta do Primeiro-Ministro (PM) que é o chefe do governo (este é eleito mediante a eleição popular). Portanto, há eleição para o chefe do governo que, por conseguinte, forma a lista de pessoas que compõem a estrutura governamental. após a eleição é apresentada ao PR que os nomeia para os respectivos cargos (Constituição da República de Cabo Verde - CRCV)<sup>6</sup>. Porém, os critérios de seleção dos ministros são da total responsabilidade do Primeiro-Ministro.

O que podemos aferir a partir dos estudos mencionados, é que são vários os elementos que condicionam o recrutamento do pessoal dirigente e depende de cada contexto singular. Embora, existe a possibilidade de combinar todos os elementos apontados como fatores básicos de nomeação.

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa científica em Cabo Verde tem sido uma tarefa bastante difícil para os pesquisadores das Ciências Sociais/Ciência Política. Esta dificuldade pode estar associada a diversos fatores de naturezas várias: a escassez de documentos histórico-bibliográficos, a ausência de base de dados e o precário acesso às informações sobretudo quando dizem respeito aos chamados elites políticas. A falta de organização

---

<sup>6</sup>Artigo 193º (Formação). O Primeiro Ministro é nomeado pelo Presidente da República, ouvidas as forças políticas com assento na Assembleia Nacional e tendo em conta os resultados eleitorais, a existência ou não de força política majoritária e as possibilidades de coligações ou de alianças. 2. Os Ministros e os Secretários de Estado são nomeados pelo Presidente da República sob proposta do Primeiro Ministro.

dos dados e o difícil acesso às informações que existem nos levaram a um árduo trabalho manual na criação de base de dados para o propósito deste trabalho. Embora no processo de recolha de dados e construção da amostra foi necessário a utilização da técnica de pesquisa de caris quantitativa e qualitativa, este estudo apresenta um caráter metodológico qualitativo de análise.

Procedeu-se inicialmente com um estudo prosopográfico<sup>7</sup> e bibliográfico. A necessidade de construir uma base de dados com informações organizadas a respeito do nosso objeto de estudo, foi necessário, *a priori*, realizar uma vasta consulta nos Boletins Oficiais (B.O) do governo. Os levantamentos feitos nos Boletins Oficiais<sup>8</sup> compreendem o período de 1991 até 2015 e com isso a elaboração de uma base de dados nominal deste período (anexo 1). Sentiu-se a falta de uma base de dados com elementos históricos e bibliográficos dos antigos ministros em Cabo Verde. Alguns dados biográficos foram conseguidos na internet<sup>9</sup> e na página oficial do governo.

Para o propósito do aprofundamento bibliográfico, sobretudo pelo interesse em revisar os estudos africanos sobre esta temática, foram consultadas várias fontes de pesquisa, de entre elas: a CLASSCO, a CODESRIA, LES ATELIERS DE LA PENSÉE, Revista SCIELO, Centro de Estudos Sobre África e América Latina (CESA), Revista Política Africana e entre outras fontes. Recorreu-se ainda a publicações e base de dados das várias bibliotecas, a saber: Biblioteca Nacional de Cabo Verde, Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Biblioteca Pic-Bélgica. Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Biblioteca do Direito da UFRGS, Biblioteca do ISEG e a Biblioteca do ISCTE – IUL. Além dessas pesquisas recorreu-se ainda a documentos oficiais e os jornais nacionais como: A Semana; Horizonte; Mantenha; A Nação e Expresso das Ilhas.

Procedeu-se ainda com um questionário estruturado, entrevista semiaberta e conversas informais no sentido de recolher informações pessoais de trajetórias dos

---

<sup>7</sup> A prosografia é utilizada neste trabalho enquanto uma técnica de pesquisa histórica e de análise sociológica.

<sup>8</sup> As consultas nos Boletins Oficiais foram realizadas no Arquivo Histórico Nacional e na biblioteca do Palácio do Governo de Cabo Verde.

<sup>9</sup> Esta foi a partir de pesquisa simples no google, inserindo os nomes dos ministros e coletar as informações que apareciam em várias fontes, a saber: wikipédia, a enciclopédia livre; escavador e currículum Vitae disponibilizado.

ministros que constituem o nosso objeto de estudo. Entretanto, a operacionalização metodológica da tese requereu-se nos seguintes procedimentos:

(1) Elaboração do estado da arte sobre os estudos existentes para o aprofundamento bibliográfico da temática em estudo, e com isso, as discussões teóricas que abordam os conceitos-chave desenvolvidos no decorrer do trabalho. O recurso às pesquisas bibliográficas e site-gráficas foram cruciais tanto para a fundamentação teórica do trabalho quanto para dar suporte ao aspeto prático. Entretanto, nesta etapa o trabalho apresenta um caráter qualitativo.

(2) A construção do objeto de pesquisa: isto implicou em um recorte empírico que permite mapear e enquadrar no tempo e no espaço aquilo que se pretende trabalhar. O universo de estudo incide sobre o executivo cabo-verdiano de 1991 a 2015. Assim, o primeiro momento de pesquisa consistiu num levantamento nominal de todos os ministros do elenco governamental deste período. Este levantamento foi feito sequencialmente dos seis mandatos que constituem este período. Consistiu-se no levantamento nominal dos ministros nos Boletins Oficiais (B.O)<sup>10</sup> do Governo de Cabo Verde e dos dados disponíveis na página oficial do governo<sup>11</sup>.

Resultados: Obteve-se um total de 106 ministros correspondentes a 5 legislaturas conforme descritas na tabela 1. Destes, porém, muitos dos nomes se repetem entre os ministérios e mandatos e um dos ministros já é falecido. Portanto, contou-se com um universo de oitenta (80) ministros para este estudo. Este procedimento consistiu no levantamento nominal, seleção dos nomes que se repetem nas diferentes legislativas e criação de base de dados. Esta seleção foi sobretudo no sentido de ter dados precisos de ministros e, com isso, a criação da amostra.

A tabela 1 apresenta os dados numéricos (foram construídos no *Excel*) sobre os ministros que foram nomeados durante cada mandato do governo em Cabo Verde desde a abertura democrática, portanto de 1991 até 2015. No decorrer do trabalho apresentamos informações referentes ao período de partido único durante a Primeira República, no sentido de estabelecer uma relação contextual de trajetórias a partir de um passado histórico.

---

<sup>10</sup> As referências de cada Boletim consultada serão apresentadas como anexo do trabalho.

<sup>11</sup> [www.gov.cv](http://www.gov.cv) consultada em 20 de Maio de 2016.

**Tabela 1: Estrutura organizativa dos executivos cabo-verdianos de 1991 a 2015:  
Total de nomeações por mandatos (com repetição dos nomes)**

<b>Mandatos</b>	<b>Primeiro-Ministro eleito</b>	<b>Ministros nomeados</b>	<b>Secretários de Estado nomeados</b>
<b>1991-1996</b>	1	<b>21</b>	14
<b>1996-2000</b>	2	<b>23</b>	7
<b>2001-2005</b>	1	<b>15</b>	6
<b>2006-2010</b>	1	<b>24</b>	7
<b>2011-2015</b>	1	<b>23</b>	3
<b>Total</b>	6	<b>106</b>	37

Fonte: Elaboração própria (Dados recolhidos no B.O)

(3) Pesquisa de campo: O trabalho de campo foi realizado na cidade da Praia – Ilha de Santiago/Cabo Verde entre o período de agosto a dezembro de 2017. Esta pesquisa consistiu exclusivamente na realização das entrevistas e aplicação do questionário estruturado. Do levantamento de 106 ministros, conta-se que 1 deles é falecido e alguns nomes se repetem. Daqueles contatos sem repetição obteve-se um total de 80. Destes, foi possível entrar em contato com 73. Neste processo foram utilizadas várias vias de contato, a saber: Por e-mail, por via de *viber*, *whatsapp*, através de contato telefónico e a partir das cartas deixadas nos respetivos locais de trabalho. Em relação a este último, não foi bem-sucedido, pelo fato de que não tivemos nenhum retorno (foram cerca de 15 cartas). Dos 73 contactados, foram entrevistados 33 (anexo 3) e conseguidos 35 questionários preenchidos. Vale ressaltar que além deste total foram entrevistadas mais duas pessoas que exerceram funções de ministro durante o período de partido único<sup>12</sup>.

Resultados: Em termos da formação jurídica, os dados do questionário demonstram que 12 dos 30 inqueridos (aqueles no qual obtivemos respostas) são formados em direito e em instituições renomadas a nível internacional. O que se pode concluir é que mesmo parecendo pouco para este universo, este número de juristas é

<sup>12</sup> As entrevistas com estas duas pessoas foram fundamentais para ajudar a compreender a estrutura e a importância do ensino neste período. Além disso, são duas de entre as pessoas que possuem uma trajetória de vida muito interessante e um percurso bastante frutífero e que ajudam a balizar a compreensão de vários fenómenos no campo da política e, enquanto ministros, a nível do governo compreender as dinâmicas de funcionamento do período que antecede a abertura democrática no país.

bastante considerável e significativo para um contexto como Cabo Verde e, sobretudo numa altura em que toda a formação superior tinha que ser feita no exterior. Pois estudaram em um contexto no qual não havia nenhuma instituição de ensino superior no país. É importante salientar que o ensino do direito no país constitui um momento ainda incipiente tendo em conta a própria história das instituições de ensino superior no país. Entretanto, no processo da realização da pesquisa de campo, optou-se por entrar em contato com todos os ministros possíveis, independentemente da sua área de formação para o propósito da realização das entrevistas e aplicação do questionário.

Além dos ministros foram contactados os coordenadores do curso de direito de três universidades do país que possuem o curso de direito na sua oferta formativa: a Universidade de Santiago (US), a Universidade Jean Piaget (Uni-Piaget) e o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS).

As entrevistas com estas pessoas foram no sentido de recolher informações que dizem respeito ao surgimento e desenvolvimento do curso do direito em Cabo Verde e analisar com profundidade a sua especificidade, situar o contexto do surgimento do curso de direito em cada uma das universidades, procurar saber quem esteve por detrás da sua fundação e todo o contexto de criação. No entanto, foram entrevistados três coordenadores, destes, dois (2) são do ISCJS e um (1) da US.

A realização das entrevistas mostrou-se necessária de modo a adentrar mais nas informações de forma mais detalhada e pormenorizada sobre os ministros no sentido de procurar desenvolver, principalmente em matéria da sua formação académica e a ocupação dos cargos de chefia. Além das entrevistas, utilizou-se no trabalho a técnica da aplicação de um questionário estruturado. Este foi feito tanto para os entrevistados quanto para alguns casos de pessoas residentes em outras ilhas ou fora do país. Destes últimos conseguiu três questionários preenchidos e enviados por e-mail: (1) Cristina Duarte – atualmente residente em África do Sul, Jorge Borges<sup>13</sup> - Residente em São Vicente e Manuel Veiga, residente na Praia. Este último preferiu dar a sua colaboração com preenchimento do questionário por e-mail, negando entrevista.

---

<sup>13</sup> Este prestou sua disponibilidade de entrevista por telefone, mas devido a condições técnicas de rede não foi possível a realização. Acabou enviando as respostas do questionário por email dado que o período no qual tinha previsto para regressar a Praia estaríamos retornando ao Brasil.

**Tabela 2: Síntese dos dados da pesquisa**

	Ministros	Coordenadores
Total Geral (levantamento B.O)	106	—
Total (sem repetição)	80	—
Contatados	73	5
Contatados (sem retorno)	18	2
Não contatados	7	—
Entrevistados	33	3
Questionário aplicado	35	3
Falecido	1	0
Residentes fora de Cabo Verde	8	0

**Fonte:** Elaboração própria

As entrevistas têm a duração média de uma hora e quarenta minutos dependendo do perfil dos entrevistados. No texto, as citações dos excertos das entrevistas são referenciadas por números. O questionário aplicado enquadra algumas variáveis que foram analisadas com relação aos descendentes, como por exemplo questões da origem geográfica/regional, o nível de instrução e a profissão. Estas variáveis foram analisadas em perspectiva comparada no sentido de compreender e estabelecer a relação dos ministros com posição social das famílias.

Uma das questões analisadas deste estudo tem sido a trajetória profissional/profissão atual, as funções desempenhadas na administração pública (averiguar em que instituição trabalha e se pertence ou não ao quadro definitivo da administração pública) e as suas relações com famílias (ascendentes). Ainda foi analisada a questão da militância e simpatia partidária, isto no sentido de ver a ligação e/ou a relação dos ministros com os partidos políticos. Com isso, ligado às suas carreiras, averiguar dos cargos desempenhados aqueles que são de natureza política e cargos de natureza não política.

Foram abordadas neste estudo, as diferentes formas de acesso aos cargos que desempenham, os critérios utilizados na seleção de pessoas para ocupar cargos

**Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)**

diretivos, procurar identificar quais variáveis foram determinantes no processo de ocupação dos cargos de ministros a partir das percepções dos próprios ministros.

**Tabela 3: Distribuição das variáveis**

Dimensões	Variáveis			
<b>I - Perfil Social</b>	1. Identificação	- Sexo	- Estado Civil	- Idade
	2. Origem Geográfica	- Local de nascimento		(Família)
	3. Nível de Instrução	- Curso	Inst. de ensino	(Família)
<b>II - Dimensão socioeconómica</b>	1. Profissão	(Cargos na Adm. Pública)		(Família)
	2. Trajetória profissional			
<b>III - Afinidade e participação política</b>	1. Simpatia partidária		Cargos políticos	Cargos Não políticos
	2. Militância partidária			
<b>IV - Critérios de nomeação</b>	• Competência técnica	• Origem regional	Capital político	
	• Relações de confiança c/ ministro de tutela			(Outros)

**Fonte:** Elaboração própria

(4) A pesquisa centrou ainda numa análise por outros mecanismos como: abordagens por meio de entrevistas informativas. Esta abordagem enquadra uma análise a partir das redes de relacionamentos socialmente constituídas, ou seja, a partir de pessoas que fazem parte do círculo de convivência desses ministros. Pois, são apresentadas com anonimato, conforme foi garantido a confidencialidade das informações no momento da realização das entrevistas. Esta técnica serviu apenas para alguns casos sobretudo as que não foram possíveis aferir nas entrevistas e questionários no sentido de obter mais informações a respeito dos ministros em estudo.

Vale ressaltar que antes de entrar em contato com os ministros para a realização das entrevistas foi feita uma esquematização prévia das informações biográficas e do círculo das suas relações familiares e dos amigos que fazem parte dos seus círculos de

convivência enquanto uma das ferramentas importantes no processo de recolha de informações.

Em suma, as fontes metodológicas de pesquisa foram várias e úteis, pois, é de realçar um árduo trabalho manual na criação de base de dados. Podemos verificar em relação aos ministros, a repetição de muitos deles nos mandatos do partido governante e um aumento tanto do número dos ministros quanto dos ministérios ao longo dos mandatos. Neste estudo foram enquadrados todos os ministérios e se pode constatar algumas alterações nos nomes, por exemplo e vê se que as áreas de jurisdição ministerial predominantes em Cabo Verde são: Política, Social, Econômica e Militar. Deste modo, este estudo permite uma abordagem simultânea do percurso dos ministros, assim como o percurso dos próprios ministérios, o seu funcionamento e alterações ao longo dos anos.

### **O trabalho de Campo**

A pesquisa de campo, mais do que um processo de recolha de dados para a elaboração e conclusão da tese, transformou num autêntico aprendizado e amadurecimento no derivo das dificuldades enfrentadas nos variados níveis. Sou da opinião de que cada vez que um pesquisador vai ao terreno ao encontro com o seu objeto de estudo tem duas opções: amadurecer ou empobrecer psicologicamente. Como enfatiza Graça (2005) na África a experiência do trabalho é um fato único e particular do pesquisador, pois,

“Cada investigador, por mais que prepare a sua permanência no *terreno* com modelos de observação muito bem definidos, não deixa de deparar com um universo sociocultural diferente do seu com o qual tem de criar e manter uma relação de convivência onde interfere um conjunto de fatores imprevisíveis”  
(GRAÇA: 2005: 52).

Embora Cabo Verde seja um país pequeno tanto em termos de densidade populacional quanto a nível da densidade territorial as dificuldades são enormes quando

o assunto é pesquisa científica, mormente quando se trata de estudos relacionados com e/ou voltados para a classe da elite burocrática do país. As dificuldades pelo qual deparamos durante este processo foram de natureza vária. Inicia-se com questões do tipo: Doutorado? Parece ser tão nova! Qual a sua idade?

Em outras circunstâncias deparamos com comportamentos de espanto e admiração (as vezes positivos, outras vezes nem tanto). A dúvida se realmente se tratava de uma pesquisa para a tese de doutorado e em outros casos, pessoas não acreditavam que se trata da minha tese, insinuando que eu só poderia estar a fazer um trabalho a mando de alguém, querendo suas informações pessoais. Tudo isso, mesmo tendo o conhecimento da carta de apresentação/autorização de pesquisa assinada pelo professor orientador e pelo coordenador do curso, com a temática a trabalhar.

Por outro lado, os questionamentos em relação à minha militância partidária e a origem social/familiar. Iniciando por este último, em alguns casos durante a realização das entrevistas fomos confrontadas com questões como: De onde és? Quem são os seus parentes? Tem alguém na sua família que eu conheço? Outras vezes questionam, já entrevistou pessoas do partido tal?

Entretanto, nestas circunstâncias, o que se impressiona é que as barreiras muitas vezes não são vindas dos próprios ministros em estudo, mas em muitos casos pelos intermediários (sobretudo secretários/as) que não fazem chegar ao nosso objeto de estudo o conhecimento do mesmo. Uma outra dificuldade recai sobre a reação de um dos antigos ministros que solicitou mais informações a meu respeito para posteriormente decidir a aceitação ou a recusa de colaborar na pesquisa. Devo ressaltar que este foi contactado por e-mail no qual constava informações pessoais de apresentação e a própria carta de apresentação com o consentimento e assinatura do orientador e do coordenador do curso. Além disso foi ainda contactado a partir da carta deixada no local de trabalho.

Caminho sem volta: Entregar cartas nas instituições onde atualmente trabalham os ex-ministros e aguardar o retorno. Fazemos menção a alguns casos de pessoas contactadas na CV Telecom, na Eletra, no INPS, e no BCV (todas na Praia). É de ressaltar que em nenhum dos casos tivemos retorno. São essas dificuldades que fizeram com que a pesquisa tomasse um outro caminho. Um dos mecanismos utilizados neste

estudo foi a utilização das entrevistas informativas, ou seja, entrar em contato com pessoas próximas no sentido de reter informações a partir de outros informantes, dado ao curto período de tempo para estar no país. De entre outras barreiras é interessante frisar que o estabelecimento dos contatos foi uma das tarefas mais difíceis enfrentadas até conseguir um número considerável de amostra para o estudo. Ciente das dificuldades não foi definido a amostra logo a priori. Conforme descrito anteriormente, após o levantamento de todos os ministros nos Boletins Oficiais, construiu-se uma lista e a seleção dos nomes que repetem entre as legislaturas. Feito isso, a realização das entrevistas é dada a medida em que foram possíveis o contato e a aceitação por parte de entrevistados dependendo das suas disponibilidades.

É importante reconhecer a atenção daqueles que aceitaram colaborar e a boa disposição nas entrevistas. Muitos dos contatos estabelecidos foi por via dos próprios entrevistados que no final nos facultaram o contato dos colegas e conhecidos para o propósito do estudo.

Foram estabelecidos vários contatos, tanto com os residentes no país como com os que atualmente residem fora do país. Destes alguns se prontificaram suas colaborações na pesquisa, inclusive teve um caso singular que aceitou ser entrevistado por via de *viber*, que apesar de a debilidade nas condições de rede internet dificultou a nossa conversa, este acabou por solicitar as questões por e-mail e fez um retorno em forma de texto. Contrário a um outro caso particular, que sugeriu entrevistar com os mais novos, pelo fato de que se considera já velho e pouco capacitado para tal.

Grosso modo, a apreensão do processo de formação e sobretudo de circulação das elites em diferentes espaços da sociedade é muitas vezes difícil em termos metodológicos. Isto porque a olho nu conseguimos aferir vários elementos, observando os espaços ocupados, as relações estabelecidas com várias entidades e de certa forma, se consegue averiguar e acompanhar a trajetória profissional. Porém, neste processo torna-se mais complexo desvendar as relações e os mecanismos utilizados em um quadro analítico sob um ponto de vista teórico e empírico.

A fundamentação metodológica deste trabalho teve uma abrangência de métodos e técnicas de pesquisa com vários procedimentos. Embora poderiam ser desdobrados outros métodos de pesquisa e ter um maior aproveitamento dos dados e aprofundamento

das análises, o resultado é satisfatório e traz consigo algumas contribuições práticas: Primeiro: uma base de dados sistemático e descritivo do perfil dos dirigentes governamentais a partir da década de 1990 em Cabo Verde. Segundo: uma base nominal (em anexo) organizada dos ministros que compõem os governos desde 1991 até 2015. Isto pode servir nas futuras pesquisas a quem se interessar ou apenas como um elemento informativo sistematizado que facilita o trabalho manual.

A preocupação metodológica com um viés comparativo entre a Primeira e Segunda República, embora a Primeira República não constitui o nosso foco de análise, centra-se numa técnica de apreensão das informações mais abrangente da gênese dos ministros no arquipélago, o funcionamento do processo de seleção e assim, delinear as suas trajetórias a partir de um passado construído e influente. As variáveis estudadas foram suficientes para este desenho de pesquisa, embora várias outras particularidades poderão ser enquadradas e ligadas a este estudo, o que poderá suceder em estudos futuros. Variáveis que são importantes para o entendimento da maneira como funcionam as instituições democráticas do país a nível da sua cúpula dirigente.

O uso das entrevistas e do questionário como uma das técnicas básicas desta pesquisa se mostrou imprescindível na apreensão das informações. Estas duas técnicas foram complementares nas suas informações. O questionário com uma forma mais estruturada apresenta informações pontuais e diretas das variáveis questionadas. Já no caso das entrevistas além de complementar informações não salientes no questionário permitiu a ênfase na técnica da observação dos comportamentos e como são abordados cada assunto, uns tratados mais naturalidade e outros em um nível mais sensível.

Em relação às experiências de campo relatadas podemos concluir que se trata de um caso particular, mas que consideramos ser a natureza das dificuldades de vários outros pesquisadores que enfrentam um campo de pesquisa nesse contexto. O que se pode dizer é que as questões sublinhadas permitiram uma reflexão e o reforço da concepção da noção da própria categoria “elite”. E com isso algumas questões eminentes de reflexão: como lidar com a “classe elite” e como lidar com a “classe política” cabo-verdiana? Quais as condições de contato com o grupo de elite política? E, quem tem acesso à elite política em Cabo Verde?

## **Estrutura da tese**

Para o desenvolvimento da tese, este trabalho se opera na seguinte estruturação:

A primeira parte do trabalho constituiu-se no momento introdutório. Trata de analisar o problema de pesquisa a partir das questões centrais como: o surgimento da elite cabo-verdiana, a importância da educação superior, o curso de direito enquanto elemento primordial na reorganização da sociedade, tudo para enquadrar e justificar a escolha e a motivação da temática em estudo. Ao enquadrar o problema de pesquisa, procuramos apresentar a sua relevância social e a sua dupla contribuição (para a Ciência Política e para a sociedade cabo-verdiana) tanto no processo de produção de conhecimentos, quanto na necessidade de compreender a maneira como funcionam as instituições democráticas e as suas possíveis transformações ao longo do tempo. Este entendimento terá um enfoque a partir da problemática do estudo de grupos dirigentes com o mapeamento dos principais conceitos que definem o quadro teórico da tese.

Este capítulo enquadra ainda a operacionalização metodológica do trabalho. *A priori*, esta parte enquadrou na sua descrição os mecanismos e as técnicas de pesquisa utilizadas para o propósito deste estudo. Posteriormente, descrevemos os processos metodológicos pelo qual delineou a pesquisa bem como as dificuldades enfrentadas, sobretudo durante a realização da pesquisa de campo. Por fim, apresenta a forma como está organizada o trabalho.

A segunda parte do trabalho está organizada por capítulos:

No primeiro capítulo intitulado “Elites burocráticas e formação escolar” procuramos delinear sobre os conceitos chaves que conduzem a redação do trabalho a partir do uso da revisão da literatura. Um capítulo teórico que procura situar a problemática de estudo nos referenciais teórico-metodológicos. Aborda os debates proferidos sobre a relação entre a formação acadêmica, campo do poder, recrutamento, formação e circulação das elites. Inicia-se com estudos sobre a formação e recrutamento das elites, posteriormente a ocupação de cargos diretivos em Cabo Verde e a dinâmica das elites e, em sum, procurou abordar os estudos sobre outras realidades como a do Brasil e alguns países da Europa como forma de fazer uma comparação com Cabo Verde.

Os trabalhos de Bourdieu (1996; 2012), Dezalay (1995; 2000), Charle (1994), Coradini (2006) e Engelmann (2004; 2012) são interessantes neste estudo como referências para compreender os debates sobre os conceitos de capital escolar”, “campo”, “internacionalização” e estudos sobre o recrutamento e circulação. As discussões teóricas em torno desses conceitos-chaves são fundamentais durante todo o processo de elaboração da tese visto que são fundamentais para entender a problemática em estudo. Ainda debruça sobre os conceitos de campo jurídico e a formação acadêmica.

No capítulo dois procuramos fazer a contextualização do país em estudo e enfatizar a história de formação e funcionamento do executivo cabo-verdiano. Trata-se da contextualização geográfica, demográfica e histórica do país. Procurou-se enfatizar a questão da origem e reprodução das elites cabo-verdianas e, parafrasear o processo de recrutamento dos mesmos nas principais instâncias do poder bem como o seu papel e influência na construção do Estado cabo-verdiano. Por outro lado, tendo em conta que o trabalho aborda a análise de trajetórias dos antigos ministros, considerou ser importante fazer uma contextualização da história do executivo cabo-verdiano, enquanto espaço de formação e/ou reprodução dos ministros.

O capítulo Três, “o ensino superior em Cabo Verde e a problemática do ensino do direito” - procura-se situar o caso de Cabo Verde no que diz respeito à sua história e experiência de ensino superior. Autores como Anjos (2003; 2010), Barros (2012), Varela (2013), Fernandes (2006) são importantes para discutir a problemática geral do surgimento e da expansão do ensino superior em Cabo Verde e a forma como ocorre, tradicionalmente o recrutamento das “elites” burocráticas. Situamos, a partir dessas discussões a questão específica em estudo que fala sobre a relação entre a formação jurídica e o recrutamento de ministros. É interessante a partir das discussões desses autores acima mencionados (e outros não mencionados) para tratar do caso cabo-verdiano, procurar fazer uma comparação com outros países, nomeadamente o Brasil e Portugal.

Em particular foi analisado neste capítulo, o ensino e o uso social do direito em Cabo Verde. O que se propõe é analisar o curso do direito desde os seus primórdios, a história do surgimento do curso de direito a nível nacional e os primeiros formados no país. Em que circunstâncias o direito constituiu uma necessidade para Cabo Verde?

Como surgiu o curso de direito no país? Quem são/foram as pessoas que estiveram por detrás do surgimento deste curso? Qual a importância do Direito para áreas não jurídicas no governo? Essas são algumas questões que procuramos desenvolver ao longo da tese. Em relação ao uso social do direito, a ideia é a partir da concepção Bourdiana do uso do direito, procurar analisar como as pessoas fazem o uso do direito a nível governamental em Cabo Verde, em que circunstâncias isto se opera.

Já no capítulo quatro se refere ao momento teórico-prático. Pois, analisa questões relacionadas com o universo político cabo-verdiano a partir de uma análise sobre o perfil das pessoas que fazem parte deste universo. Parte-se da temática “a formação acadêmica e o recrutamento das elites burocráticas” para explorar uma análise sobre o recrutamento dos ministros em estudo. Centra-se essencialmente na variável critérios de nomeação para a ocupação deste cargo.

Por último, no capítulo cinco, sustenta a análise e discussão de dados parafraseando a temática em estudo: Reconstrução da trajetória dos ministros entre 1991-2016. A partir dos dados recolhidos apropriamos das discussões teóricas desenvolvidas nos capítulos anteriores para confrontar a temática do recrutamento das pessoas na ocupação de cargos de ministro. Análise dos mecanismos utilizados na ocupação de cargos de poder/direção; os elementos básicos predeterminados e/ou cooptados no recrutamento das pessoas e, analisa o funcionamento das instituições partindo dos elementos caraterísticos identificados. Além disso, procurou reconstruir a trajetória dos ministros tendo em consideração as principais variáveis de análise delineadas no questionário: (1) Perfil social, (2) Perfil académico e profissional, (3) Dimensão socioeconómica, (4) Engajamento político e associativo e, (5) Dimensões de recrutamento, circulação e redes de relacionamento.

Em suma, na terceira parte a tese engendra as considerações finais/conclusões das análises desenvolvidas nos capítulos anteriores e as questões de análises futuras que não foram possíveis desenvolver na tese. E, por fim, apresentamos as referências bibliográficas utilizadas no trabalho e os possíveis anexos dos materiais que foram recolhidos e analisados.

## CAPÍTULO I – ELITES BUROCRÁTICAS E FORMAÇÃO ESCOLAR

### 1.1. Problematização dos referenciais teórico-metodológicos

Para desenvolver o problema de pesquisa que enquadra para a análise, os ministros enquanto operadores jurídicos<sup>14</sup> e políticos e fundamentar a problemática da influência da formação acadêmica e de modo particular, da formação jurídica no processo de ocupação de cargos diretivos, é importante mencionar neste estudo as discussões teóricas sobre os conceitos-chaves, a saber: elites, formação acadêmica, formação jurídica, recrutamento, capital, campo, internacionalização e circulação. Os conceitos abordados nesta discussão constituem as bases teóricas para a compreensão das análises dos próximos capítulos tratados neste trabalho e, no geral como fundamento teórico-metodológico da temática em estudo.

Podemos encontrar nos trabalhos de Pierre Bourdieu (1996; 1989; 2012), um referencial teórico-conceitual para a construção de categorias de análise que partem dos fundamentos sobre os conceitos-chaves deste estudo: “elites”, “espaço escolar” e a noção de “campo” e de capital tratada como característica que eleva o indivíduo à condição de elite. Além destes, as discussões gerais sobre o recrutamento e a formação das elites em Bourdieu.

No âmbito das abordagens que desdobram sobre a educação e elites, mostra-se interessante nessa discussão sociológica, os estudos com discussões gerais da relação entre a formação acadêmica e o recrutamento de elites, e estes com o campo do poder (CHARLE: 1994; BOURDIEU: 1996; 1989 e 2012; ENGELMANN: 2004 e 2012). A nível nacional, importa reforçar os estudos de Furtado (1997), Fernandes (2002), Anjos (2002; 2003; 2010), Coutinho (2004), Batalha (2004), Ramos (2010) e de Barros (2012) como sendo estudos de referências para incorporar e refletir sobre esses conceitos na realidade cabo-verdiana. Paralelamente, os estudos de Badie e Hermet com o conceito de dinâmica órfã no sentido de analisar a condição periférica de Cabo Verde e a ideia de importação de modelos.

---

<sup>14</sup>Na ideia de que se encontram inseridos num espaço onde as suas ações são moldadas por fundamentos que abrangem um ordenamento jurídico e as suas diretrizes se fundamentam numa perspectiva que envolve o direito.

Numa perspectiva de análise sobre a formação jurídica, apropriamos da literatura brasileira, particularmente dos estudos de Engelmann (2004; 2012) e Coradini (2008) como referências para o estudo da relação entre as elites jurídicas e políticas em Cabo Verde. Engelmann (2004; 2012) procura realizar uma sociologia do campo jurídico brasileiro da década de 90. Uma análise que enfatiza a relação entre a diversificação do espaço jurídico no Brasil e a legitimação de definições do direito e analisa ainda, os padrões de estruturação do campo jurídico brasileiro. Por outro lado, os estudos de Coradini (2008) com análises voltadas para grupos dirigentes no Rio Grande do Sul - Brasil. A partir desses referenciais teóricos abordados, o trabalho ganha mais sentido quando aplicado a uma realidade específica, neste caso sobre Cabo Verde como universo de estudo singular. Para tanto, a construção de um marco teórico de análise a partir das referências teóricas estão assentes nos principais tópicos a seguir analisados.

## **1.2. O recrutamento e a formação das elites**

Para iniciar realçamos o caráter polissémico do termo elite e as suas diferentes classificações tipológicas (política, económica, jurídica, etc). No estudo desta natureza várias são as terminologias que podem ser utilizadas para problematizar a temática em estudo. O caráter polissémico na definição terminológica enquadra expressões como “elites”, “classes dirigentes”, “grupos dirigentes”, “classes dominantes”, “grupos dominantes” (CORADINI: 2008; 2016; PETRARCA & OLIVEIRA: 2016).

Embora não constitui o propósito deste trabalho debruçar com profundidade sobre o conceito de “elite<sup>15</sup>”, esta categoria é importante para o estudo sobre grupos dirigentes em Cabo Verde sobretudo quando se trata do seu papel no seu processo de reconstrução do Estado-Nação e a criação das condições para estabelecer uma nova dinâmica política nacional. Uma sociedade que inicialmente era administrada pelos colonizadores, e que posteriormente, veio a ser dirigida e governada exclusivamente

---

<sup>15</sup>Elite diz respeito a uma minoria que governa e dirige a sociedade (BOTTOMORE, 1965; GIDDENS, 1975). Conforme já tinham salientado os clássicos (PARETO: 1968; MICHELS: 2001; MOSCA: 2004), para a sua designação, é um fenómeno segundo a qual a sua presença é necessária para todos os tipos de sociedade.

pelos nacionais, ou seja, os próprios cabo-verdianos tomaram frente nas decisões sobretudo políticas do país para a administração das ilhas.

Neste sentido, em Cabo Verde as questões burocráticas definidas pelas elites sobretudo jurídica e política no sentido de trabalhar no estabelecimento de um Estado de Direito Democrático, dão ênfase na importância das elites enquanto uma categoria de análise nas suas várias dimensões.

Geralmente nas referências de estudos sobre as elites, os autores recorrem à definição clássica de elite para realçar a originalidade do termo a partir dos seus percursores e enfatizar o seu desenvolvimento ao longo dos tempos. Não desvalorizando, nem desmerecendo as referências da visão dos clássicos (PARETO: 1933; MICHELS: 1958; MOSCA: 2004) e a visão pluralista (MILLS: 1968; DAHL: 1958 e 1964; SCHUMPETER: 1961) da teoria das elites, optamos neste trabalho por partir sob um ponto de vista mais próximo daquilo que se tem proposto como problema de estudo atualmente. Como ressaltam Trivelin, Bajoit e Dasseto (2003) à medida que surge novos pensamentos sociológicos e à medida que a sociedade evolui, o termo elite sofre alteração na sua definição.

Numa abordagem recente feita por Petrarca & Oliveira (2016), elite trata-se de um grupo de indivíduos que ocupam posições destacadas e/ou privilegiadas dentro da hierarquia social e atuam na definição e distribuição de recursos em diferentes espaços sociais. Na mesma lógica, Coradini (2016) por seu lado sustenta que a formação de uma determinada elite depende da sua boa posição decorrente da divisão social do trabalho, ou seja, segundo ele, as “elites” tendem a ser definidas como qualquer categoria que se encontra em posição de comando dentro da sociedade.

Optamos neste trabalho por partir das abordagens que apresentam um objeto de estudo muito mais diversificado e abrangente (BOURDIEU: 1984; SAPIRO: 2004; CHARLE: 1994 e 2006; CODATO & PERISSINOTO: 2008; CORADINI: 2016). Trata-se de questões centrais que estão imbricadas nas diferentes esferas sociais de capital, do poder e de dominação (CORADINI, 2016: 133), a saber: questões de origem, recrutamento, circulação e reprodução. Como salienta Coradini (2016) compreender essas estruturas implica obrigatoriamente estudar as práticas e os próprios grupos dirigentes a partir das suas ações.

As características apresentadas ao “grupo de elites” no geral tendem a se centrar como sendo: minoria, organizada, dominante e privilegiada (MILLS: 1968; CORADINI: 2016). Porém, nos estudos de elites, é arriscado universalizar a conceptualização de “elite” de modo que cada sociedade apresenta contexto singular e o processo histórico diferenciado da sua construção e transformação e da própria gênese das elites. Visto como sendo um fenómeno natural e funcional (CORADINI: 2016: 136), existem particularidades que podem ser estudadas em seus contextos singulares.

A formação das elites constitui uma forma de diferenciação social que se constrói em contextos históricos diferentes em cada sociedade (FARMENR: 1999). No processo de formação das elites de maneira global, estão as grandes escolas que surgiram enquanto instrumentos de reprodução social das elites. De entre elas podemos destacar: (1) École Nationale d'Administration (ENA) e Politécniqne como das mais antigas e prestigiosas escolas francesas; (2) as grandes escolas na Inglaterra, Oxbridge (Oxford e Cambridge); (3) na Alemanha, a Germany Jurismonopol; (4) no Japão se destaca a Tokyo University e, nos Estados Unidos da América a Ivy Leagues.

Na França, a formação da elite centrou sobretudo nas grandes escolas que se constituem como fonte de treinamento das elites baseadas em selecionar os melhores alunos para competições universitárias. Ou seja, os melhores alunos selecionados se competem entre si para o acesso às universidades e, posteriormente, o acesso a altos cargos de prestígio social. Entretanto, as grandes escolas são a origem dessas elites. São criadas além das universidades as escolas de especialização (FLORENT: 2009/2010: 7).

Segundo Florent (2009/2010: 6) a grande escola francesa possui uma autonomia educacional e meios pessoais que lhe permite nomear seus alunos através da competição que está sujeita a uma publicação oficial ou privada em nível nacional. A partir do recrutamento dos alunos serão fornecidos um treinamento ou, em outras palavras, uma formação orientada para uma profissão de alto nível. Uma nova geração de elites foi formada com o surgimento de novas escolas normais e politécnicos como é o caso da Escola Nacional de Administração (ENA) e os Institutos de Estudos Políticos (Science Po) que substituíram as antigas escolas de comércio (SULEIMAN: 1979).

Em suma, para entender o processo de estratificação social contemporânea, esses estudos mencionados fazem uma análise comparativa de diferentes tipos de formação da

elite que permitem compreender essas realidades e estabelecer uma análise comparativa com outras realidades: primeiro, o modelo francês, em que apresenta uma elite homogênea com uma forte circulação nas posições em que lideram. Este recrutamento é dado sobretudo num espaço acadêmico (para o caso francês – nas grandes escolas) e é aferido que são as mesmas pessoas que no desenrolar da sua carreira circulam e ocupam esses espaços.

Os estudos (BIRNBAUN: 1975; SULEIMAN: 1976) tem demonstrado que a elite francesa é composta preferencialmente a partir de um recrutamento das camadas sociais favorecidas. De acordo com estes estudos, o acesso à posição de elite está inerente à acumulação de recursos materiais e simbólicos e do capital escolar dos indivíduos que em sua maioria possuem uma ligação familiar com forte influência cultural e econômica, o que contribui para o acesso a posição de elite.

Num segundo momento, Birnbaun (1975) e Suleiman (1976) abordaram o modelo britânico, que diferentemente do caso francês, apresenta um recrutamento basicamente homogêneo, mas com uma circulação limitada nos diferentes espaços. Os estudos desses autores permitem ver que a formação dessa elite é verificada sobretudo nas instituições de ensino militar, nas escolas públicas e entre outros setores da sociedade. Em terceiro lugar, apresenta-se um modelo alemão. Para este modelo, o recrutamento da elite se dá de maneira diferente ao modelo francês e do modelo britânico, na medida em que o recrutamento da elite no modelo alemão se dá de maneira heterogênea e apresenta uma forte limitação quando se trata em circulação das elites nos diferentes espaços.

De modo geral, ao caracterizar o perfil social da elite francesa estes autores (BIRBAUN: 1975 e SULEIMAN: 1976) aferiram que se trata de um recrutamento feito nos meios sociais mais favorecidos. Em contrapartida, o estudo de Barros (2012: 35) sobre o perfil da elite administrativa cabo-verdiana aponta para um recrutamento feito não apenas nos meios sociais mais favorecidos, pois, enfatiza a ascensão de pessoas que pertencem às classes sociais mais baixas, ou seja, de pessoas pobres que conseguiram ocupar postos engrandecidos dentro da sociedade.

Os estudos de Florent (2009/2010: 6) sobre o modelo francês, e de Birnbaun (1975) & Suleiman (1976) sobre o modelo britânico no que diz respeito ao recrutamento

e circulação das elites nos permitem estabelecer uma análise comparativa com a realidade cabo-verdiana em termos de seleção e circulação dos ministros. Aferimos a este respeito que o caso cabo-verdiano se aproxima mais ao modelo francês. Trata-se de uma elite homogênea essencialmente masculinizada e com uma forte circulação nas posições que lideram.

Relativamente aos cargos executivos do governo cabo-verdiano, enfatizamos aqui a hipótese de que o recrutamento é feito nas classes sociais adversas tendo em conta a origem social familiar e é permeada, além do capital escolar, por outros mecanismos políticos. Este se relaciona ao reforço das relações interpessoais que se estabelecem, que conseqüentemente acaba por reforçar não apenas o capital social e cultural, mas também o capital político das pessoas. A importância desses diferentes tipos de capitais (essencialmente social e escolar) possui uma tradição histórica na dinâmica das elites no espaço social cabo-verdiano.

Os estudos sobre o acesso à condição de elite e de relações das trajetórias das elites adquiriram uma importância considerável nas ciências sociais. São fenômenos recorrentes da formação histórico-social de cada país que passaram a ser questionadas como forma de compreender e tentar uma explicação sociológica das diferentes categorias de análise. São questões como o recrutamento e a circulação das elites nos diversos espaços. Entretanto, o estudo sobre o recrutamento das elites além de ser importante para entender os mecanismos de acesso ao poder fornece mecanismos que reforçam a compreensão do próprio funcionamento das instituições democráticas. Independentemente da natureza ou do grau de circulação bem como a forma como são recrutados, a sua presença em todos os setores de atividade é inevitável, como já demonstraram os clássicos.

Pierre Bourdieu aferiu claramente que no processo de circulação das elites, é fundamental analisar a questão da posição que elas ocupam na estrutura social. Segundo ele, a posição social de uma elite é determinada consoante a posse de determinados tipos de capitais (econômico, cultural, social, etc.) que se encontram inseridos nos diferentes campos de poder. Entretanto, para avaliar a posição das elites dentro de um determinado campo de poder é importante levar em consideração três dimensões fundamentais de maneira interligada: (1) a sua distribuição a partir do volume do capital

que cada agente possui num determinado espaço; (2) analisar o peso relativo dos capitais que este possui e as suas relações a nível global. Neste caso deve levar em consideração sobretudo as relações entre os capitais econômicos e culturais) e, (3) a estrutura desses capitais, perceptível na reconstrução das trajetórias dos agentes no campo (BOURDIEU: 1974; 1989; 2002).

A reconversão das elites e a circulação é analisada como consequência de uma estratégia de reverter o capital em função da sua valorização no campo social (BOURDIEU, 1992). Num outro estudo, Bourdieu (2012) sustenta a existência de duas formas de reverter o capital:

(1) uma reconversão estratégica vertical no qual a circulação é dada dentro do mesmo campo (político, econômico, cultural, social) com o aumento do volume de capital no campo onde está inserido.

(2) uma reconversão transversal, em que ocorre sobretudo com a circulação de um campo para outro. Neste último, se pode constatar no caso dos ministros em estudo que tiveram essas mudanças no decorrer das duas carreiras políticas. Circulam nos cargos de natureza diferente devido a posse de diferentes tipos de capitais.

### **1.2.1. Noção de Capital e Campo em Pierre Bourdieu**

Das abordagens feitas acima, convém abrir um espaço para situar as concepções de Bourdieu referentes a dois conceitos chaves de análise neste estudo: os conceitos de Campo e de Capital.

Para explicar as relações entre os indivíduos e com isso, o funcionamento da sociedade, Bourdieu (2012) desenvolveu a ideia de capital que segundo ele se manifesta principalmente num ambiente escolar. O conceito de capital em Bourdieu (1989) está dividido em três tipos: cultural, econômico e social, e cada um se apresenta e manifesta nas relações interpessoais de diferentes maneiras. Ele enfatiza que, a construção do capital cultural no campo escolar está relacionada ao uso de diplomas para legitimar a competência do indivíduo no campo escolar. O capital econômico está relacionado aos

bens materiais que o indivíduo possui e a condição financeira que lhe dá acesso a determinados ambientes e acesso às determinadas escolas. O capital social, por seu lado tem a ver com as relações sociais que se estabelecem entre indivíduos e/ou entre grupos de indivíduos.

Em Pierre Bourdieu, essa ideia de capital cultural se manifesta no indivíduo de três maneiras diferentes e interligadas: No estado incorporado, a maior parte das suas propriedades pode inferir-se do fato de que em seu estado fundamental está ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação. No estado objetivado ele detém um certo número de propriedades que se definem apenas em sua relação com o capital cultural em sua forma incorporada. Já no estado institucionalizado a objetivação do mesmo sob a forma do diploma é um dos modos de neutralizar certas propriedades divididas, ao fato de que, estando incorporado, ele tem os mesmos limites biológicos de seu suporte (BOURDIEU: 2012: 77).

Ligado a estas formas em que se manifesta o capital cultural no campo escolar, Bourdieu (2012) enfatiza a importância de analisar a partir deste capital as desigualdades que existem entre as diferentes classes sociais tendo em conta o desempenho e o sucesso escolar do indivíduo.

No espaço acadêmico, a escola é tomada como um agente de mobilização social, e segundo Bourdieu (2012), ela não passa de ser uma conservadora, na medida em que faz prevalecer diferentes padrões e hábitos pré-estabelecidos que, ao final ao cabo acaba por demonstrar uma verdadeira reprodução social ao longo dos tempos. Nesta lenda, incorpora um certo chamado violência simbólica ao se tentar impor certas práticas e modelos anteriormente instituídos. Cada família transmite aos filhos, por vias indiretas, um certo tipo de capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspetos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar, e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (BOURDIEU: 2012: 42).

Nesta linha de raciocínio sobre o papel das escolas, Dubet (2008) chama atenção para uma questão interessante no ambiente escolar, que seria o papel da escola enquanto uma entidade integradora, livre de qualquer discriminação, isto é, a escola com a função

de integrar todos os alunos independentemente da sua origem ou classe social. Ou seja, a escola como uma entidade que promova a inclusão social. A realidade das escolas precisa se aproximar com as realidades familiares e saber aceitar e promover a aceitação das adversidades sociais dos alunos.

O capital social proposto por Bourdieu (1989) está ligado às relações sociais estabelecidas que começa desde uma educação básica no seio da família até os espaços mais genéricos da sociedade como a escola. Segundo Campenhout (2007), ela está inerente à educação que se constrói no seio das famílias e, paralelamente, nas escolas. Os indivíduos absorvem certos recursos familiares e acadêmicos e a partir desses espaços educativos e de sociabilidade criam condições básicas que lhes permitem a apropriação de títulos que são academicamente consagrados e socialmente prestigiados sobretudo no Estado. Ademais, esses espaços no Estado constituem o verdadeiro campo de relações (BOURDIEU: 2001) que além de constituir uma das diferentes formas de formas estabelecer redes de contatos, trabalham em garantir a confiança política a partir do desempenho profissional.

A diferenciação no ambiente escolar está ligada com as condições familiares de cada pessoa. Nas suas análises sobre o acesso às universidades na França, Bourdieu demonstra as diferenciações existentes dentro do ambiente escolar. A chance de um jovem ter acesso às universidades se difere do outro na medida em que a sua condição de filho é diferente com o outro, ou seja, as condições económicas das famílias são diferentes. Isto demonstra claramente as diferenças entre as classes sociais. A título de exemplo mostra que o filho de um assalariado agrícola possui chances quarenta vezes maior do que de um filho de um operário. No entanto, as condições familiares se diferem uma das outras, conseqüentemente os recursos transmitidos por um filho de uma determinada família é diferente daquilo que é transmitido por outra estrutura familiar em situações distintas, sobretudo nas bases económicas (BOURDIEU: 2012: 41).

Embora na maioria dos casos são os grupos mais favorecidos que se sobressaem é interessante ver que mesmo no interior das classes desfavorecidas pessoas ou grupos se sobrepõe em algumas condições. Em certas circunstâncias, dentro da categoria de classes populares existem aqueles que se sobrepõem tendo em conta o tamanho e o nível de seu capital cultural global (BOURDIEU: 2012: 43).

Dentro dessa categoria de análise de Bourdieu (1989; 2012) sobre as formas de acesso a posições de elite, particularmente nas classes mais desfavorecidas é interessante para situar a realidade cabo-verdiana a partir de uma relação analítica em conformidade com as interpretações de Barros (2012) sobre as elites político-administrativas em Cabo Verde. Neste sentido, Barros (2012) considera que além da existência de uma forte influência do capital econômico das famílias no acesso dos filhos ao ensino superior, existe a ascensão de pessoas oriundas de classes sociais “pobres” que se conseguiram sobressair no seio da sociedade, tiveram acesso às universidades e, posteriormente a cargos de maior relevo socialmente prestigiado.

Dentro da hierarquia das posições sociais estão presentes importantes variáveis que o caracterizam. São de fato essas variáveis que influenciam na ocorrência dos movimentos existentes entre as elites como concorrência para ocupar posições de destaque. Em Cabo Verde, os títulos universitários têm bastante peso no processo de recrutamento e reprodução das elites (SEMEDO: 2015: 30) que em função daquilo que é proposto por estudos sobre o título acadêmico (BARROS: 2012; BOURDIEU: 1996; ENGELMANN: 2004; CORADINI: 2007) constitui uma das formas de se consagrar elite (CORADINI: 2005) através do capital cultural na qual é possidente. No presente estudo busca-se estabelecer não só como a posse do capital escolar é estabelecido ou determina a posição social do indivíduo, mas também identificar, de antemão quem é possuidor desse capital, a forma como adquiriu e em que condições e contextos históricos.

### **1.3. A condição periférica de Cabo Verde e a problemática da importação de modelos no estudo das elites**

Como sustenta Bakary apud Cardoso (2012: 8), o estudo das elites é tomado como uma condição necessária na dinâmica do funcionamento da sociedade de forma a compreender os processos de hierarquização social, política e econômica de um país, mormente do próprio processo da formação do Estado. A sua especificidade se encontra ligada à problemática daquilo que é estudado temporal e espacialmente dependendo das demandas que cada realidade se propõe como necessário e prioritário. No entanto, para

compreender o estudo das elites em Cabo Verde, este deve ser tomado em um contexto histórico específico.

Semedo (2012) ao citar Serrano (1981) demonstra que a nível de estudos sobre as elites africanas, existe uma crítica direcionada a visão etnocêntrica do estudo das elites a partir de uma perspectiva europeia. Na perspectiva dele “*essa visão tende a diminuir o papel das elites tradicionais e a atribuir uma maior importância à elite formada na Europa*” (SEMEDO: 2012: 24). E acrescenta ainda, “*essa elite caracteriza-se por uma formação intelectual do tipo ocidental, com um nível bem modesto até a Segunda Guerra Mundial. Num primeiro momento, valoriza a sua nova educação e, por razões diversas, distâncias e das culturas africanas, mas a elas retorna, para as adotar como armas do seu combate*” (SEMEDO: 2012: 25).

O trabalho de Cardoso (2012), demonstra que grande parte das pessoas que estudam a África tem como objeto de estudo uma elite instruída. A educação escolar e universitária em si tem sido elemento característico presente na trajetória de pessoas que ascenderam a posições de elite. Uma formação superior que para Cabo Verde está internacionalizada e enraizada nas instituições de ensino exteriores.

A dinâmica das elites no espaço social nacional é na sua maioria munidos de “estratégias internacionais” (DEZALAY & MADSEN: 2013) tanto na formação das elites quanto na efetividade das suas funções num determinado espaço. A internacionalização das elites está relacionada aos espaços escolares que constitui um grande aporte das suas (re)produções, e as estratégias internacionais são importantes na recomposição dessas elites, como analisa Engelmann (2012).

Recorrentes na cena das relações estabelecidas entre o nacional e o internacional, uma das questões em pauta diz respeito à internacionalização das elites, particularmente das relações estabelecidas pelos ministros em Cabo Verde. E neste processo é interessante mencionar a importância de estudos sobre a circulação das elites e destacar o “uso das estratégias internacionais” (DEZALAY & MADSEN: 2013) como uma via explicativa da reprodução e circulação das elites.

O processo de internacionalização das elites situa num espaço que para o seu efeito é composto por diferentes formas e estratégias utilizadas pelos agentes sociais que compõem os múltiplos espaços (DEZALAY & MADSEN: 2013). As elites se

concorrem entre si para a ocupação de cargos e construção das suas carreiras. Para entender e explicar as suas relações bem como os comportamentos na presença de forte concorrência, Bourdieu (1992) faz uma análise do “jogo” para demonstrar como o êxito dessas carreiras está relacionada aos recursos familiares, especialmente em termos de capital social e capital relacional, também denominadas por “redes de relacionamentos” conforme nos diz Coutinho & Anjos (2010).

Em relação à Cabo Verde, a hipótese que se cria é a de que por ser um país “pequeno” em que as pessoas se cruzam e facilmente criam laços de amizade, existe alta probabilidade deste fenómeno influenciar na ocupação de cargos, principalmente nos casos em que as pessoas são convidadas para desempenhar determinados cargos públicos. Ou seja, refere-se à ocupação dos cargos que não é dada através de concursos públicos, mas sim por nomeações, no qual partimos do pressuposto de que esta é feita dada a um conjunto de fatores pré-definidos ou não, podendo envolver as relações de confiança e o capital relacional.

Entretanto, os recursos possuídos dentro de um determinado campo são utilizados como estratégia de reconversão do capital possidente. Sendo assim, a posição social do indivíduo é dada mediante o nível de seu capital global (BOURDIEU: 2012: 43). Neste sentido, a institucionalização das carreiras políticas (ENGELMANN: 2006) se pauta como resultado das estratégias internamente mobilizadas.

Face às disputas existentes no seio das posições ideológicas diferentes, tem-se notado a “importação de modelos” (BADIE e HERMET: 1993) nas diferentes áreas de pesquisa, ou seja, a utilização dos conceitos inseridos no campo das Ciências Sociais para as práticas jurídicas no estudo da sociologia do direito (ENGELMANN & MADEIRA: 2013: 186). A título de exemplo, Engelman (2006), sustenta que a utilização destes conceitos no Brasil se fundou essencialmente no seio dos cursos de pós-graduação, que em parte procuraram abarcar as temáticas sociais para se tratar nos espaços judiciais. Dezalay et al. (1989) ao analisar o espaço jurídico americano sustenta que os debates que se concentraram dentro deste espaço para a sua legitimação enquadram grupos que se formaram no interior do Estado. Estes grupos acabam por criar tenções entre si na disputa pela posição social privilegiada.

A administração do Estado está centrada nos princípios burocráticos que para o seu funcionamento põe em causa o comportamento e as ações das elites no que se refere a tomada de decisões. Segundo Benites (2004), a burocracia diz respeito a um conjunto de atividades ligados a administração do Estado que enquadra o indivíduo dentro de um sistema normativo-legal. Inscrita no tipo ideal proposto por Weber (2001), a história da burocracia insere-se numa dimensão das práticas no espaço do Estado. Essas práticas resultam em tensões entre os indivíduos na disputa de distintos discursos e lógicas dentro do Estado (BOURDIEU: 1992).

Numa abordagem virada para o presente, o entendimento das tensões está ligado às diferentes lógicas de racionalidades que dizem respeito à importação de modelos políticos e a forma como as elites se produzem em diferentes condições no campo seja dentro ou fora do Estado (BADIE e HERMET: 1993). A compreensão da forma como a elite burocrática utiliza o capital escolar e cultural como mecanismos de ascensão social (FURTADO: 1997) é fundamental na análise da dinâmica dos “Estados periféricos” (BADIE e HERMET: 1993) como é o caso de Cabo Verde.

A dinâmica dos Estados periféricos, ligada às práticas governamentais, é analisada como produto da história social e política desses estados que importam os modelos institucionais dos países do centro (BADIE e HERMET: 1993; BENITES: 2004). Os modelos importados no momento do desempenho de funções administrativas do Estado advêm das práticas escolares e do sistema de ensino amplamente incorporado pelas elites. Cardoso (2016) demonstra que as estruturas administrativas implantadas no período pós-colonial em Cabo Verde, particularmente a estrutura judicial, não passou de uma assimilação das estruturas do colonizador. Portanto, as relações de Cabo Verde (periferia) e Portugal (centro) enquanto reprodutor dos modelos portugueses desde as estruturas institucionais até às práticas da forma como funcionam.

#### **1.4. As elites jurídicas e políticas na literatura brasileira como referência de estudo para Cabo Verde**

A burocracia do Estado predispõe de aparelhos administrativos que trabalham da organização e administração da sociedade. A ação burocrática ligada a atividade humana nas suas formas de organização e orientação de convivência social está ligada aos mecanismos formais para o ordenamento jurídico que normaliza o comportamento humano. O espaço jurídico enquanto um campo de ordenamento das leis e de hierarquização profissional das elites apresenta-se também como um espaço de luta e de concorrência entre as elites pelo monopólio nos cargos de renome e de prestígio social.

Bourdieu enquanto precursor da teoria de campo, desenvolveu estudos que enquadra o conceito de campo para tratar os variados espaços sociais existentes. Dentro desses campos (político, econômico, religioso, cultural, etc.) está o campo jurídico que para as suas análises é considerado como sendo um campo do poder. Ao estudar o espaço acadêmico enquanto espaço de lutas e de reprodução das elites fica adentro as faculdades do ensino do direito que, não diferente das outras faculdades, faz parte do aglomerado de hierarquização das posições sociais dos indivíduos que nele estão inseridos.

O campo jurídico visto como um elemento de complexidade empírica, é tomado a partir das análises de Bourdieu (2012) enquanto categoria muito ligada ao espaço de divisão do trabalho e ações dos agentes sociais. Ademais, ela é concedida a partir de um conjunto de padrões que estão presentes no ensino do direito e nos grupos de dirigentes que dominam este espaço.

Engelmann, ao propor uma análise sobre os padrões de estruturação do campo jurídico brasileiro, procurou desenvolver três elementos básicos na sua reflexão: (1) uma abordagem no campo de produção de conhecimentos, sobretudo no ensino do direito; (2) trouxe para a análise a questão de posição das elites (ideia também presente nas análises de Bourdieu: 2012). Enfatiza as posições dos juristas, a diversificação das carreiras jurídicas e as lutas entre grupos profissionais no campo jurídico brasileiro e, (3) propõe reflexões sobre os advogados, esmiuçando análises ligadas à relação das causas políticas com o espaço político e, por outro lado, enfatiza a institucionalização das carreiras jurídicas (ENGELMANN: 2006: 100).

Dezalay & Garth (2003) têm demonstrado em seus estudos as principais transformações do Estado na América Latina relativamente ao papel do direito e da economia. As sucessivas mudanças que na arena do direito ao longo de algumas décadas estiveram ligadas essencialmente pelas estratégias internacionais enquanto fenómeno necessário no mundo dos negócios. O papel dos advogados e dos profissionais do direito ganhou novos contornos visto que a valorização destes conceitos teve foco sobretudo com os estudos nos Estados Unidos.

Considerando este contexto, estudos (ENGELMANN: 2006; CARDOSO: 2016) tem demonstrado o surgimento e o engajamento dos advogados no seio dos movimentos sociais que tanto no Brasil como em Cabo Verde estiveram ligados à complexidade do sistema político e das necessidades da reestruturação do Estado. Nos dois contextos estão presentes os movimentos sociais e as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que procuram se engajar no meio onde se encontra inserido com a finalidade de se focar nas causas políticas e sociais e a partir das suas ações equacionar os problemas emblemáticos da sociedade.

Semedo (2015) tem sustentado que o surgimento dos movimentos sociais em Cabo Verde teve início num período pós-independência e, posteriormente, na década de 1990, houve a proliferação de ONGs que tomaram frente nas grandes causas. Além disso, o maior envolvimento dos juristas nacionais se prende fortemente no processo de transformação (SEMEDO, 2015: 39-40). A década de 90 é também um marco crucial para o Brasil, no que diz respeito ao engajamento de grupos de advogados no processo de solucionar as causas políticas que veriam a surgir no seio dos movimentos sociais (ENGELMANN: 2006: 109).

Ao falar do campo jurídico, é importante enfatizar *a priori* o direito enquanto uma disciplina singular dotada de particularidades e importâncias históricas específicas. Tanto como um “mecanismo de dominação e reprodução”, quanto como um “instrumento de construção de legitimidade e pacificação social” (ENGELMANN & MADEIRA: 2013: 183), o direito está ligado ao poder de mando daqueles que são considerados elites dentro do campo jurídico.

Enquanto elemento de construção de legitimidade do campo jurídico em Cabo Verde podemos enfatizar um processo histórico moldado pela conjuntura nacional:

inicialmente, o poder judicial subordinado aos poderes executivo e legislativo, a sua independência era bloqueada no n.º 2 artigo 20 que conforme afere Cardoso, “só pode participar da composição dos Tribunais aquele que tiver provada a sua idoneidade para o exercício de julgador com fidelidade de conquistas revolucionárias do povo de Cabo Verde” (CARDOSO: 2016: p.54). posteriormente, a construção da legitimidade do poder judicial face aos outros dois poderes políticos (legislativo e executivo) é verificada a partir dos anos 1991. Entretanto, a sua compreensão neste cenário de estudo das elites em Cabo Verde propõe para a discussão e reflexão o fenómeno jurídico como um componente socialmente construído.

No âmbito académico, o direito tem sido objeto de muitos estudos sociológicos e políticos e estes estudos centralizam na própria complexidade empírica que o direito apresenta a partir das suas relações com outras áreas, nomeadamente a política. Enquanto campo de produção e reprodução do conhecimento, no espaço académico mantem uma interligação entre as disciplinas dos espaços judiciais com as disciplinas de outras áreas. Na maioria das sociedades, o ensino do direito surgiu a partir de reflexões críticas ligadas ao meio social em que se encontra inserido no seio de algumas faculdades que refletem as necessidades tanto do Estado quanto da sociedade (DEZALAY & GARTH: 2003; ENGELMANN: 2006).

Segundo Dezalay & Garth (2000) nos anos 30 e 40 ocorreram profundas mudanças no seio do Estado, com apostas no setor económico que a propósito investiu fortemente nas indústrias nacionais públicas. Com o fenómeno da Guerra Fria e dada a nova ordem mundial que se vivia, as elites da oposição ganharam forças e fizeram com que os conhecimentos ganhassem novos rumos. No âmbito académico, em relação ao ensino do direito, as faculdades do curso de direito buscaram realizar mudanças internas baseadas nos padrões estrangeiros. O enfoque nos programas de direito no Brasil foi sobretudo a nível mercantil.

Além disso, na dinâmica das elites que governam, bem como as hierarquias que se estabelecem, as faculdades de direito ocupam um lugar central na (re) produção do conhecimento entre si e nas próprias técnicas utilizadas na produção deste conhecimento especializado (DEZALAY: 2000: 28).

O que se procura entender no campo da Ciência Política a partir dos espaços e dos grupos dominantes são principalmente as conexões existentes entre as diversas práticas jurídicas e políticas reproduzidas no mesmo campo. Conforme assevera Bourdieu (2007<sup>a</sup>), “*o limite de um campo é o limite de seus efeitos, ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou nele os produz*” (BOURDIEU: 2007a: 31).

Os estudos que abordam as configurações no espaço jurídico (DEZALAY & GARTH: 2003; ENGELMANN: 2006; ALMEIDA: 2010) tratam de questões que envolvem o papel dos advogados nas democracias, as atividades e o envolvimento das advocacias nas causas sociais decorrentes. As diferentes perspectivas de estudos orientados sobre as elites jurídicas enfatizam a profissionalização do trabalho jurídico (ALMEIDA: 2010) que por sua vez enquadra dentro da sociologia das profissões, a maneira como se estabelece as relações das elites jurídicas e a atuação no Estado.

Dezalay e Garth (2003), nas suas interpretações, sobre Brasil e Chile enquanto unidades de análise, sublinham um poder preponderante que o direito desempenhava nessas duas sociedades enquanto fenómeno que legitima e mantém a coesão dos compromissos entre as elites. Ainda, as estratégias jurídicas nesses dois países entre os anos 80 e 90 foram direcionadas essencialmente para promover a paz social e reconstruir o papel do direito e dos advogados num contexto de transformação dos Estados.

Outros estudos relacionados ao campo jurídico enfatizam as especificidades do ensino do direito centralizadas na estrutura social e no contexto histórico em que se emerge. As discussões de Friedman, Perdomo & Fix-Fierro (2003), por exemplo, apontaram que nos países latinos são as regras do direito que estabelecem a educação jurídica no processo de aprendizagem. Outros aspetos apontados sobre o caso do Chile, como poucas as pessoas que conseguiam vagas nas escolas de direito. Entretanto, o que virá a definir a posição dessas elites a partir da possibilidade de inserção profissional são os laços familiares, a origem familiar e as redes sociais.

As relações sociais são componentes cruciais nas ocupações profissionais num ambiente de hierarquias a nível do mercado (BOURDIEU: 1989; CORADINI: 2007). Nas observações desses autores, a presença de uma convergência jurídica especialmente

em torno de questões que dizem respeito aos direitos humanos estão muito ligados com os fenômenos da modernização e da globalização. As condicionantes por detrás da possibilidade de determinados grupos se ascenderem nas carreiras tem muito a ver com a posição economicamente dominante, a titulação escolar e os laços de parentesco (LOVE: 1983: 67).

Conforme assevera Bourdieu (2001), o campo jurídico só pode ser compreendido se ele for tomado enquanto espaço de relações de força e de conflitos existentes entre essas forças no interior deste espaço. Os conflitos surgem sobretudo na luta pelo poder e por controle do campo. Entretanto, a partir das lutas internas existentes, o campo jurídico é tomado como um ambiente de concorrência entre os agentes que procuram a partir do direito, o monopólio de decisões (BOURDIEU: 2001: 168-169).

O poder enunciado nas análises está inerente ao poder do Estado que, na sua estrutura burocrática incorpora mecanismos do exercício e regulação da sociedade por meios de diferentes tipos de poder. O direito enquanto elemento regulador da sociedade está vinculado ao capital simbólico do Estado como forma de manter a coesão social. Assim, para Bourdieu, o Estado enquanto possuidor do monopólio da violência simbólica, determina as formas de conduta social por meio de uma autoridade jurídica (2001: 166).

Em Cabo Verde, as questões burocráticas definidas pelas elites sobretudo jurídica e política foram no sentido de trabalhar no estabelecimento de um Estado de Direito democrático (CARDOSO: 2016). Entretanto, a presença de juristas e políticos<sup>16</sup> emergiram num contexto de autêntica necessidade, período pós-independência e com a abertura política houve espaço para o surgimento de uma nova elite governante. Nestas circunstâncias, os ministros são tomados neste estudo como sendo elites políticas do governo que em parte, os membros formados em direito fazem parte da elite jurídica.

Enquanto uma forma de organização humana baseada na racionalidade-legal (Weber: 2009) a burocracia se mostra essencial na estruturação do Estado. Em Cabo Verde até 1990, o partido (PAIGC/CV) tinha toda prerrogativa dentro da burocracia do Estado, ou seja, toda a administração burocrática fundamentava-se essencialmente no

---

<sup>16</sup> Os políticos em Cabo Verde até o período da Independência eram na sua maioria juristas

partido que era tido como base de todo o processo decisória do país. Posteriormente, com a abertura política em 1991 várias mudanças ocorreram, de entre elas a não partidarização do sistema burocrático no acesso a cargos de direção, como menciona Barros (2016). Essa centralidade partidária no processo de recrutamento político deriva naquilo que Weber (2009) já tinha chamado atenção sobre a fragilidade na estrutura burocrática.

Os estudos de Weber (2009) e de Bourdieu (2012) mostraram que as relações interpessoais se manifestam na interação existente entre os indivíduos. Essas relações sociais se regulamentam através de normas e regras que por sua vez são de natureza variadas dependendo do ambiente onde está inserido. Ou seja, podem estar nos ambientes acadêmicos, políticos e até jurídicos.

No campo jurídico, o direito em Cabo Verde teve um reforço sobretudo no contexto da formação do Estado que como escreve Cardoso (2016), neste período, o país carecia de quadros, sobretudo uma formação jurídica, dotados de capacidades para elaborar leis e determinar as regras que regem a conduta social. Ao comparar com a realidade brasileira não se mostra diferença tendo em conta que o Brasil se mostrava também falta de quadros jurídicos num período em que a conjuntura política era de democratização do país. A nível da educação se mostrava escassez de professores do direito com titulação acadêmica (ENGELMANN: 2006).

### **1.5. Conclusão 1:**

Que concepções se aperceber da burocracia institucional? Quais as relações estabelecidas para resultar em um recrutamento político? Como se dá a circulação em diferentes posições e espaços? Estas são algumas questões que procuramos refletir sobre o nosso objeto de estudo a partir dos referenciais teórico-metodológicos abordados neste capítulo.

Em primeiro lugar, o estudo das elites envolve várias formas e contextos iniciando pelo próprio temo elite enquanto uma categoria de análise. Partindo sob um ponto de vista analítico de um conceito polissémico tanto nas suas designações quanto

em termos de funcionamento, aferimos que independentemente das designações, o estudo das elites em todos os contextos obedece às mesmas lógicas de definição. Por outro lado, assume uma particularidade lógica da maneira como ocorre e as suas formas e estratégias de reprodução em vários espaços da sociedade. Portanto, as configurações de estudos são diferentes em cada contexto e realidade, mas as concepções ligadas ao conceito em si e as suas características não fogem a regra.

Procuramos neste estudo debruçar essencialmente nas suas várias vertentes de análise que possibilitam a compreensão da definição do próprio conceito. São elementos, como recrutamento, reprodução e circulação enfatizadas no sentido de compreender a dinâmica institucional sob um ponto de vista do estudo das elites.

A nível do recrutamento, as literaturas enfatizadas neste capítulo apontaram vários fatores que condicionam a seleção de pessoas para ocupação de cargos públicos: relações familiares, redes de contatos, partido político, títulos universitários e entre outros. Estes elementos se agregam e inter-relacionam entre si em vários contextos.

## **CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO DE CABO VERDE E A HISTÓRIA DE FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO EXECUTIVO CABO-VERDIANO**

### **2.1.Introdução geral**

A contextualização de Cabo Verde neste capítulo é essencialmente destacada no sentido de situar a especificidade do país dentro desta temática de estudo. Procurou-se, de maneira sucinta problematizar por um lado, o surgimento das elites em Cabo Verde tendo como referência os próprios autores nativos com estudos específicos sobre o país. Entre estes estudos sociológicos e históricos estão por exemplo: Andrade (1996); Carreira (1977; 1983; 2000); Anjos (2006) Iva Cabral, José Vicente Lopes, Aristides Pereira e as contribuições da História Geral de Cabo Verde (HGCV: 2001<sup>a</sup>; 2001b; 2002). Por outro lado, procurou-se enquadrar a partir destes estudos, o contexto do surgimento dos ministros em Cabo Verde, a partir de uma abordagem descritiva do enquadramento do executivo cabo-verdiano tendo em consideração formação e funcionamento. Portanto, partindo de uma caracterização geral, demonstramos a forma como está estruturada o executivo cabo-verdiano por mandatos, como se dá a nomeação “formal” dos ministros e a composição.

Procuramos analisar *a priori*, o surgimento do primeiro grupo de elite no país, a sua evolução ao longo do tempo bem como compreender como ocorre tradicionalmente o recrutamento das elites burocráticas em Cabo Verde. Entretanto, contextualizar ensino superior no país é fundamental para situar em específico a relação entre a formação acadêmica (particularmente jurídica) e o recrutamento dos ministros.

A partir de uma contextualização do surgimento das primeiras elites no país (origem e evolução ao longo do tempo) e uma análise do funcionamento do executivo cabo-verdiano, fornecem elementos que nos permitem justificar e demonstrar a especificidade de Cabo Verde dentro desta temática do estudo das elites (políticas) bem como a importância do estudo desta temática para o país.

Ora, o arquipélago de Cabo Verde<sup>17</sup> foi colonizado por Portugal durante cinco séculos (1460-1975). Inicialmente o processo de colonização enfraqueceu bastante devido às desfavoráveis condições naturais no país, principalmente quando se trata do fator geológico das ilhas<sup>18</sup>. Nos primórdios da colonização toda a administração do arquipélago era feita pelo colonizador. Com o decorrer do tempo, alguns cabo-verdianos começaram então a tomar frente nas grandes decisões do país. Na perspectiva de Batalha (2004: 191), a ocupação de postos engrandecidos pelos cabo-verdianos teve início com a criação de um grupo intermediário colonial que foi ocupado pelos naturais que foram largamente utilizados para preencher o quadro administrativo dos territórios que então se designavam por “colónias ou províncias ultramarinas”. Neste sentido, os naturais começaram a ocupar os postos importantes e com isso, procuraram se auto representar e fazer a administração das ilhas (BATALHA: 2004: 191).

A intensificação da presença dos naturais do arquipélago tornou-se cada vez mais massiva quando em 1975 o país alcançou a sua independência face à Portugal. Um contexto que nas palavras de Corsino Tolentino (em entrevista) marca um melhor resultado possível da convergência da resistência portuguesa frente aos movimentos de libertação nacional não só de Cabo Verde, mas de todas as colónias portuguesas.

“Em cabo Verde, nós desembarcamos em agosto de 1974 e o governo foi formado. Houve eleições em 30 de maio de 1975. Em junho de 1975 houve

---

<sup>17</sup>Geograficamente Cabo Verde está localizado na região central do Oceano Atlântico, a 470 quilómetros da Costa Ocidental africana, com 491.683 pessoas residentes (aproximadamente meio milhões de habitantes). Entretanto, em termos de densidade populacional, o arquipélago mostra claramente um país muito pequeno se comparado com os restantes países africanos. Comparativamente ao Brasil, só o Rio Grande do Sul, um dos estados do país, apresenta uma população duplamente maior a de Cabo Verde. Formado por dez ilhas, o arquipélago possui nove ilhas (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava) que possuem habitações e uma ilha (Santa Luzia) que é desabitada.

<sup>18</sup> Historicamente, Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses num contexto da navegação marítima no ano de 1460. Dado que as ilhas eram desabitadas, surgiu posteriormente, a estratégia de povoa-las que resultou num cruzamento entre portugueses e pessoas de países africanos (maioritariamente guinienses) que foram escravizados para residirem nas ilhas.

para a Assembleia constituinte e depois houve o 5 de julho, o dia da proclamação da independência nacional” (Corsino Tolentino, em entrevista).

Neste contexto, sendo assim, a reestruturação dos órgãos administrativos e, conseqüentemente a reorganização social e política fica patente na responsabilidade dos nacionais. Posteriormente, em 1991 houve alternância política depois das eleições de 13 de janeiro, o governo foi formado pelo partido MpD que veio a promover reformas em todas as categorias sociais. Até este período uma trajetória comum da época para aqueles que tiveram uma participação ativa na luta de libertação nacional na perspectiva de promover mudanças de comportamento e de governar autônoma e democraticamente. Combinando esses dois momentos, surge a partir daí o interesse em analisar o percurso dos integrantes dos novos governos formados a partir da década de 1991.

Bem, um entendimento possível seria então com a contextualização do envolvimento dos cabo-verdianos nas questões sobretudo políticas do país e a sua evolução no decorrer dos anos.

## **2.2.A formação das primeiras elites locais cabo-verdianas**

Falar de “elite” em Cabo Verde remonta o pensamento para os finais do século XIV e o início do século XV, ainda nos primórdios da colonização, numa altura em que quem fazia parte desse “grupo de elite” eram na sua maioria portugueses, denominados de “homens brancos honrados” ou simplesmente formando uma “elite branca” (CABRAL: 2016: 33). Embora em minoria, alguns dos cabo-verdianos vieram a integrar gradualmente neste grupo, sobretudo como proprietários das ilhas (centrado na ilha de Santiago<sup>19</sup>) surgidos no processo de organização e administração das ilhas.

---

<sup>19</sup> O povoamento das ilhas de Cabo Verde se deram em períodos distintos uma das outras: Primeiro: as ilhas de Santiago e Fogo povoadas em 1461, logo após a descoberta do arquipélago. Posteriormente as

Este grupo de elites, que constituíam a elite santiaguense desse período era denominada de “*Vyzinhos homens homrados branqueos*” (CABRAL, 2016: 33), eram categorizados<sup>20</sup> pelo status social de que dispunham, vistos como superiores dentro da hierarquia social, pelo fato de que no entender de Cabral (2016), eram classificados como homem poderoso, honrado e branco/reinol.

No âmbito das diretivas administrativas, após a descoberta e o conseqüente povoamento das ilhas<sup>21</sup>, a estrutura social cabo-verdiana estava dividida segundo Cabral (2016: 32) em duas camadas principais, ou seja: “uma elite de homens brancos honrados” e uma mão-de-obra escrava trazida da costa continental fronteira. A posição de Cabo Verde é classificada segundo Iva Cabral como sendo:

“a primeira sociedade escravocrata originada da expansão europeia, num espaço vazio, preenchido por duas camadas vindas de origens diferenciadas (Europa/África), por meios totalmente distintos (livres/cativos) e na qual a proveniência predetermina a divisão social e a essência da situação que o indivíduo ocupa na comunidade: branco/elite, negro/escravo” (CABRAL, 2016: 32).

O estudo de Cabral tem demonstrado ainda que no início da colonização, todas as pessoas que ali se encontravam eram tidas como estrangeiros (elite e escravos, brancos e negros) e, portanto, se tornava vizinho. Ou seja, se enquadrava no grupo dos chamados vizinhos, somente quem possuísse as seguintes condições:

“fosse livre, de preferência branco, vivesse na ilha (pelo menos quatro anos) e nela possuísse bens, gozasse de alguma nobreza ou honra; servisse um ofício ligado à governança do donatário ou à administração real que o dotasse

---

outras ilhas foram sendo habitadas em processo gradual: 1490 – Maio; 1545 – Brava; 1548 - Santo Antão; 1620 – Boa Vista; 1623 – São Nicolau; 1795 - São Vicente e 1893 a ilha do Sal (TOLENTINO, 2007).

<sup>20</sup> A estrutura social deste período classifica-os de vários tipos de vizinhos (brancos e negros) assim como para as mulheres eram classificadas de “brancas solteiras” e “mulheres negras” (CABRAL, 2016: 33).

<sup>21</sup> O processo de povoamento teve seu início na ilha de Santiago que, por conseguinte é a maior ilha do país tanto pela densidade populacional quanto pela estrutura geográfica.

de meios para viver razoavelmente; ou ainda, se pertencesse à igreja”  
(CABRAL, 2016: 32).

Portanto, a partir desses escritos se pode perceber claramente uma sociedade estratificada com uma estrutura da pirâmide social da ilha discriminada tanto pela cor quanto pela posição social a que se ocupam (brancos/ pretos e homem/mulher). Monteiro (2016) ao analisar a complexidade das relações de poder e subordinação a partir de uma perspectiva feminina pós-colonial, tem demonstrado que no período da colonização havia escassez de mulheres brancas, sobretudo nas antigas colônias portuguesas em África.

Após 1472, de acordo com Cabral (2016), a ilha de Santiago contava com apenas 13% de homens livres, de entre os quais se categorizavam de brancos, pardos ou pretos forros. O restante da população nesta altura era constituído por escravos produtores<sup>22</sup>, correspondendo a 87%. Posteriormente, no interior da ilha de Santiago veio a emergir uma nova estrutura social que segundo Cabral estava “*longe das urbes portuárias, dos interesses comerciais, da administração régia, dos “estantes estrangeiros’ (...), organizada por camadas endógenas (mulatos, pretos forros e, até escravos)*” (2016: 38).

No decorrer do tempo, com o desvio das rotas comerciais<sup>23</sup>, a pouca atração das ilhas<sup>24</sup> consideradas para a sobrevivência e a crise que veio a assolar o país (CARREIRA: 1972), nos finais do século XVI e início do século XVII os “homens brancos honrados” começaram a abandonar a ilha. Com isso resultou no surgimento de

---

<sup>22</sup> Eram igualmente comparados aos pretos forros – uma nova camada social que veio a surgir no interior da ilha de Santiago, que segundo o proprietário, estes não possuíam nenhum direito civil e político assim como os escravos.

<sup>23</sup> A elite colonizadora nascida neste contexto aproveitou de Cabo Verde para exploração. Entretanto, as pessoas escravizadas tornaram-se uma mercadoria fundamental de exportação para países estrangeiros. Além de Cabo Verde exploraram e colonizaram outros países, nomeadamente o Brasil, conforme retratam os estudos especializados (CARREIRA: 1983; SANTOS: 1998; SOARES: 1999; TORRÃO: 1995).

<sup>24</sup> O país passou por profundas transformações naturais provocadas pela seca, fome colocando em causa além do comércio lucrativo com a Costa a própria estruturação social devido a crise que assolou o país (CARREIRA: 1972).

uma nova camada social formada pelos “filhos da terra, mulatos, herdeiros das fazendas rurais” que rapidamente ascenderam a posição social dos membros da primeira elite, ocupando assim as posições de destaque na sociedade santiaguense (CABRAL, 2016: 38).

Neste contexto, de maneira resumida, pode-se dizer que, a primeira elite surgida em Cabo Verde foi ainda num contexto de colonização e era essencialmente uma elite branca. Todavia, pela estrutura e a forma como se organizavam a sociedade, os denominados “filhos da terra” como sustenta Hernandez (2002) só vieram a ter a ascensão social e adquirir o estatuto de membro da “nobreza da terra” sobretudo após a saída dos brancos honrados do país (CABRAL: 2002; 2016; HERNANDEZ: 2002; MADEIRA: 2016). Estes vieram gradualmente ocupando espaços, sobretudo nas Câmaras, deixados pela elite santiaguense desde o povoamento, que conforme nos diz Iva Cabral se transfigurou numa elite endógena. De igual forma, Madeira (2016) ao analisar a afirmação da identidade nacional cabo-verdiana aferiu-se que a partir dos finais do século XVIII, com o progressivo crescimento e afirmação dos mulatos, que viriam a construir uma “elite local”, o grupo minoritário branco perde sua importância na administração local e os mestiços, que vieram a definir Cabo Verde, se tornaram os principais agentes administrativos e culturais do país (MADEIRA: 2016: 53-54).

Com as dificuldades das ilhas, seca, fome e outros problemas que assolaram o país, como aponta Carreira (1972), começaram então a surgir grupo de pessoas se expressando através da escrita, música e poesias, por um lado os seus sentimentos e angústias do arquipélago e por outro lado, as insatisfações contra o regime político cessante. Esse grupo de pessoas, segundo Madeira (2016: 50) constituíam uma elite cultural da época que em 1936, fundaram a Revista Claridade, que concomitantemente, foram denominados de “caridosos”. Isto sobretudo pelo fato de debruçarem nesta revista, as preocupações sobretudo de natureza sócio-política do arquipélago e também se constituía em uma das formas de manifestar a insatisfação do sistema político e administrativo implantado.

Verifica-se, entretanto, que com o destaque no âmbito da cultura e da literatura os próprios cabo-verdianos começaram a ter privilégios e a ocupar cargos importantes dentro da sociedade a nível político-administrativo (ANJOS: 2002; MADEIRA: 2016).

Neste contexto, pode perceber então um grupo de elite formado pelos próprios nativos, que segundo Cabral (2016: 41) eram principalmente uma elite parda e preta. Conforme fora observado em argumentos de Madeira (2016) sobre a construção do Estado-Nação em Cabo Verde, o regime e opressão colonial implantado resultou também em sucessivas revoltas populares, que consistiram em protestos contra o sistema e a administração do país na altura. Conseqüentemente, resultou em “*processos de caris emancipatório de resistência às pressões fiscais e às formas de hostilidade entre proprietários, morgados e/ou rendeiros e os escravos*” (MADEIRA: 2016: 50).

Cabo Verde prestigiou nesta altura o primeiro grupo de elite de caris intelectual que demarcou a esfera política cabo-verdiana. Era uma elite letrada<sup>25</sup>, a primeira elite que emergiu com preocupações decorrentes no sentido que apropriavam sobretudo de escritas para enfatizar as principais questões do país. No entender de Gabriel Mariano<sup>26</sup> houve no país uma “aristocratização intelectual”. Neste sentido, a aristocratização é entendida como resultado da afirmação social do negro e do mulato no seio de uma sociedade escravocrata, ou seja, a ascensão econômica do negro e do mulato (FEREIRA: 2013: 51-53).

Os intelectuais enquanto mediadores na atividade política do Estado (ANJOS: 2002) expressam interesses em promover o desenvolvimento social na alocação de valores no controle da vida social humana. As demandas das políticas públicas<sup>27</sup> por parte da população bem como o seu aperfeiçoamento exigem todo um processo que vai desde formulação até a implementação e sua avaliação. Neste âmbito, a intelectualidade enquanto mediador promove direta e/ou indiretamente o reforço de soluções pela via política (HEIDEMANN: 2009).

Ferreira (2013) por seu lado, tem demonstrado que a sociedade escravagista estabelecida no país veio a possibilitar o surgimento e o conseqüente alargamento de

---

<sup>25</sup> “Ser letrado é saber empregar nas diferentes situações sociais, cotidianas ou não, a leitura e/ou a escrita de modo a participar ativamente dessas práticas” (BROTTO, 2008: 2),

<sup>26</sup> José Gabriel Mariano Lopes da Silva (1928 -2002) é um escritor Cabo-verdiano, foi juiz, poeta, contista e ensaísta.

<sup>27</sup> Segundo Thomas Dye, uma Política Pública “é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer” (DYE, 2005: 1).

novos grupos dirigentes ainda no período colonial com um crescimento mais acelerado a partir da década de 1970.

Semedo (2006) na sua obra “a Construção da Identidade Nacional”: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975 classifica as elites em Cabo Verde em três gerações (tabela 4) históricas que possuem uma relação interdependente uma das outras com propósitos semelhantes destinadas a uma única causa – a transformação do país.

**Tabela 4: Classificação das gerações das elites cabo-verdianas por períodos antes da independência nacional**

<b>Gerações de elite em Cabo Verde</b>	
1856 – 1932	Nativistas
1932 – 1958	Claridosos
1958 – 1975	Nacionalistas

Fonte: Semedo (2006)

A categorização bem como as características e funções que desempenharam essas elites está muito associado ao contexto histórico e a história de construção de cada sociedade. Conforme enfatiza Madeira (2016), as formas de pensamento são específicas para cada geração de elite. No Brasil, por exemplo, a categorização “elite letrada” foi utilizada, para designar a “homens de letras” num contexto de hierarquização das elites políticas e intelectuais, sobretudo no período da instauração da República.

Entretanto, numa perspectiva genérica e estrutural,

“cada estado do campo literário (e daquilo que numa dada época, é concebido como “literário” depende da sua história anterior (portanto de estruturas já estabelecidas), mas também da dinâmica em curso produzida pelas lutas simbólicas entre os ocupantes das diversas posições do campo em um momento preciso” (CHARLE, 2013, p. 54).

Em Cabo Verde, os estudos (ANJOS: 2002; 2003; BATALHA: 2004; FERNANDES; 2002; 2006), têm demonstrado a presença de uma elite letrada no país com um papel mediático, ou seja, pessoas numa posição de mediador.

Anjos (2003), na sua análise sobre as elites intelectuais em Cabo Verde aborda-os como mediadores num contexto de luta pela posição social e afirmação nacional. A elite letrada se mantinha então numa posição de mediação político-cultural. Esta luta derivou não apenas do período pós-colonial e, posteriormente, a partir da independência, mas desde o contexto de colonização portuguesa.

Na perspectiva de Batalha (2004), a elite letrada foi um grupo intermediário colonial que foi criada e preenchida pelos naturais que vieram a ocupar os postos engrandecidos no quadro da administração do país. Segundo ele tratava-se então de uma elite portuguesa-cabo-verdiana que tinha como base a formação escolar e isso os diferenciava da restante da população. De igual modo, Fernandes (2002) também atribuiu um papel de mediação a essas elites. Ou seja, segundo ele, a elite letrada, desempenhava um papel de porta-voz da população e posicionava como mediador nas relações estabelecidas entre o poder colonial e os “naturais da terra” como diz Monteiro (2016).

Contudo, compreender a nação cabo-verdiana implica *a priori*, entender as suas bases sociológicas e as suas raízes históricas de formação (FERNANDES: 2006). No entender de Fernandes (*Idem*: 98), a luta pela emancipação da nação cabo-verdiana assegura-se no “descompasso entre a nação e o império colonial português” e modelada pela influência de uma elite local que acunharam a necessidade de se libertar da colonização e, posteriormente, influenciar na criação de uma consciência nacional. Esta luta teve um reforço substancial do setor da educação.

### **2.3. A presença da elite política e a formação superior no exterior**

A presença de uma elite intelectual no arquipélago cabo-verdiano representa segundo Fernandes (2006), uma forma específica de diáspora, ou seja, a “forma simbólica” (FERNANDES: 81-99), na medida em que uma das consequências da

emigração cabo-verdiana resultou nessas elites intelectuais que numa certa altura “abandonaram” o país para apostar numa formação superior no exterior e, posteriormente viessem a contribuir para o desenvolvimento do país nos mais variados setores de atividades.

Outro aspeto inerente a essa forma simbólica concentra elementos característicos da importação de modelos externos (BADIE & HERMET: 1993), os símbolos políticos bem como as fórmulas no processo da mediação política e cultural por parte das elites intelectuais (ANJOS: 2003: 582).

Conforme assevera Badie & Hermet (1993), as diversas maneiras e estratégias de legitimação das elites políticas e intelectuais se funda nas relações institucionais importadas ligadas a aquilo que chamam de dinâmicas órfãs. Doravante, enquanto mediadores procuram estabelecer comunicações diretas, por um lado com os principais postos decisórios do país e, por outro lado, com a própria população (ANJOS: 2002). Nesta posição intermediária da sociedade e do Estado, Fernandes (2006) escreve que:

“Eles mostravam-se conhecedores da comunidade local, cujo nome estava disposto a enfrentar os desmandos dos metropolitanos e, por outro lado, davam a entender que também estavam à disposição do poder para uma eventual colaboração na resolução dos problemas da província e, por conseguinte, da Pátria” (FERNANDES: 2006: 103).

Nesta linha de debates sobre os intelectuais, apontamos o caso do Brasil a partir dos estudos de Pécaut (1974-1982) que debruça sobre os intelectuais e a sua relação com a política. Para este autor, é interessante perceber os espaços sociais ocupados pelos intelectuais e os espaços que eles mesmos atribuem a si e, as interlocuções que estabelecem nos espaços que ocupam com relação ao campo político. A partir de uma análise histórica e política dos intelectuais no Brasil Pécaut (*idem*) procura redefinir o campo intelectual a partir da expansão do espaço escolar e a valorização dos diplomas universitários. Não diferente da realidade cabo-verdiana, a valorização dos diplomas sobretudo daqueles que estudaram no exterior teve grande impacto na seleção de pessoas para a ocupação dos postos de trabalho. Canêdo (2013: 56) chama atenção pela

forma como são valorizados os trabalhos e as competências importadas do exterior, e como esses trabalhos são qualificados na prática.

Entretanto, ao procurar reforçar a ideia da importância e da valorização dos diplomas, nos chamaram atenção os estudos de José Murilo de Carvalho sobre as elites políticas, enquanto centro das discussões nos períodos do Império no Brasil e da proclamação da República. Nas suas discussões demonstrou que no processo de formação do estado brasileiro, é visível e importante a singularidade de uma elite política e uma elite intelectual no século XIX. A homogeneidade dessas elites reside nos traços comuns entre eles tanto na sua origem social quanto em termos de educação superior que dispõem (CARVALHO: 2003: 34). O sentido desses elementos reside na importância que são atribuídos e, mormente, os efeitos produzidos a partir destas características consideradas valiosas num determinado campo, neste caso, no campo do poder ao assumir uma posição de destaque em relação aos demais.

Carvalho (2003), fundamenta então que a unificação e a posição da elite imperial brasileira concentram em um elemento fundamental – a educação superior. Portanto, a educação é o elemento chave que distingue a elite no Brasil, isto de modo que, segundo ele, a maioria das elites possuíam uma formação superior. Entretanto, no entender de Carvalho “*era uma ilha de letrados num mar de analfabetos*” (2003: 65). Neste processo, é fundamental observar o exercício da socialização entre as elites e a familiarização entre os mesmos.

Em consequência disso, a valorização do diploma escolar é tomada como forma de legitimação da dominação no processo de conversão dos investimentos familiares e profissionais das elites. Para a realidade brasileira, esse fenômeno é vivido durante o Império e após a proclamação da República com a criação de diversas instituições de ensino nos mais variados estados do país (GRIJO: 2005: 106).

Na dinâmica social, o ambiente que concerne uma relação entre classes dirigentes e intelectuais no Brasil, coloca em jogo o funcionamento interno das instituições ligado às estratégias de recrutamento e organização dos intelectuais. Este aspecto é tomado como fator explicativo numa dimensão cultural (PÉCAUT: 1990; MICELI: 1979; 1988; 2001a, b) em que se enquadra a auto representação dos intelectuais enquanto mediáticos do social (sociedade) e do político (Estado) – fato que

se assemelha a Cabo Verde. Nesta linha de raciocínio, esses autores enfocaram ideias de que as relações estabelecidas entre as elites intelectuais e o Estado no Brasil inserem num quadro de estratégias das elites enquanto conhecedores da realidade e cientes das demandas sociais que se manifesta a partir da experiência social e se interliga com as lógicas de carreiras que desenham nas trajetórias e engloba um processo amplo de relação com as posições que ocupam dentro de uma estrutura social.

Não diferente do Brasil, a educação escolar e universitária possui uma reverência marcante na história da formação das elites cabo-verdianas. O século XIX foi marcado pelo grande interesse dos cabo-verdianos em aquisição social de títulos escolares. A instrução veio a ser encarada, por um lado, como uma das condições fundamentais para o exercício da cidadania, e, por outro lado, a necessidade de reconstrução social implicava também a necessidade de pessoas tecnicamente instruídas para desempenharem funções chaves no Estado (SILVA: 2017). Deste modo, poderia vivenciar uma conseqüente progressão social, com o advento do liberalismo. Sendo assim, a instrução passou a ser uma das prioridades e ganha visibilidade na agenda das políticas públicas das autoridades públicas nacionais (FEREIRA: 2013). É neste contexto que reside o papel das escolas enquanto base de promoção da educação dos povos cabo-verdianos, ou seja, “*a escola e instrução como uma via de aquisição de saberes*” (FEREIRA, 2013: 51).

No momento em que se dá a expansão do Estado, os títulos escolares se figuram como fundamentais no acesso ao mercado de trabalho dentro do aparelho administrativo estatal. Isto no entender de Fernandes (2013: 54) constitui uma forma de “garantir a vida”, ou seja, uma forma de reprodução social. Com isso, assiste-se segundo ele a criação de uma burguesia burocrática, uma minoria daqueles que conseguiram acesso à escolas, que possuem habilitações literárias, dominam a língua portuguesa e que conseqüentemente, conseguem ocupar cargos diretamente ligados ao Estado (nomeadamente, cargos políticos).

É interessante enfatizar, a partir desses autores que o posicionamento dessas elites intelectuais se deu num contexto de lutas políticas e sociais específicas. Tanto a intelectualidade brasileira quanto a cabo-verdiana enquadra neste repertório de lutas e de afirmação nacional durante a sua trajetória.

#### **2.4.A proliferação das elites na década de 1990 e a sua relação com a política**

O período que compreende 1975-1990 em Cabo Verde é considerado o surgimento de uma “Republica das Elites” (FERNANDES: 2013). Neste contexto, é importante o papel que as elites maioritariamente política e jurídica, como classifica Fernandes (2013), vieram a desempenhar no processo de construção do Estado. Mas também é importante dentro desta dinâmica, é compreender os mecanismos internamente utilizados para se instalar profissionalmente.

A década de 1990 marca a abertura política em Cabo Verde que por sua vez proporcionou profundas mudanças no sistema político do arquipélago. Particularmente, as primeiras eleições livres ocorreram no dia 20 de Janeiro de 1991 (C.R.CV). Do ponto de vista macrossocial pode-se sublinhar o papel das elites no processo de mudança de regime político no país.

Sem embargo, a falta de quadros jurídicos após 1975 e início dos anos 1990 era algo crítico que resultou no acúmulo de funções entre as poucas pessoas que detinham títulos escolares (CARDOSO: 2016). Prova disso são casos apontados durante as entrevistas com os antigos ministros (juristas). Um dos entrevistados relata o seguinte:

“minha função era política, mas acabei por desempenhar funções técnicas por causa disso. Éramos nós que fazíamos praticamente todas as coisas: eu, Veiga, Dico, Féfe, Nana, Zé Manel, éramos um grupo de juristas que fazia parte do governo” (Entrevistado 10).

O mesmo entrevistado partilha da ideia de que a década de 1990 foi um período que era necessário uma grande reforma legislativa para alterar todas as leis da época do partido único. Salienta ainda momento no qual ele próprio enquanto ministro elaborou leis devido à inexistência de assessores jurídicos. A emergência de novos grupos de pessoas em posições de destaque a partir de 1991, traduz-se na reprodução de um novo contexto e de uma nova vivência a nível nacional. Nisto, é interessante analisar a origem

social dessas pessoas, que partindo do pressuposto histórico, são advindas de famílias que tiveram participação na luta pela libertação nacional, senão eles próprios participantes.

A nível de ocupação de cargos no governo, ao analisar a estrutura governativa a partir de 1991, reparamos que as pessoas que fazem parte da cúpula, ou seja, da elite política ministerial possuem uma ligação histórica com o período de partido único e participaram direta ou indiretamente na luta de libertação nacional. Além disso verificamos que possuem familiares com ligações diretas na política deste período. Entre 1991-2015, constamos a fraca renovação das elites governantes entre os ministérios. Nestes casos, são as mesmas pessoas que circulam nas funções de ministros nos diferentes mandatos e mesmo a nível geral do governo, existe a circulação nos diferentes cargos.

Os estudos de Jean-Pascal Dalloz (1999) sobre a não renovação das elites na África Subsaariana apresentam uma tradição política em alguns países em duas perspectivas diferentes: primeiro, países que com a instauração no novo regime político mudaram as equipas e as diretrizes de trabalho e, segundo, países cuja mudança do regime é verificada, mas as práticas políticas foram mantidas. Uma comparação pode ser feita com relação à realidade cabo-verdiana, sobretudo num contexto de instauração do regime ditatorial da década de 1975. O rompimento com o sistema colonial teve seu avulso mobilizador de uma camada social que pretendia mudar o rumo do país num sentido independente. Porém, mudaram a cúpula dos dirigentes, ou seja, o país passou a ser dirigida pelos nacionais, mas, manteve as práticas coloniais. Mais uma vez fazemos menção aqui da ideia de importação dos modelos (BADIE & HERMET: 1993) europeus na administração das ilhas.

Fafali Kodawo (2001) enumerou várias razões segundo as quais estariam na base da derrota do PAICV nas eleições de 1991 em Cabo Verde. E demonstrou que após a independência os dirigentes do PAICV vieram com as mesmas ideias do colonialismo para implementar em Cabo Verde, e isso foi um dos motivos centrais que possibilitou a queda do partido logo nas primeiras eleições livres e secretas ocorridas na década de 1991 no país. A crítica dele sobre esses países é que são “ocidental-centristas” e sustenta que a democratização não trouxe uma renovação do pessoal político e em

muitos casos não mudaram as formas de fazer política (KODAWO: 2001). Por outro lado, conforme alude Pereira (2003), apesar de todos os avanços e privilégios, mesmo assim a relação dominador-dominado no país não terminou no arquipélago. Outrossim, não apenas a nível do espaço político, mas também no campo jurídico como sustenta Cardoso (2016).

Os grupos qualificados que assumiram a direção do país, após a abertura política nos levaram a questionar a nível do governo: como se deu o engajamento profissionalmente nas diferentes esferas sociais? Que mecanismos foram utilizados nas nomeações e/ou seleção de novas elites? Como se dá a relação entre essas elites e as instituições onde trabalham? Que papel desempenham e que laços estabelecem?

## **2.5. Contextualização histórica do executivo cabo-verdiano**

A compreensão da produção das elites a nível governamental torna fundamental para situar e problematizar não apenas a estrutura governativa de cada mandato, mas também as diferentes formas de organização e funcionamento. Neste sentido considerou ser importante fazer um enquadramento da história do executivo cabo-verdiano desde a sua origem até o momento atual. Isso possibilita caracterizar o sistema de governo cabo-verdiano e fundamentar a composição dos governos a partir de um enunciado histórico existente. Até porque para situar o nosso objeto de estudo é importante enfatizar os marcos cronológicos relevantes do surgimento dos ministros no país. Contudo, para falar dos ministros, automaticamente nos remetemos à formação do governo.

Embora a formação do executivo<sup>28</sup> cabo-verdiano inicia-se a partir de 1975 com a proclamação da independência nacional, a história e a presença do órgão executivo no país já existiam muito antes. Entre 1974 e 1975, Cabo Verde prestigiou a formação de

---

<sup>28</sup>A organização do executivo em Cabo Verde é formada mediante a vitória eleitoral do partido vencedor sob a liderança de um Primeiro-ministro, que conforme estabelece a Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), tem o poder de propor os respetivos ministros e Secretários de Estado para a formação do seu governo. Esses ministros são nomeados pelo Presidente da República sob a proposta do Primeiro-Ministro.

um executivo denominado de Governo de Transição do Estado. Neste período o governo de Cabo Verde era constituído por cinco ministros, no qual dois eram portugueses e três faziam parte do PAIGC. Quem fazia a administração e a nomeação dos ministros era o presidente da República português. Porém, a construção de um governo propriamente cabo-verdiano, composto pelo Primeiro-Ministro cabo-verdiano e ministros exclusivamente cabo-verdianos só teve lugar com a instauração da Primeira República.

Com a proclamação da independência do país em 1975 e a consequente instauração da Primeira República, estabeleceu-se no país um regime de partido único - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) que antes designava-se Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O primeiro governo formado a partir deste momento foi num contexto de um regime monopartidário (legitimado pela Lei de Organização Política do Estado – LOPE), que estendeu até 1990 (período que culminou com a abertura política em 1991 com as primeiras eleições legislativas). A primeira eleição legislativa em 1991 resultou na vitória do partido Movimento para a Democracia – MpD e a partir deste momento Cabo Verde torna-se um país democrático.

Durante a Primeira República, período também caracterizado por “democracia nacional revolucionária” de partido único (ÉVORA: 2001), Pedro Pires esteve na liderança como chefe do governo que por sua vez era o órgão executivo supremo com funções administrativas do país.

A partir da década de 1990, durante a história eleitoral cabo-verdiana, as legislativas têm sido disputadas por vários partidos políticos<sup>29</sup>, mas somente dois desses partidos tem chegado a formar governo – o PAICV e o MpD. Caracterizado como multipartidário desde os anos noventa, o sistema de partido cabo-verdiano vem apresentando na prática características do bipartidarismo (COSTA: 2003), pela presença e domínio cada vez mais de apenas dois partidos políticos (PAICV e MpD).

---

<sup>29</sup>Estes partidos Aliança Democrática para a Mudança - ADM; Partido de Convergência democrática - PCD; União Cabo-verdiana Independente e Democrata – UCID; Partido da Renovação Democrática – PRD; Partido Social Democrática - PSD concorreram às eleições, mas não tiveram representações notáveis no parlamento e não chegaram a formar governo. Vale ressaltar que nas primeiras eleições legislativas ocorridas em Cabo Verde, MpD foi o único partido a concorrer contra o PAICV. Posteriormente, nas eleições de 1996 surgiram estes novos partidos políticos que concorreram às eleições, mas não foram bem sucedidos.

A UCID que possui representação no parlamento, em nenhuma circunstância da história eleitoral cabo-verdiana chegou a mandar a nível do governo, visto que os outros dois partidos juntos (PAICV e MpD) angariaram mais de 90% dos votos populares e da representação tanto a nível do governo quanto a nível parlamentar (COSTA, 2001). Os estudos têm apontado que a bipolarização dos dois partidos políticos em Cabo Verde está relacionada com a fórmula eleitoral que se desenvolve no país pelo sistema de representação proporcional (EVORA: 2001; COSTA: 2003).

Sem embargo, a partir da abertura política em 1991 houve a alternância política com a vitória do MpD<sup>30</sup>. No período de 1991 até 1996 esteve na direção do governo o partido MpD sob a liderança do Primeiro-Ministro Carlos Alberto Wahnou de Carvalho Veiga. Carlos Veiga, como é conhecido, além de primeiro-ministro acumulava neste período, o cargo de ministro da Defesa. No geral foram nomeados dezenove (19) ministros e três (3) Secretários de Estado (SE) para este período de mandato (tabela 1).

A partir da Segunda República, o contexto político de Cabo Verde é marcado pela proliferação dos espaços e áreas de atuação. A nível do governo por exemplo, pode se constatar o aumento do número dos ministérios e, conseqüentemente, dos ministros logo na primeira legislatura após a abertura política em 1991 (tabelas 1 e 5) em comparação com o período da Primeira República.

**Tabela 5: Ministérios criados entre 1975-1990 e 1991-1996 em perspectiva comparada**

<b>Ministérios do período de partido único: 1975-1990</b>	<b>Ministérios criados em 1991 -1996</b>
1. Negócios Estrangeiros	1. Negócios Estrangeiros
2. Finanças	2. Finanças e Plano
3. Defesa e Segurança	3. Desenvolvimento Rural e Pesca
4. Transportes e Comunicações	4. Transportes e Comunicações
5. Coordenação Económica	5. Indústria, Comércio e Turismo
6. Justiça	6. Justiça e Administração interna
7. Saúde e Assuntos sociais	7. Saúde e Promoção social

<sup>30</sup> Foi criado por um grupo de quadros e de pessoas que faziam parte do PAIGC (COSTA, 2003).

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

8. Educação	8. Educação
9. Obras Públicas	9. Obras Públicas
10. Agricultura e Água	10. Agricultura, Alimentação e Ambiente
	11. Cultura e Comunicação
	12. Juventude e Promoção social
	13. Mar

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados recolhidos nos B.O

Além do aumento quantitativo dos ministérios, pode se verificar a alteração de nomes em alguns casos: o ministério das Finanças passou a ser designado ministério das Finanças e Plano, o ministério da Saúde e Assuntos Sociais passou a se designar Saúde e Promoção Social e o ministério da Agricultura e Água se transformou em ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente.

Quatro anos mais tarde, nas eleições de 1996 o partido MpD ganhou as eleições e Carlos Veiga foi reeleito como primeiro-ministro. É interessante enfatizar que no período entre 1996 e 2001 teve dois (2) primeiros-ministros: Carlos Veiga esteve como Primeiro-ministro até 2000 e de 2000 a 2001 foi nomeado<sup>31</sup> António Gualberto do Rosário, que desempenhava funções de ministro de Desenvolvimento Rural e Pesca em 1991. Neste mandato, o executivo foi formado por vinte e três (23) ministros (tabela 1).

Na legislativa de 2001, onde concorreram três partidos já existentes (PAICV, MpD e PSD), surgiram mais dois novos partidos – ADM e PRD. Nesta legislativa o PAICV ganhou as eleições e governou durante três mandatos consecutivos (2001, 2006 e 2011). É de salientar que nestes três mandatos teve um único primeiro-ministro – José Maria Neves. No executivo de 2011 a 2016, José Maria Neves além de Primeiro-ministro acumulou funções de ministro da Reforma do Estado. Entretanto, durante este período governado por José Maria Neves foram nomeados um total de 62 ministros, conforme descritos anteriormente na tabela 1.

<sup>31</sup>As nomeações dos ministros bem como os Secretários de Estado foram feitas no início dos mandatos e com a remodelação dos governos ao longo dos mandatos respetivamente. Os dados de 2016 dizem respeito apenas aos nomeados no início do mandato, pois não houve ainda remodelações.

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

Na última legislativa que ocorreu em 20 de março de 2016, o MPD ganhou as eleições em todas as ilhas do arquipélago com 53,58% de votos, enquanto que o PAICV obteve 37,53% dos votos<sup>32</sup>. Assim para formar o executivo desta legislatura que governa por quatro anos, o primeiro-ministro, José Ulisses Correia e Silva<sup>33</sup> fez uma proposta de onze (11) ministros<sup>34</sup> que foram nomeados pelo Presidente da República (Jorge Carlos Fonseca) para ocupar das diferentes pastas ministeriais do Governo.

Portanto, esses dados refletem claramente o reforço do bipartidarismo em Cabo Verde, visto que apenas dois dos partidos políticos (PAICV e MpD) estiveram na direção do país desde o momento da abertura democrática em 1991 até a última eleição ocorrida em 2016. Por esta razão, parte-se do pressuposto de que existe uma forte militância partidária entre os governos e com isso, é provável que: por um lado, os ministros circulem entre os ministérios no processo de ocupação de cargos e, por outro lado, se repetem nos mandatos dependendo do partido em que se encontra no poder.

**Tabela 6: Os Primeiros-Ministros de Cabo Verde (de 1990- 2016) e a bi-partidarização dos governos**

Anos	1975- 1990* <sup>35</sup>	1991- 1996	1996-2000-2001	2001- 2006	2006- 2011	2011- 2015	2016...
Partido	PAICV	MpD	MpD	PAICV	PAICV	PAICV	MpD
<b>Primeiro-Ministro</b>	<b>Pedro Pires</b>	Carlos Veiga	Carlos Veiga  Gualberto do Rosário (julho/2000 a fevereiro/2001)	José Maria Neves	José Maria Neves	José Maria Neves	<b>Ulisses Correia e Silva</b>

**Fonte:** Elaboração própria

<sup>32</sup> 922 I SÉRIE — NO 24 «B. O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 31 DE MARÇO DE 2016.  
<http://www.parlamento.cv/GDRResultadoEleitorais.aspx?ImagemId=29>

<sup>33</sup> Durante a governação de Carlos Veiga (1996 – 2001), Ulisses Correia e Silva desempenhou funções de Secretário de Estado das Finanças em 1996 e Ministro das Finanças em 1998.

<sup>34</sup> Presentemente com a remodelação governamental, o elenco do governo conta com 13 ministros nomeados.

<sup>35</sup> \*Este período não constitui o marco temporal do estudo. Porém, poderá servir, posteriormente, para uma possível análise comparativa em termos de trajetória dos ministros em estudo, tendo em conta a sua carreira política, social e profissional.

O que se verificou entre os Primeiros-Ministros é a circulação nos diferentes cargos dentro do governo. Além de desempenharem funções do primeiro-ministro, acumulavam também em algumas situações as funções de ministro. A partir dos dados levantados nos Boletins Oficiais percebemos na mesma lógica de circulação nos cargos, um aspeto interessante neste quadro analítico que reforça o movimento das pessoas nos diferentes cargos: pessoas que transitaram de cargos de secretários de Estado para cargos de ministro e este para Primeiro-Ministro. A título de exemplo, temos o caso do atual Primeiro-Ministro, José Ulisses Correia e Silva que em 1998 era ministro das finanças e que em 1996 desempenhava funções de Secretário de Estado das Finanças, foi eleito o Primeiro-Ministro de Cabo Verde em 2016. Resumindo, são neste caso dois cargos de nomeação e um cargo eletivo.

A qualidade das informações requeridas durante as entrevistas permitiu esclarecer a ocupação simultânea dos cargos. Além disso possibilitou sistematizar e reconstruir o perfil das elites que compõem o quadro do executivo cabo-verdiano. Estes aspetos serão retomados mais a frente nos próximos capítulos.

A questão da circulação das pessoas nos diferentes postos de trabalho está relacionada com a sua trajetória situada no tempo e no espaço (CHARLE: 1994; SEMEDO: 2015). Por um lado, é importante o tempo determinado para cada função que desempenha e/ou desempenhada por determinado período de tempo. Por outro lado, é importante a questão da promoção ou permanência nos cargos, principalmente os cargos de chefia. Neste contexto de relações dos ministros com os partidos políticos, torna pertinente analisar não apenas os procedimentos formais, mas sobretudo procurar compreender a estrutura partidária no seu aspeto informal.

## **2.6. Conclusão 2:**

Em suma, podemos realçar duas considerações a respeito deste capítulo: (1) diz respeito à gênese e reprodução das elites em Cabo Verde e (2) corresponde à origem e história do Governo/Ministros em Cabo Verde.

**No que se refere às elites:**

Assiste-se num primeiro momento, uma elite dominante caracterizada como sendo elite branca, em seguida uma elite endógena e de letrados que surgiram num contexto em que o colonizador ainda estava presente no país. O grupo da elite intelectual cabo-verdiana que surgiu começou a expressar através de escritas de poesias, contos e, sobretudo através da música. Eram as diferentes formas utilizadas estrategicamente para expressar a realidade do país. Num segundo momento, o surgimento das elites sobretudo políticas e jurídicas, num contexto de luta por uma sociedade autónoma – estas estiveram na direção do país durante o período de partido único (1975-1990). No decurso da história assiste-se o surgimento de “novas elites”, com a abertura democrática nos anos noventa.

Presentemente, a presença das elites em Cabo Verde está marcada por uma base histórica e abrange um campo muito mais diversificado. As diferentes formas de acesso e de ascensão à posição de elite são cada vez mais marcadas pela nova conjuntura globalizada. No quadro abaixo podemos realçar os principais grupos de elites surgidas no país desde os seus primórdios de descobrimento tendo em conta a literatura enfatizada neste capítulo. Em primeiro lugar, uma elite que embora na sua maioria não é cabo-verdiana, mas já dispunha de nativos fazendo parte da cúpula enquanto proprietários sobretudo na ilha de Santiago, e isso é importante enfatizar para compreender a estrutura administrativa das ilhas e a conseqüente mudança ao longo dos tempos, até o momento em que surge um grupo de elite propriamente cabo-verdiana.

**Tabela 7: Síntese da gênese e evolução da elite em Cabo Verde**

<b>Século XIV-XV</b>	<b>Século XVII</b>	<b>Século XIX – XX</b>	<b>Pós- independência</b>	<b>Abertura Política (Década de 1990)</b>
Elite branca (Colonizador)	Elite endógena (pardos e pretos)	Elite letrada cabo-verdiana	Elite política e jurídica	Diferentes categorias de

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

				elite <sup>36</sup>
--	--	--	--	---------------------

**Fonte:** Elaboração própria

A especificidade de Cabo Verde nesta temática de estudo das elites reside em certa medida nos aspetos que fundamentam a história de formação dessas elites, do papel amplamente destacado não apenas na reorganização social do país, mas também nas diferentes estratégias de construção das carreiras e o engajamento profissional a partir deste período. Em suma, o surgimento das elites se apresenta como um fenómeno inédito e produtos singulares que demarcam contextos específicos na história do país. E a nível do governo é fundamental compreender esta categoria a partir das suas trajetórias sobretudo profissionais. Também pelo contexto histórico-social, para uma realidade como a cabo-verdiana, a perspectiva jurídica se postula como fundamental no acesso à posição de elite.

**Quanto ao Governo:**

Em relação aos ministérios podemos enfatizar a importância do seu funcionamento e a estrutura como está organizada. Percebe-se o aumento do número de ministros nomeados em cada mandato e contextos diferentes. No contexto antes da independência, a nomeação dos ministros se deu pelo governo português que determinava quem poderia fazer parte da cúpula administrativa das ilhas. Entre 1975 a 1990, a seleção de pessoas para o cargo de ministro ficou ao encargo do partido único como a única força dirigente no país. Com a instauração do regime democrático em 1991 a nomeação dos ministros é feita pelo Presidente da República (PR) sob a proposta do chefe do governo. Neste caso, quem seleciona ministros é o Primeiro-Ministro (PM), mas a aprovação é feita formalmente pelo PR. Resumidamente, a tabela 8 apresenta o número dos ministros nomeados por períodos em Cabo Verde desde 1974 até 2016.

---

<sup>36</sup> (Elite política, jurídica, empresarial, entre outras).

Tabela 8: **Cronograma da formação dos governos por período, ministros nomeados e órgão competente**

<b>Período</b>	<b>Ministros nomeados</b>	<b>Nomeado por</b>
<b>1974<sup>37</sup>-1975</b>	5	Governo Português
<b>1975-1990</b>	12	PAIGC/CV <sup>38</sup>
<b>1991- 2016</b>	119	Presidente da República sob a proposta do PM

**Fonte:** Elaboração própria

Se pode observar que mesmo com a alteração, aumento ou diminuição dos ministérios ao longo dos mandatos e os casos da alteração dos nomes, as áreas básicas de jurisdição ministerial permanecem em todos os governos analisados (de 1991 a 2015). Um aumento quantitativo se pode presenciar e do mesmo modo questionar sobre a qualidade desses ministérios. Na ausência de um estudo aprofundado a respeito, partimos da preposição de que esses ministérios apresentam grandes desafios em termos qualitativos.

Tabela 9: **Áreas básicas de jurisdição presentes em todos os mandatos**

		<b>Áreas básicas de jurisdição</b>
Natureza dos ministérios	<b>Social</b>	Ministério da Educação
		Ministério da Cultura
	<b>Política e Militar</b>	Ministério da Justiça
		Ministério da Administração Interna.
		Ministério da Defesa
		Ministério das Relações Exteriores
	<b>Económica</b>	Ministério do Trabalho
		Ministério da Economia
		Ministério do Desenvolvimento Rural

**Fonte:** Elaboração própria

<sup>37</sup>Enfatizando que antes deste período todas as diretrizes vigoras eram do governo Português que administrava diretamente o país.

<sup>38</sup> O partido (PAIGC/CV) era a única força política da sociedade e do Estado neste período e o Governo constituía o órgão supremo com funções executivas e administrativas do arquipélago.

### **CAPÍTULO III - GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE**

#### **3.1. Introdução geral**

Este capítulo tem por objetivo analisar a história do surgimento e expansão do ensino superior em Cabo Verde. Parte-se da preocupação de compreender o funcionamento das instituições de ensino superior (IES) tendo em consideração o contexto histórico de surgimento e desenvolvimento. Para este propósito tomamos como referência três estudos com elementos amplamente enriquecedores para a compreensão da história do ensino superior em Cabo Verde: 1) o trabalho de Corsino Tolentino (2007) com análises sobre a “universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde; 2) o trabalho de Varela (2011), “concepções, práxis e tendências de desenvolvimento curricular no ensino superior público em Cabo Verde - Um estudo de caso sobre a Universidade de Cabo Verde” e, 3) o estudo de Anjos (2010) “as tramas da política extrapartidária em Cabo Verde (ensaios sociológicos). São trabalhos que juntamente com outros estudos nacionais e internacionais na temática das instituições de ensino superior (IES), constituem o aporte teórico deste capítulo.

#### **3.2. A história da origem do ensino superior em Cabo Verde**

Na África em geral, a história do ensino superior apresenta contextos e períodos históricos diferentes entre os países. Essa complexidade é vista em termos de configurações políticas e sociais presentes de maneira diferente em cada um dos países. Nos espaços coloniais ingleses e franceses a imersão acadêmica é dada em tempos e em condições díspares em relação a dos países de colonização portuguesa. Ao comparar os períodos de surgimento das instituições dos institutos superiores e universidades nos

países africanos, verifica-se que os países de colonização inglesa foram pioneiros conforme apontam os estudos de López (2010). De acordo com esses estudos, nos países de colonização francesa e inglesa o processo de instalação das universidades ocorreu desde o período colonial, com a criação de escolas que posteriormente foram levadas a categorias de universidades.

A própria luta pela transição de um regime autoritário para democrático na África não apresenta um marco único para todos os países (HUNTINGTON: 1994). De modo que as reformas políticas, sociais e sindicais das colônias inglesas e francesas ocorreram no período logo após a Segunda Guerra-Mundial (FURTADO: 1997/1998: 203). Entretanto, cada país apresenta uma realidade singular, visto que a luta pelo fim do autoritarismo se deu em contextos díspares, embora em alguns casos podem se assemelhar na forma como decorreu o processo da luta. Cabo Verde e Guiné-Bissau, por exemplo, apropriaram de uma luta armada única pela libertação nacional. O movimento de libertação nacional desses dois países esteve direcionado por cabo-verdianos e guineenses em simultâneo e sob a direção de um único partido político, o PAIGC.

No que diz respeito à escolarização se verificou que até o período da independência, uma porcentagem insignificante de população adulta africana era alfabetizada (SANTOS: 2011: 30). No caso de Cabo Verde, um país lusófono africano que apresenta uma população de 518.467 mil habitantes residentes, a alfabetização da sua população é de 86,5%<sup>39</sup> (INE: Censo 2015). Segundo o resultado do Censo 2015 realizado pelo Instituto Nacional de estatística (INE), foi verificado um crescimento de 1,23% da população entre 2014 e 2015. Mesmo antes deste período a história do país em termos de alfabetização da sua população já foi um caso de destaque no ranking dos países lusófonos africanos:

“No grupo dos países de colonização portuguesa até os finais do século XIX, Cabo Verde foi o país que apresentava maior número de escolas primárias. De entre os países lusófonos africanos, em Cabo Verde haviam criadas 45 escolas primárias, seguida de Angola (25), Moçambique (8) e São Tomé e Príncipe (2)” (SEMEDO: 2006: 122).

---

<sup>39</sup>Dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE – CV) População (2014). Anuário 2015. Disponível em [http://www.ine.cv/anuarios/Anuario\\_CV\\_2015.pdf](http://www.ine.cv/anuarios/Anuario_CV_2015.pdf) . Consultado em 07/11/2016

Concomitantemente, embora as instituições de ensino superior em Cabo Verde não foram criadas no período colonial como nos demais países africanos de colonização inglesa e francesa, o sistema de ensino adotado posteriormente (pós-independência) foi herdado do período colonial, com características do colonialismo: tanto na organização interna das instituições quanto dos programas de ensino (VARELA: 2013: 19). Na nossa perspectiva, os aspetos do colonialismo ainda são salientes como fatos correntes em Cabo Verde, principalmente nas estruturas institucionais de ensino primário e secundário: existe um certo distanciamento entre o professor (visto como líder, “dominador”) e alunos.

No que tange aos ensinos primário e secundário, nas burocracias e regalias das instituições de ensino (principalmente nos liceus) se pode observar certas formalidades sob a qual são estipuladas aos alunos no sentido de estabelecer e manter a relação professor/aluno. A diferenciação social e o modo desigual como são selecionados e distribuídos os alunos por turmas (salas de aula) de estudo, mostra claramente a segregação em termos da origem geográfica e da condição familiar oriundo<sup>40</sup> e isto faz de o sistema educativo ser discriminatório conforme caracteriza Varela (2013: 19). Até a década de 1980 os estudos nacionais centravam apenas no ensino básico e secundário, de maneira que a formação superior neste período teria que ser feita fora do país. Até este período, o país foi marcado pela inexistência de instituições de ensino superior e, paralelo a isso, a necessidade de pessoas qualificadas para ocupar cargos político-administrativos das ilhas.

### **3.3.A formação superior no exterior**

Em entrevista com Dr. André Corsino Tolentino na qualidade do antigo ministro da educação em 1975, ele sustentou que após a independência, a formação de quadros profissionais constituía uma necessidade primária na administração local das ilhas. A administração pública em si carecia de profissionais para a reorganização social e política do país e criar novas formas de governança. Neste sentido, a forte aposta no

---

<sup>40</sup> Esta é uma situação em que posso posicionar a partir da experiência própria que tive durante os períodos de ensino liceal, visto que no liceu onde eu estudava (Liceu Amílcar Cabral) havia esta diferenciação nitidamente, sobretudo entre as turmas constituídas por alunos do centro e arredores da cidade e alunos vindos da periferia.

ensino superior em Cabo Verde tem como matriz as transformações sociais e políticas ocorridas no contexto da libertação nacional. Enquanto “garante de oportunidades de acesso” e “promotor da oferta” (COUTINHO & ANJOS: 2010: 23) ligado ao mercado de trabalho, uma das necessidades do país que se constituiu como prioridade nas políticas públicas do governo foi uma forte aposta na formação acadêmica, particularmente na formação superior. No entender de Tolentino (2007) a aposta na formação superior no exterior constituiu em um dos mecanismos de suprir a necessidades conjunturais de quadros qualificados. Procurou a partir dessa aposta investir nos caminhos que visam o acesso ao ensino superior no país e no exterior.

Neste contexto de pessoas que saíram do país para apostar na formação superior nos intenta a refletir sobre alguns aspetos 1) Quais as condições que determinavam a saída de nacionais para o exterior? 2) Quem fazia parte do grupo selecionado para o estudo superior no exterior? Quais eram os países de destino? E, 3) Quem recompunha os cargos públicos em Cabo Verde? São questões genéricas que servem de reflexão e ajudam a desenvolver o problema de pesquisa num contexto específico.

A nível do ensino superior no exterior, o aumento considerável do acesso a formação superior foi depois da independência nacional em 1975 através de bolsas de estudos (TOLENTINO: 2007). Fala-se essencialmente da Bolsa da *Fundação Calouste Gulbenkian* que financiou grande parte dos estudos dos cabo-verdianos.

De acordo com as informações recolhidas na página oficial da *Fundação Calouste Gulbenkian*, se trata de uma instituição portuguesa de natureza privada criada em 1956 por testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian que legou os seus bens à Portugal sob a forma de uma fundação. Um dos setores de atividades desta fundação tem sido a educação, com forte aposta nas bolsas de estudos e subsídios a nível nacional e internacional com intervenções através de apoios. Além de Portugal, concedia apoios nos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste bem como nos países com Comunidades Arménias. Por outro lado, a fundação trabalha de forma autónoma com projetos próprios ou em parceria com outras entidades, desenvolvidos no carácter de utilidade pública geral.

Entretanto, um dos países dos PALOP beneficiários de apoios e bolsas desta fundação tem sido Cabo verde que em articulação com o contexto da descolonização

cumpriu um propósito fundamental de melhorar a qualidade de vida das pessoas deste país insular (FERNANDES: 2006). A oferta de bolsas de estudo neste contexto, permitiu aferir um aspeto interessante na mobilidade social de modo que constitui uma das condicionantes de ascensão a posição de elite, numa primeira fase, o surgimento de uma elite escolarizada. Entretanto, juntamente com a oferta de bolsas eram indicadas, segundo os entrevistados, além do país de destino no qual poderiam estudar, os cursos em que teriam opções de escolher. Este aspeto demonstra a restrição na escolha dos cursos e do país de destino, visto que teriam que escolher de entre aqueles que lhes eram ofertadas.

Particularmente no caso dos ministros em estudo, constatamos que todos aqueles que saíram do país para estudar com bolsas de estudo foi financiada por esta fundação. Inicialmente, Alemanha, Argélia, Brasil, Cuba, EUA, França, Portugal e URSS são países que no entender de Tolentino (2007) constituem o grupo de destino dos cabo-verdianos para cursar o ensino superior. Portugal particularmente, foi um dos principais, senão dos únicos países que estabeleceu e fez prevalecer várias relações académicas e institucionais com Cabo Verde desde o período pós-colonial. Portanto, essas relações entre os países possuem raízes históricas que foram construídas ao longo do tempo, grandemente marcado pelo aspeto colonial (FORTES: 2005; CABRAL: 2009; ELLERY: 2009). A partir dos anos 2000, resultado do aumento da procura (TOTENTINO: 2007) houve a diversificação dos destinos e das condições do acesso ao ensino superior.

Notoriamente, paralelo às bolsas de estudo, o acesso à educação foi condicionado por outros recursos, nomeadamente as bases familiares. Os estudos (ENGELMANN: 2004; BARROS: 2012) tem demonstrado que além das bolsas de estudo, as oportunidades de escolarização que resultou na aquisição da titulação académica como um capital escolar, são fortemente influenciadas pelas famílias que possuem grande capital social e que mobilizaram a ascensão a posições de poder.

Caso semelhante se verifica no Brasil, relacionado aos postos nas carreiras políticas. Engelmann (2004) afere para o caso brasileiro, o peso das famílias de juristas e políticos inerentes à ascensão social dos agentes a partir do título académico, que conseqüentemente se promovem nas carreiras do Estado. A valorização do diploma

universitário como forma de legitimação da dominação no processo de conversão dos investimentos familiares e profissionais das elites. Para o Brasil, um dos países receptores de estudantes cabo-verdianos na formação a nível do ensino superior, esse fenómeno é vivido durante o Império e após a proclamação da República com a criação de diversas instituições de ensino nos mais variados estados do país (GRIJO: 2005: 106).

Assim, como Cabo Verde, o caso brasileiro por seu lado, foi também refém de uma formação acadêmica no exterior, particularmente em Portugal. Segundo Carvalho (2003: 37), até o período da independência a educação concentrava na Universidade de Coimbra.

Anjos (2006) por seu lado, mostra que em Cabo Verde, a estratégia de reconversão do capital econômico em capital escolar, que na maioria dos casos levou a ocupação de cargos públicos, não foi possível para grande parte das famílias tradicionais devido à precariedade do sistema económico nacional. As famílias tradicionais tinham poucas ou quase nenhum meio económico que lhes permitissem investir na educação superior dos filhos. Neste caso, são as pessoas que conseguiram reconverter seus capitais (exclusivamente económico em capital escolar), é que, depois constituíram na sua maioria o processo de recomposição social dos cargos públicos (BARROS: 2012)<sup>41</sup>. Porém, Barros (2012) enfatiza que apesar desta vanguarda, existem casos específicos de pessoas que pertencem a classes sociais mais desfavorecidas (embora uma minoria comparando com os outros) e que conseguiram ascender a posições de maior destaque, ou seja, fazendo parte do grupo da elite administrativa cabo-verdiana.

Assim sendo, uma das estratégias privilegiadas para ascensão social dos filhos foi e ainda é dada com a formação superior, que conforme sustentam os estudos (Anjos 2002; Barros, 2012), o próprio surgimento da elite intelectual cabo-verdiana é marcado pela aposta na educação, mormente no ensino superior que teve a sua paragem exclusivamente no exterior.

---

<sup>41</sup> Na sua tese de doutorado, procurou mostrar ao mesmo tempo, casos de famílias com poucos recursos materiais e simbólicos que arrumaram estratégias para que os filhos tivessem acesso ao ensino.

Nesta perspectiva, o importante é compreender como os indivíduos “usam o capital internacional - títulos universitários, conhecimentos técnicos, contatos e entre outros recursos para construir suas carreiras em seus países natais” (DEZALAY: 2000: 164). Neste parâmetro centra a preocupação em relação a Cabo Verde de compreender, a partir da análise de trajetórias, como os ministros fizeram o uso do diploma universitário que a propósito adquiriram no exterior.

A análise das demandas e dos fluxos migratórios dos estudantes, permite averiguar uma descentralização em termos de países de estudos. Neste processo de formação acadêmica, constata-se, historicamente, a internacionalização dos estudantes atuais e dos mais remotos, as elites. No entanto, dada à inexistência das universidades no país (no período pós-independência), o destino dessas pessoas para estudar em uma instituição de ensino superior, foi em vários países exteriores. Este aspeto mostra que o destino é internacionalizado na medida em que não se concentrou em Cabo Verde, mas sim em vários outros países. Em suma, a formação no exterior constituiu e possibilitou as primeiras saídas de formandos com nível de ensino superior visto que o país teve a sua primeira instituição de ensino superior em 2001<sup>42</sup>.

### **3.4. As instituições de ensino superior em Cabo Verde**

As primeiras ofertas de ensino superior no país surgiram a partir dos anos 90 e foi em nível privado (COUTINHO & ANJOS: 2010: 23). A primeira iniciativa de ensino superior de natureza privada no país ocorreu em 1991 com a criação do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) e teve a implementação dos cursos de Bacharelado em Gestão e Marketing e Contabilidade na Cidade do Mindelo (São Vicente). Além deste instituto, emergiram no país mais três institutos superiores em contextos diferentes em resposta às necessidades do país a nível da instrução escolar das pessoas: o Instituto Superior da Educação (ISE), o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR) e o Instituto Nacional de Investigação e

---

<sup>42</sup> Porém o país já contava com instituições de ensino desde 1979, mas não eram de ensino superior.

Desenvolvimento Agrário (INIDA). No entender de Tolentino (2007), estes IES são as maiores bases das experiências do ensino superior público no país.

De acordo a Direção Geral do Ensino Superior em Cabo Verde (DGES), o ISE era a antiga Escola Nacional de Formação de Docentes do Ensino Secundário que foi criada em 1979. Em 1994, na sequência da greve por falta de professores qualificados que vinham desde o momento logo após independência, foi transformada no Instituto Superior de Educação no sentido de amenizar esta situação. Anos mais tarde, este instituto veio a adquirir uma natureza universitária transformado na conhecida Universidade de Cabo Verde. O INIDA, por sua vez surgiu com o propósito de solucionar problemas ligados à erosão do solo, portanto, foi criada em 1992. E, o ISECMAR foi criado para capacitar quadros nacionais que melhor podiam fazer o uso da posição geoestratégica do país. Nos anos de 2006 e 2007, essas instituições foram transformadas em unidades associadas da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ou seja, a instituição do ISE transformou se em Uni-CV que constitui a primeira universidade pública do país, e, até agora a única.

Os estudos têm apontado a Uni-CV como um dos melhores no ranking dos países africanos. É o caso da avaliação feita pela *4 International Colleges & Universities (4icu)* em 2015, que demonstra a Uni-CV ocupa 78º posição entre as 100 melhores Instituições de ensino Superior em África. Esta posição de Cabo Verde a nível de ensino superior, apresenta segundo Varela (2013: 11) uma posição relativamente confortável no *ranking* africano e internacional.

A primeira universidade instituída no país foi a universidade Jean Piaget (Uni-Piaget), em 2001. A Uni-Piaget é uma instituição privada que foi estabelecida na cidade da Praia pelo Instituto Piaget que é uma fundação educativa portuguesa. A criação desta universidade foi o resultado do acordo entre o governo de Cabo Verde com o Instituto Piaget feita em 1999 e que veio a ser autorizada a sua criação no país em 2001 (TOLENTINO: 2007: 291). As mudanças ocorridas fizeram com que o governo pensasse nos caminhos e nas possibilidades de se adequar à nova realidade do país a partir da criação de medidas que visam o desenvolvimento do país como ressalta Corsino Tolentino em entrevista.

Formação académica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

Além da Uni-Piaget, Cabo Verde conta hoje com mais sete instituições de ensino superior privadas, que comparando com a Uni-Piaget, são de menores dimensões tanto em termos estruturais quanto em nível de ofertas formativas. De entre elas figuram as universidades e os Institutos Superiores. Existe a Universidade Lusófona (UL), a Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA), o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), a Universidade do Mindelo (UM), a Universidade de Santiago (US), o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS) e a Escola Internacional de Artes do Mindelo (MEIA).

As Instituições de Ensino Superior estão determinadas mediante decretos legislativos<sup>43</sup> referentes à Constituição da República do país. As tabelas 3 e 4 ilustram as Instituições de Ensino Superior em Cabo Verde mediante as suas designações, fundação, natureza e lugares onde estão sediadas.

Tabela 10: **Universidades Pública e Privadas em Cabo Verde**

<b>Instituição</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Natureza</b>	<b>Sede</b>
<b>Universidade Jean Piaget - Uni-Piaget</b>	2001	Privada	Praia
<b>Universidade do Mindelo - UM</b>	2002	Privada	São Vicente
<b>Universidade de Cabo Verde – Uni-CV</b>	2006/2007	Pública	Praia
<b>Universidade Intercontinental de Cabo Verde – ÚNICA – UL</b>	2007	Privada	Praia
<b>Universidade de Santiago – US</b>	2008	Privada	Assomada e Praia (2012)
<b>Universidade Lusófona</b>	2008	Privada	São Vicente e Praia

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados consultados no site da Direção Geral do Ensino Superior de Cabo Verde.

<sup>43</sup> Decreto-Legislativo nº 2/2010: Revê as Bases do Sistema Educativo, aprovadas pela Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro, na redacção dada pela Lei nº 113/V/99, de 18 de Outubro.

Tabela 11: **Institutos Universitários**

<b>Instituto Superior</b>	<b>Fundação/Sede</b>	<b>Natureza</b>
<b>Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais – ISCJS</b>	Praia	Privada
<b>Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais – ISCEE</b>	São Vicente e Praia	Privada
<b>Presidência do Instituto Universitário de Educação</b>	Praia	Pública
<b>Escola de Formação de Professores</b>	Praia	Pública
<b>Escola De Formação de professores do Mindelo</b>	Mindelo - São Vicente	Pública
<b>Escola de Formação de Professores de Assomada</b>	Assomada – Santiago	Pública

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados nos sites oficiais de cada instituto. (Mais informações sobre as universidades e institutos superiores em Cabo Verde, ver Tolentino, 2007).

As instituições de ensino superior têm maior representatividade na cidade da Praia (Santiago) e em Mindelo (São Vicente). É de realçar o fator estratégico e privilegiado da cidade da Praia, por ser a capital do país, situada na ilha de Santiago que, por sua vez, é a maior ilha do país em termos territoriais e de densidade populacional.

No que diz respeito à conceptualização da universidade, Varela (2013) sustenta que a sua denominação se apresenta em uma realidade complexa e heterogênea. Essa complexidade nas designações são patentes tanto nas obras específicas quanto nas obras oficiais em que se designam de várias formas: “universidade, instituto universitário, escola universitária, colégio universitário, centro universitário, escola superior, instituto politécnico, instituto de ensino superior, ensino terciário, entre outras” (VARELA: 2013: 5).

Em conformidade com a análise das categorias das instituições do ensino superior em Cabo Verde comparado com outros países, nomeadamente o Brasil e Portugal (VARELA: 2003), é interessante ver no modelo cabo-verdiano uma aproximação com o modelo português no que diz respeito a estratégia internacional

(DEZALAY: 2010) utilizada no processo de redefinição dos espaços de atuação das “elites” que emergiram no país e da própria estrutura/hierarquização desses espaços. O que se verifica é a importação de estruturas institucionais do modelo europeu para se implantar em Cabo Verde.

Comparativamente ao Brasil, a institucionalização do ensino superior é distribuída mediante a seguinte categorização: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos e Escolas Superiores e Centros de Educação Tecnológica (TRINDADE: 2012). Em contrapartida, em Portugal o ensino superior subdivide-se em ensino universitário e ensino politécnico (SIMÃO, SANTOS & COSTA: 2002: 187 citado por VARELA: 2013: 6-7). Em termos de estruturas das suas universidades demonstram a aproximação existente entre os modelos de ensino superior nestes países. Já a estrutura e o modelo de ensino cabo-verdiano por seu lado, se aproxima ao modelo português, isto de modo que se dividem entre universidades (com a subdivisão essencialmente pelas universidades e institutos universitários) e instituições de ensino politécnico, aponta Varela (2013).

Ao analisar o avanço do ensino superior em Cabo Verde, particularmente a dianteira da Uni-CV em comparação aos demais países africanos enfatizamos dois pontos que podem estar relacionados: primeiro, o fato de ser a única universidade pública no país, ganha maior investimento do governo a partir de políticas voltadas para o ensino superior no país. Por outro lado, pela sua trajetória histórica (tendo em consideração que antes de adquirir a natureza de universidade era um instituto superior de educação), a inclusão de uma política acadêmica muito mais diversificada e globalizada.

Porém, uma análise detalhada dos avanços do ensino superior a nível geral sobretudo num período da independência e, posteriormente à abertura política constata-se ainda inúmeras insuficiências em matéria de funcionamento e da estrutura organizativa tanto interna quanto externa. Isto leva a concluir que apesar da vanguarda do desenvolvimento da educação superior, apresenta alguns desafios a serem enfrentados sobretudo no que se refere aos problemas estruturais (VARELA: 2013: 11) que ao fim ao cabo acabam por colocar em causa a sua qualidade de ensino a nível nacional. Será, pois, necessário um esforço adicional para o aperfeiçoamento do ensino

superior no país, e, portanto, face a isso compreender as diferentes dinâmicas de políticas governamentais nos parecem ser interessantes neste quadro de análise.

Ligado ao funcionamento de ensino superior em Cabo Verde, Varela (2013) apela pela necessidade de engendrar o fenómeno da avaliação (interna e externa) sobre os mesmos. A avaliação envolve desde a sua estrutura institucional em si enquanto base de oferta e espaço de produção de conhecimentos quanto por parte dos agentes que o compõe através dos papéis que desempenham. O sentido do *accountability* requer um valor simbólico no processo de responsabilização por parte dos agentes competentes (AFONSO: 2010: 151; VARELA: 2013: 3).

O processo da avaliação abdica-se naquilo que Varela (2013) considera ser necessário a existência de condições institucionais credíveis de forma a propor e estruturar uma avaliação qualificada. A prestação de contas tanto pelas entidades internas quanto externas assumem uma posição central no processo de transformação da realidade através do processo das tomadas de decisões. Este aspeto concentra essencialmente nas funções desempenhadas pelos profissionais consagrados a exercer cargos internos dessas instituições superiores. O controle enquadra um carácter não só político, mas também técnico-institucional e social. Entretanto,

“o país precisa, urgentemente, de um sistema de avaliação indutor da qualidade (do corpo docente e seu desempenho; da formação ministrada; da produção científica realizada; da extensão académica ou da relação com a sociedade) (...) o país precisa de uma avaliação do ensino superior que, pela sua cientificidade e pela qualidade e pertinência dos seus *inputs*, contribua para agregar “valor” à academia, não necessariamente na lógica da mercadorização dos “produtos” académicos” (VARELA: 2013: 23)<sup>44</sup>.

Em suma, sintetizamos no quadro abaixo os períodos que marcam a formação escolar em Cabo Verde.

---

<sup>44</sup>Magalhães, 2004, Santos, 1994; 2008 apud Varela, 2013, p.23.

Tabela 12: **Gênese e desenvolvimento da educação no país em três momentos a partir dos depoimentos dos ministros**

---

<b>Primeiro período:</b> Segunda metade dos anos 60 e anos 70	<b>Depoimento I:</b> “Uma fase que Cabo Verde estava em plena mudança - a expansão da escolarização. Fez-se a escolarização do ensino primário e secundário, conseguiu cumprir a transição da independência” (Entrevistado 8).
<b>Segundo período:</b> Década de 80 e anos 90	
<b>Terceiro período:</b> Anos 2000	<b>Depoimento II:</b> “Década de 80 foi o grande desenvolvimento do ensino básico. 90 - o grande crescimento do ensino secundário e depois 2000 foi a consolidação do ensino básico e secundário e o desenvolvimento do ensino superior” (Entrevistado 1).

---

**Fonte:** Elaboração própria a partir das entrevistas

Atualmente, embora existem universidades no país que oferecem diversos cursos tanto em nível de graduação quanto mestrado e doutorado, os estudantes continuam significativamente a procurar outros países para estudar. De entre os países podemos destacar Estados Unidos da América, Brasil, China, Portugal e entre outros. E a procura recaí nos mais variados cursos em todas as áreas de ensino. Entretanto, aferimos que a maior diversificação de destino e o aumento de títulos universitários entre os cabo-verdianos é marcado a partir dos anos 2000. Isto significa que a procura pela aquisição de títulos escolares está cada vez mais ampla e diversificada em termos de áreas de estudo. Nisto podemos aferir o uso de títulos universitários como elementos que garantem a mobilidade social e garantia de postos de destaque na hierarquia das profissões.

Entre os cursos oferecidos pelas universidades exteriores, o direito tem sido um dos cursos chaves de ensino para os cabo-verdianos. Mesmo não havendo universidades em Cabo Verde na altura pós-independência e atualmente este curso não é oferecido na

universidade pública de Cabo Verde (Uni-CV)<sup>45</sup>, em que existe mais facilidade de acesso em termos econômicos, muitos dos cabo-verdianos tiveram a oportunidade de cursar o direito no exterior. Um curso que *a priori*, a sua aposta constitui-se numa autêntica necessidade dado ao processo de reconstrução social e do Estado. Historicamente, o direito esteve na linha da frente de entre os outros cursos com uma grande investidura acadêmica e profissional.

Dos perfis dos ministros cabo-verdianos que levantamos, constatamos que aqueles que se formaram em direito foi pela Universidade de Lisboa e em Coimbra. Essas universidades são referenciadas como base da formação não apenas dos quadros jurídicos cabo-verdianos, mas também de quadros políticos. Como enfatiza Trindade (2012, p. 13), comparativamente com América portuguesa, a faculdade de Direito de Coimbra desempenhou um papel estratégico na formação das elites políticas, jurídicas e intelectuais.

### **3.5.A formação dos bacharéis em direito: Cabo Verde e Brasil em perspectiva comparada**

O fito do enquadramento dessa subseção é no sentido de evidenciar em perspectiva comparada, a formação dos bacharéis em direito no Brasil e em Cabo Verde. *A priori*, são duas realidades diferentes, mas que relendo os trabalhos ligados ao ensino superior e em particular, ao ensino do direito, apresentam semelhanças em relação ao propósito da formação jurídica e os primeiros formados em Direito desses países.

Brasil é um dos países que apresenta um ensino do direito consolidado e possui um dado histórico interessante no processo de formação dos bacharéis nacionais que permitem uma análise comparativa com Cabo Verde. Sérgio Adorno (1988) ao analisar o Bacharel em Direito no Brasil Império, sustenta que o ensino jurídico no Brasil teve a sua aceitação e início nas Faculdades de São Paulo. Posteriormente, Carvalho (2003:

---

<sup>45</sup> Isto na medida em que o ensino superior em Cabo Verde não é gratuito e a Universidade Pública é a única que oferece cursos a menos custos, comparando com as universidades privadas.

37) sustenta que a formação jurídica brasileira se concentrou após a independência, apenas em São Paulo e Recife, duas capitais provinciais do país.

Nos estudos de Adorno, o ensino jurídico visava às necessidades do contexto político do Brasil, isto porque, na ideia dele, não se preocuparam com a qualidade de formação dos bacharéis em Direito se não com o preenchimento das lacunas existentes no sistema político brasileiro daquele período. Petrarca & Oliveira, enfatizaram a relação dos bacharéis em direito ou medicina que eram formados para representarem as famílias nas câmaras provinciais e que “ao seguirem a carreira política de senador ou deputado, faziam a conexão entre o município, base principal do poder do coronel, e o sistema político nacional” (2016: 155).

Neste período (Brasil Império), os bacharéis faziam parte da elite intelectual do país, pois, ocupavam cargos importantes e de decisões políticas nacionais e isso lhes garante, portanto, uma posição social privilegiada, visto que detinham poder e prestígio social (ADORNO: 1988). A interpretação histórica do bacharelismo jurídico no Brasil assim como em Cabo Verde, os bacharéis eram dotados de capitais importantes dentro da sociedade que lhes garantia um lugar privilegiado na hierarquia social. Fruto das relações familiares e das redes estabelecidas nas faculdades, essas elites aprimoraram dos diversos capitais de que são possidentes para a sua reconversão no campo político, ou seja, “*a reconversão dos títulos para a carreira política*” (PETRARCA & OLIVEIRA: 2016: 156).

Em Cabo Verde, os próprios ministros em estudo que foram os pioneiros acadêmicos com titulação superior em direito enfatizaram o enredamento para o campo político desempenhando funções políticas no governo apesar de possuir formação jurídica. Neste sentido, “*no caso do direito, a oratória e o conhecimento jurídico fortaleceram os investimentos políticos*” (*idem*).

A compreensão da problemática do ensino de direito em Cabo Verde requer uma contextualização histórico-social do curso de direito no país desde os seus primórdios. Conforme assevera Dezalay, as faculdades de direito ocupam um lugar central na reprodução do conhecimento, na dinâmica da formação das elites governantes, e das hierarquias estabelecidas entre elites e as técnicas de conhecimentos especializadas (DEZALAY: 2000; 2003: 28).

Num contexto histórico-jurídico cabo-verdiano, o direito, enquanto ciência do ordenamento jurídico da sociedade é marcado consoante alguns momentos em períodos anteriores cruciais: Primeiro, num período em que marca a necessidade do país em apostar na formação de quadros para preencher as lacunas existentes no campo jurídico e político. Um momento que marca a saída de pessoas do país para estudar no exterior devido a inexistência de Instituições de ensino Superior no país. Um outro momento trata da instauração de Universidades no país e criação dos cursos em várias modalidades, isto num período recente.

Dos anos 1970 ao início dos anos 1990, o campo jurídico constituía uma das arenas com déficit de formados para desempenhar funções dos quadros judiciais e administrativos de Cabo Verde, num momento em que o país acabou de alcançar a sua independência política (SILVA: 2010). A imersão do ensino do direito foi uma das necessidades primordiais que vem aniquilando e que à medida que a sociedade avança, surgiram em paralelo novas demandas.

Em Cabo Verde, a partir dos finais dos anos setenta e início dos anos oitenta o ensino do direito e a formação de quadros jurídicos intensificaram-se, e teve um forte envolvimento das pessoas que financeiramente apresentavam condições para estudar no exterior e de outros que tiveram esta oportunidade através de bolsas de estudo. O curso de direito era socialmente prestigiado, visto como “curso de poucos” tanto pelo seu valor econômico em termos de custo quanto pela sua complexidade e importância na organização do Estado.

Quando pensamos em uma análise histórica vinculada ao ensino do direito desde os seus primórdios, questiona-se: que trajetórias (dos formados em Direito) possibilitaram o acesso a cargos de altos escalões da sociedade? Engelmann chama atenção para o caso do Brasil, no que diz respeito ao espaço do Judiciário, uma análise que se aproxima a algumas questões relacionadas com a trajetória dos juristas, os tipos de engajamento, as predisposições adquiridas do grupo familiar e entre outras variáveis que podem estar presentes nessa conjuntura da entrada de novos agentes nas carreiras do Estado (ENGELMANN: 2004: 68). Estas questões também são viáveis para o caso de Cabo Verde, enfatizando a importância de compreender como se dá o recrutamento de políticos-juristas e a forma como constroem suas carreiras dentro do aparato Estatal.

O curso do direito teve legitimidade em vários países, nomeadamente, nos países da América Latina. Conforme sustenta Dezalay, a economia por exemplo, teve de conquistar sua autonomia em relação ao Direito na América Latina e além disso havia, vários de entre os economistas de maior destaque que controlavam o ensino de contabilidade e que na verdade possuíam formação escolar em escolas de direito (DEZALAY: 2010).

A presença de pessoas com formação jurídica e que atuam profissionalmente em várias áreas é muito visível em Cabo Verde. Na arena governamental, uma análise curricular e profissional dos ministros possibilitou a identificação, classificação e análise das diversas áreas de atuação dos ministros com formações acadêmicas distintas. (1) Trata-se de pessoas que possuem uma formação jurídica e que profissionalmente desempenham funções ligadas a esta área. (2) Trata-se de ministros que assumem pastas dentro do governo diferentes da sua área de formação acadêmica. Entretanto, a questão que se coloca é como a formação acadêmica influencia no desempenho de cargo de ministro e como isso determina o desempenho das atividades ministeriais do governo? Questiona-se ainda de modo particular, em que medida a formação jurídica influencia no processo de recrutamento dos ministros e, conseqüentemente, no desempenho das atividades profissionais?

A formação jurídica como recorte do estudo está catalogada como um produto histórico situado num processo estratégico de formação do Estado de direito de Cabo Verde e que se encontra no auge das preocupações mais recentes do Estado democrático. Os enfoques atuais inclinam para o funcionamento das instituições judiciais por um lado, face às demandas que nesta realidade se produz a nível do quotidiano, e por outro lado, mexe diretamente com o “quem” (enquanto liderança) se encarrega de trabalhar como chefia (enquanto direção, a forma como lidera) nessas instituições.

Ao falar das faculdades ou Instituições de Direito, é interessante frisar que, diferentemente do Brasil, Cabo Verde não dispõe de faculdades ou estruturas/edifícios específicas para lecionar o curso do direito. A sua efetivação é construída a partir de departamentos internos às universidades ou Institutos superiores. Porém, nem todas as universidades e Institutos Superiores oferecem o curso de Direito nas suas ofertas formativas.

Presentemente, o curso do direito é ministrado em cinco universidades do país: (A Universidade do Mindelo, a Universidade de Santiago, a Universidade Lusófona, Universidade Jean Piaget e o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais). Cada uma destas Instituições oferece programas de ensino com um período estipulado para cada nível acadêmico. Algumas oferecem em nível de licenciaturas e outras já possuem o curso de mestrado. Neste estudo tivemos contato com apenas três destas universidades com a finalidade de procurar compreender junto dos coordenadores do curso do direito a história do surgimento e consolidação do curso no país.

O pioneiro a iniciar o ensino do direito no arquipélago foi o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais em 2006. Segundo a antiga coordenadora do curso, Yara Miranda<sup>46</sup>, a universidade iniciou com cerca de 230 alunos inscritos sendo que 167 são do direito. Até 2013, contou-se com cerca de 400 alunos inscritos no curso de direito. A maioria dos docentes nesta universidade possui o grau de licenciatura, o que mostra um déficit de qualificados em nível de mestrado e de doutorado. Embora, isto não quer dizer que não existem.

Embora com menos intensidade, o curso de direito ainda continua sendo socialmente prestigiado em Cabo Verde e os formados em Direito possuem de certa forma um renome social. É muito valorizado as universidades onde são formados a nível do exterior. A nível nacional, o seu custo económico é maior pelo fato de ser em universidades privadas, tendo em conta que a Uni-CV (a única universidade pública do país) não oferece este curso.

Para delinear sobre o ensino do direito em Cabo Verde o estudo foi centrado em torno de três universidades que lecionam o curso do direito no país: O Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais - ISCJS, a Universidade Jean Piaget – Uni-PIAGET e a Universidade de Santiago - US. O objetivo foi de estabelecer uma análise sócio histórica do surgimento do curso de direito no país, a sua evolução e impactos a nível institucional interna. Entretanto, o universo de estudo, neste caso, centra nas universidades que lecionam o curso de direito.

---

<sup>46</sup>Yara Miranda, possui graduação em Direito pela faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e Doutoranda pela mesma universidade. Advogada desde 2006, é professora Graduada do ISCJS desde 2008, onde também desempenhou as funções de Chefe do Departamento de Direito e de Estudos Internacionais e Coordenadora da licenciatura em Direito desde 2011, e Advogada desde 2006. Dados coletados no [www.iscjs.edu.cv](http://www.iscjs.edu.cv), notícias. Acesso em 20/11/2016.

**Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)**

No sentido de procurar compreender melhor a gênese e o Desenvolvimento da formação jurídica nestas instituições, optou-se neste trabalho, por entrevistar os coordenadores do curso de direito (tanto antigos ou atuais). Porém, as dificuldades de contatos e de acesso às informações criaram lacunas no processo de pesquisa.

Os resultados de pesquisa permitiram aferir duas conclusões iniciais: primeiro, o se pode verificar na gênese do curso de direito no país é a complexidade do contexto de criação em cada uma das instituições. Em segundo lugar, aferiu-se que os atores considerados matrizes na criação deste curso são adversos, de entre eles fazem parte pessoas que inclusive já desempenharam cargos de ministros. O comparativo do surgimento e funcionamento do curso de direito nas três instituições de ensino Superior no país (O ISCJS, a Uni-PIAGET e a US) apresentam as seguintes características descritas no quadro 12:

**Tabela 13: Caracterização dos cursos de direito nas três instituições do curso de direito: ISCJS, US e PIAGET**

Características gerais do curso	Universidades com ensino de direito		
	Uni-Piaget	ISCJS	US
<b>Nível</b>	Licenciatura	Licenciatura	- Licenciatura - Pós-Graduação (Direito Tributário e Direito Processual Civil. - Mestrado (Direito Público)
<b>Acesso</b>	12º ano	12º ano	12º ano
<b>Duração</b>	4 anos (dois semestres por ano)	4 anos (dois semestres por ano)	4 anos (dois semestres por ano)
<b>Período</b>	Diurno e Pós-laboral	Diurno e Pós-laboral	Diurno e Pós-laboral
<b>Plano Curricular<sup>47</sup></b>			

<sup>47</sup> O Plano curricular do curso de direito pode ser consultado nos sites de cada universidade: <https://www.us.edu.cv/usSITE/images/licenciatura18/Direito.pdf>

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

Surgimento	2001	2006	2008
------------	------	------	------

**Fonte:** elaboração própria através das informações disponíveis nos sites oficiais de cada universidade

### 3.6. Conclusão 3:

De maneira geral, no capítulo 4 procuramos contextualizar o surgimento do ensino superior em Cabo Verde e a proliferação das universidades e institutos superiores ao longo da história do país. Além disso, procuramos dar uma especial atenção sobre o curso de direito tendo em conta a especificidade do campo jurídico proposto como uma das dimensões específicas de análise.

A partir do enquadramento feito podemos sublinhar algumas considerações a respeito do ensino superior: Em primeiro lugar, a história do ensino superior na África é compreendida de maneira diferente entre os países: francófonos, anglófonos e lusófonos. Estes se diferem tanto pelo tempo quanto por contextos históricos de surgimento. Em segundo lugar, consideramos importante sublinhar que o primeiro grupo de formados em ensino superior em Cabo Verde feita no exterior condiciona uma trajetória comum entre os ministros em estudo. Entretanto, é importante para o caso de os ministros neste estudo procurar compreender a maneira como se deu o processo de seleção de pessoas para estudar no exterior. Neste âmbito, as questões como, quem fazia parte deste elenco? Quais os fatores que influenciaram as saídas para fora do país e as experiências no exterior? E como se deu o processo de recrutamento após a formação superior no exterior são questões centrais a se debruçar nos próximos capítulos.

No que tange ao ensino do direito no país, verifica-se a partir do quadro 12 que, embora este foi criado em períodos distintos para cada uma das instituições de ensino superior, ambas as três universidades apresentam características semelhantes de funcionamento, das formas de acesso, o do tempo de duração do curso. No fim, consta que nenhuma das universidades oferecem o curso de direito em nível de mestrado e

---

<http://www.iscjs.edu.cv/index.php/pt/cursos/licenciaturas/direito>

<https://www.us.edu.cv/usSITE/images/licenciatura18/Direito.pdf>

<sup>47</sup> O Plano curricular do curso de direito pode ser consultado nos sites de cada universidade:

<https://www.us.edu.cv/usSITE/images/licenciatura18/Direito.pdf>

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

doutorado, sendo que apenas a Universidade de Santiago possui na sua oferta formativa o direito em nível de pós-graduação, mas em áreas específicas, ou seja: Direito Tributário e Direito Processual Civil e em nível de mestrado, o Direito Público.

Em entrevistas com os coordenadores do curso de direito nessas instituições todos sustentaram que a iniciativa da criação do curso deve-se ao fato de que este é um curso que tem bastante procura e com uma forte tradição em todas as universidades. Portanto, para além da questão ordenamento jurídico do país, o curso de direito é abordado em termos de procura e a relação com o mercado de trabalho.

## **CAPÍTULO IV: FORMAÇÃO ACADÊMICA E O RECRUTAMENTO DAS ELITAS BUROCRÁTICAS: UMA ANÁLISE DA NOMEAÇÃO DOS MINISTROS ENTRE 1991 A 2015**

### **4.1. Introdução geral**

Assim como nos cargos assumidos por concursos públicos existem requisitos previamente determinados no processo de recrutamento, existem também elementos básicos que são considerados fundamentais e que determinam a seleção das pessoas nos cargos de nomeação. Em Cabo Verde, o fato de a nível governamental, a seleção de pessoas para cargos de ministros é dada consoante critérios determinados pelo chefe de governo (Primeiro-Ministro) nos levou a questionar sobre o padrão do recrutamento no campo burocrático do governo enquanto espaço de relações humanas.

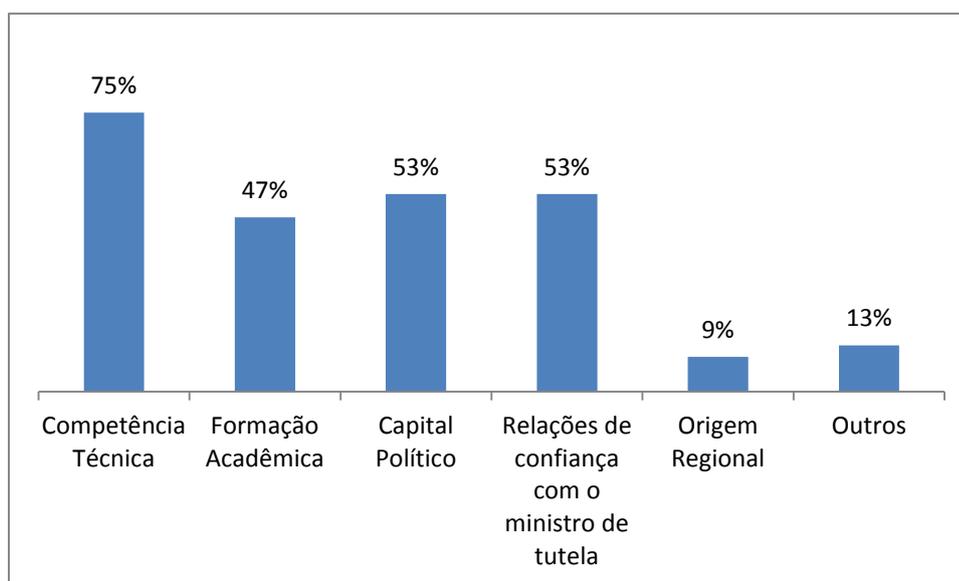
Para compreender os critérios utilizados na seleção dos ministros em Cabo Verde (1991-2015), foram priorizadas por um lado, as considerações dos próprios ministros sobre quais os elementos que estiveram na base das suas nomeações. Por outro lado, procuramos compreender a partir das considerações do próprio chefe do governo, quais as condições que ele estabelece para recrutar os seus ministros. Essas informações foram analisadas tanto com os resultados dos dados dos questionários obtidos, como a partir das entrevistas com questões cuja a natureza das respostas é subjetiva. Aqueles que não responderam esta questão foi por considerar ser de ordem única e exclusiva do Primeiro-Ministro. Das respostas obtidas, prevalecem os critérios como: a competência técnica, a formação acadêmica e as relações de confiança com o ministro de tutela respectivamente. Já nas posições do antigo chefe do governo, José Maria Neves revela que esses critérios são importantes e são levados em consideração, mas a base das nomeações reside no fator político-partidário.

Os resultados de pesquisa permitiram dialogar com outros estudos sobre o recrutamento e a posição social das elites políticas em diferentes realidades e contextos. Conclui-se que a titulação acadêmica por si só não determina o acesso a cargos de ministros em Cabo Verde.

#### 4.2. Critérios de nomeação para cargo de ministro

Os resultados dos questionários (gráfico 1) apontaram a competência técnica (75%), a formação acadêmica (47%), as relações de confiança com o ministro de tutela (53%) e o capital político (53%) como sendo elementos fundamentais que estiveram na base do recrutamento dos ministros. Esses dados confirmam a hipótese de que o recrutamento se dá por outros meios para além da formação acadêmica. Percebe-se então que os critérios como capital político e relações de confiança com o ministro de tutela, e a competência técnica possuem indicações percentuais superiores em relação à formação acadêmica.

Gráfico 1: Critérios de nomeação para o cargo de ministro (total de 32 ministros)



Fonte: Dados do questionário

A “competência técnica”, que em si apresenta uma natureza polissêmica em termos de definição, é percebida como conjunto de aptidões profissionais que estão associadas por um lado, ao tempo de experiências no desempenho dos cargos e, por outro lado, ao capital escolar. O diploma, pelo seu caráter de universalidade confere automaticamente os conhecimentos necessários para o desenvolvimento do cargo. Neste contexto, podemos pensar a “competência técnica” como uma representação dentro desta linha de análise e que está relacionada ao fator temporal. Ou seja, está ligada ao tempo de inserção e da própria circulação e reprodução nos espaços de poder. Neste

sentido, percebemos a competência técnica ligada ao tempo de experiência profissional. O interessante foi perceber que isso repercute não apenas nas instituições, mas também na manutenção das famílias.

#### **4.2.1. A formação acadêmica como fator de recrutamento**

De acordo com os estudos de Coradini (2005) e de Semedo (2015), a formação acadêmica constitui um dos importantes suportes dentro da hierarquia das posições sociais. Na opinião de Coradini (2005), uma das formas de se inserir na esfera política e se consagrar elite é a partir dos títulos universitários.

Na análise da relação entre a formação acadêmica e o desempenho profissional, denotamos que a atuação nas diferentes áreas do governo não obedece a uma formação específica para o desempenho dos cargos. Dos 47% dos entrevistados que apontaram a formação acadêmica como fator que influenciou na sua nomeação, concluímos que o recrutamento nem sempre requer numa área específica de formação acadêmica das pessoas. Como se tem verificado, os ministros não necessariamente atuam profissionalmente nas suas áreas de formação. Contudo, durante a entrevista, Neves utiliza-se da seguinte argumentação:

“Há áreas mais técnicas que exigem um conhecimento mais técnico da matéria. Refiro-me por exemplo, à justiça, às finanças. Há outras áreas em que as pessoas não têm que ter a formação. Por exemplo, no ministério da saúde durante quase dez anos estive lá um sociólogo, no ministério da agricultura - um economista, portanto, depende do setor e depende das capacidades políticas e de liderança das pessoas” (NEVES, 2017 em entrevista).

Além disso, nos dados dos questionários encontramos pessoas cuja atuação profissional nos ministérios não obedece especificamente a sua área de formação acadêmica. De entre eles, podemos enfatizar na tabela 14, os exemplos de ministros que

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

possuem formação universitária em áreas como medicina, direito e sociologia e que atuam em áreas diferentes e pouco relacionadas com a sua formação.

Tabela 14: **Atuação dos ministros em áreas diferentes da sua formação acadêmica**

<b>Número de ministros</b>	<b>Área de formação acadêmica</b>	<b>Área de atuação ministerial</b>
2	Medicina	Ministro da Educação Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade
14	Direito	Ministro da Cultura Ministro da Juventude
4	Sociologia	Ministro da Administração Interna

**Fonte:** Questionário estruturado

É importante sublinhar o papel sobretudo dos juristas que estão vinculados a um modelo de elite que se inserem num contexto de “competição social” presentes durante a Primeira República. E, que no período de análise entre 1991 a 2015 se mantém ainda características típicas de uma formação tradicional das elites e que até hoje possuem o seu espaço na sociedade e compõem um fechamento quando se trata da ocupação de cargos públicos.

Podemos sublinhar de modo geral, a importância da formação acadêmica em vários domínios, como sendo fundamentais, embora não necessitando de uma formação específica para se integrar na direção dos ministérios. De modo particular, para as áreas mais técnicas como o campo jurídico, a formação superior ganha mais relevo no processo de recrutamento. Porém, em casos onde a formação é necessária e “obrigatória” existem lacunas nos ministérios em termos de qualificações específicas. Este aspeto contribui para que o recrutamento centrasse num grupo restrito e “fechado”. Portanto, na qualidade do antigo chefe do governo, Neves sublinha que,

“as vezes há dificuldades. Dentro daquela área política muitas vezes não encontram pessoas para integrarem o governo (...) “Há muitos momentos em que é mais difícil em determinados setores, por exemplo a justiça, onde se

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

exige alguma formação mais técnica como ser jurista” (NEVES, 2017 em entrevista).

Nesta circunstância, através das considerações dos entrevistados o ideal é sempre trabalhar com um plano B. Particularmente, foi apontado a ideia de ter em mente pessoas que possivelmente possam ser convidadas para integrarem o governo durante aquela legislatura, como por exemplo, em casos excepcionais em que ocorre o pedido de demissão. Durante a governação de José Maria Neves, houve circunstâncias em que o próprio PM teve que assumir o cargo de ministro por algum período até conseguir outra pessoa para ser nomeado. Conforme relata em entrevista:

“Em todos esses momentos quando o ministro sai, eu tomei a decisão de acumular e proponho ao PR e comunico aos outros ministros que a partir daquela data eu acumulo aquela função e tem que tomar posse perante o PR. Quanto a isso não há nenhum problema” (NEVES, 2017 em entrevista).

Dessa forma, conclui-se que a ocupação de cargos de ministros em Cabo Verde é condicionada pela formação acadêmica das pessoas, dependendo da área ministerial do governo. Porém, existem em contrapartida, outros mecanismos ou recursos (político, familiar, escolar) (BOURDIEU: 1979) utilizados que levam a posições profissionais diferenciadas dentro da sociedade. Essas disposições englobam diferentes formas e espaços de atuação enquanto elites dirigentes. As possibilidades do uso da formação acadêmica no desempenho de cargos diretivos estão nítidas em todas as áreas governamentais enquanto espaços de atuação eminentemente consagrados.

Nessa perspectiva, os ministérios enquanto espaços de reprodução de conhecimentos, permitem maior engajamento profissional e colocar em prática os conhecimentos academicamente adquiridos. Pois, apropriam-se deste meio para ter um aprofundamento técnico e continuado da formação escolar para o melhor exercício das funções ministeriais. É o caso de uma das entrevistadas (ex-ministra da justiça entre 1999 a 2001 e atualmente Juíza no Comarca da Praia) que sustenta o seguinte: “*a minha profissão me permite ter um estudo continuado todos os dias. Descobrir soluções,*

*procurar novas doutrinas, novas jurisprudências e trabalhando, portanto, é nessa perspectiva” (em entrevista).*

Ademais, o que se imprime nesta questão de recrutamento é que a competência técnica e o mérito acadêmico constituem requisitos necessários, mas não obrigatórios para todas as áreas do governo. Em suma, podemos aferir que existem outros componentes considerados pertinentes e que influenciam nas decisões de escolha por parte do chefe do governo.

#### **4.2.2. O capital político e as relações de confiança com o ministro de tutela**

No processo de seleção para a ocupação de cargos de ministro, outros fatores foram acrescentados a partir das entrevistas, a saber: postura de trabalho, visão do país, percurso profissional (desempenho das profissões anteriores), confiança pessoal, domínio de línguas, capacidade de liderança, experiência política, idoneidade e mérito. Entretanto, pode-se aferir que vários critérios foram apontados pelos ministros como sendo importantes no processo de ascensão aos cargos diretivos não se centrando exclusivamente na formação acadêmica.

A fim de compreender como esses elementos podem estar relacionados com as nomeações procuramos entrevistar José Maria Neves na qualidade de antigo chefe de governo. Dentro desta ótica, o que se constatou a partir da entrevista com o antigo PM – José Maria Neves, é que o elemento chave de recrutamento reside no fator político-partidário. Portanto, em entrevista com o PM, ele afirma que nas suas nomeações,

“o critério é essencialmente político (...) há um partido que ganha as eleições, está no poder e portanto, basicamente nessa área política é que se faz o recrutamento para o governo” (NEVES, 2017 em entrevista).

Nessa perspectiva, as colocações de José Maria Neves nos conduziram a questionar sobre a nomeação daqueles que não possuem nenhuma ligação partidária. Neste sentido, Neves considera que,

“Há também recrutamento de alguns independentes que não são do partido. Tirando essa parte mais política, tem a ver com a competência das pessoas em áreas específicas da governação. Portanto, os que são da estrutura partidária e aqueles vistos como independentes, faz-se um recrutamento em função das competências de cada um” (em entrevista).

Denotamos então que a qualificação acadêmica, a competência técnica são elementos importantes na escolha de pessoas para preencherem os cargos de ministros, mas este processo é almejado perante outros fatores, de entre eles essencialmente as de natureza político-partidária. Os partidos políticos são vistos não apenas como produto da dinâmica do sistema político e das instituições, mas também dos atores que movem a ação política e o jogo do poder (RODRIGUES: 2002).

Os fatores como o capital político (53%) e as relações de confiança com o ministro de tutela (53%) se fundamentam no nível de engajamento político-partidário de cada pessoa. O cargo de ministro, por ser de uma natureza que exige a confiança política é evidente que a seleção dos ministros seja feita por meio de relações pessoais e políticas com o ministro de tutela, que para alguns relatos não foi problemático a dizer. Neste sentido, um dos entrevistados considera que “*já tinha uma longa experiência de convívio pessoal e político com o Primeiro-Ministro*” (entrevistado 4).

Em consenso com o raciocínio anterior, torna-se importante estabelecer uma correlação estreita entre o capital político e as posições sociais dos membros do governo. Permite deste modo, determinar como um grupo socialmente hierarquizado estabelece as relações duradouras de trocas com diferentes categorias sociais e como estabelece relações privilegiadas com os organismos políticos e disfrutam do sucesso político. O recrutamento de acordo com a base social partidária reforça os laços entre o partido e os quadros recrutados (GAXIE: 2012).

Enquanto formadores das listas, os partidos possuem um forte ou “total” influência e capacidade de decisão. Logicamente se pode observar que nenhum ministro do governo do MpD foi nomeado no governo do PAICV e nem vice-versa. A renomeação dos ministros é dada em conformidade com a filiação partidária de cada pessoa. Das várias razões que podem estar na base da permanência ou a saída dos ministros no governo e, um dos motivos apontados por Huber e Martinez-Gallardo (2008) é pertencer ou não ao partido político do PM.

Berlinski, Dewan e Dowding (2007) enfatizam, por sua vez, certas características pessoais do ministro (formação, *background* educacional, gênero), atributos políticos (se ele pertence ou não ao partido do primeiro-ministro, se lhe é próximo ideologicamente, sua experiência política, o *ranking* do ministro) e as características do governo a que o primeiro- ministro serve (se é de partido único, se é de coalizão e se é majoritário ou minoritário). Os autores concluem que o *background* educacional, gênero, *seniority*, *ranking* do ministro são as principais variáveis que podem afetar a sua continuação no governo. Entre a saída e a permanência os ministros estão em constante movimento seja no interior do governo entre os ministérios, seja a nível exterior em outras instituições.

Deste modo, em que o campo burocrático do governo é analisado como espaço de disputa com outros campos de poder (BOURDIEU: 1989) nos chamaram atenção para a questão da circulação dos ministros nestes espaços.

#### **4.3. A Circulação das elites políticas no governo**

O estudo das condições sociais de recrutamento político se encontra ligada à lógica da concorrência interna nos ministérios de maneira que os ministros ao longo da sua trajetória profissional estabelecem vários movimentos na ocupação dos cargos diretivos. A circulação dos ministros em diferentes postos de trabalho em Cabo Verde se revelou um elemento comum entre as pessoas que foram entrevistadas. Estes movimentos aparecem em várias dimensões e em circunstâncias diferentes entre os ministros:

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

Primeira dimensão: a circulação foi observada a nível das instituições em que os ministros fazem parte, ocupando posições de destaque por um tempo, mais adiante trabalha em uma outra instituição e em algum momento volta à instituição inicial. Percebeu-se a ênfase dada por um dos entrevistados na sua ocupação de cargos na universidade antes como reitor e depois como docente.

“Fui conselheiro do Presidente da República entre 2001 e 2004. Depois de 2004, dirigi uma comissão para fundar a Universidade de Cabo Verde, fui reitor nos primeiros quatro anos depois. Fui governante e voltei à Universidade de Cabo Verde como professor” (Entrevistado 8).

Segunda dimensão: circulação a nível regional (relação centro-periferia). Vinculada a esta classificação, a ilha de Santiago, particularmente a cidade da Praia, é referida como centro e as outras restantes ilhas constituem a periferia. Considerando esse contexto, nos chamaram atenção os movimentos feitos entre uma ilha e outra. O detalhe importante neste sentido, tem a ver com a forma como iniciam as carreiras pela periferia e depois são promovidos para o centro. A este respeito mencionamos a seguinte colocação:

“Eu já tinha regressado à magistratura e a minha primeira Comarca foi na ilha do Fogo. Estive em São Filipe durante dois anos, fiz o meu trabalho, dali surgiu uma vaga e vim para Santa Catarina onde estive também quase dois anos judiciais e acabei sendo movimentada para a Praia. Eu vim para a Praia como juiz auxiliar na altura, portanto, já tinha feito este trajeto que era normal as pessoas fazerem na época. Nunca começávamos pela Praia, até hoje começa-se pela periferia, Fogo - Santa Catarina - Praia” (Entrevistado 2).

Esta colocação vem ao encontro do outro entrevistado que enfatiza o início da sua carreira pela periferia, e, do mesmo modo, foi promovido para o centro posteriormente.

“Terminei o curso e regressei como Juiz em Assomada, depois fui transferido para a Praia e como magistrado entrei no governo de Carlos Veiga em 1991” (Entrevistado 10).

Terceira dimensão: Diz respeito à circulação em termos das áreas de atuação. Neste cenário, os movimentos dos ministros são averiguados tendo em conta os espaços e as áreas profissionais. Um dos exemplos que nos chamaram atenção é o caso deste entrevistado que nos conta o seguinte:

“Fui membro da Assembleia Municipal de Santa Catarina de 2008 a 2012 (...). Então, eu já fui de judicial, depois entrei no executivo, depois entrei no legislativo e depois entrei no autárquico” (Entrevistado 10).

Dessa forma, as características de circulação dos ministros nos diversos espaços em nível do exercício das profissões vão ao encontro daquilo que Bourdieu (2012) chama de acumulação de capital. Ou seja, a posição social do indivíduo dependente do volume de recursos acumulados em áreas diferentes. Em relação aos cargos ocupados nas comarcas entre as ilhas nos chamaram atenção para os espaços por onde iniciam a carreira profissional. Verifica-se que muitos tiveram a sua carreira profissional iniciada pela “periferia”. O início em comarcas das outras ilhas ou no interior da ilha de Santiago e só depois é que conseguem ser transferidos para o centro (Cidade da Praia).

Resultados de pesquisa: a partir das dimensões ora apontadas, nos permitiram fazer duas observações a respeito da circulação dos ministros: 1) Circulação em termos de profissões; 2) circulação em termos de espaços de atuação. A questão que se levanta é: qual o significado desses resultados para Cabo Verde? O que significa a circulação de pessoas nos diferentes espaços sociais e em diversos espaços de atuação profissional? Em casos mais práticos, qual o significado e/ou a essência de José Maria Neves assumir o governo como Primeiro-Ministro por 3 vezes consecutivos? E ainda, além de ser Primeiro-Ministro, acumular funções de ministro? Qual o peso disso para um país como Cabo Verde?

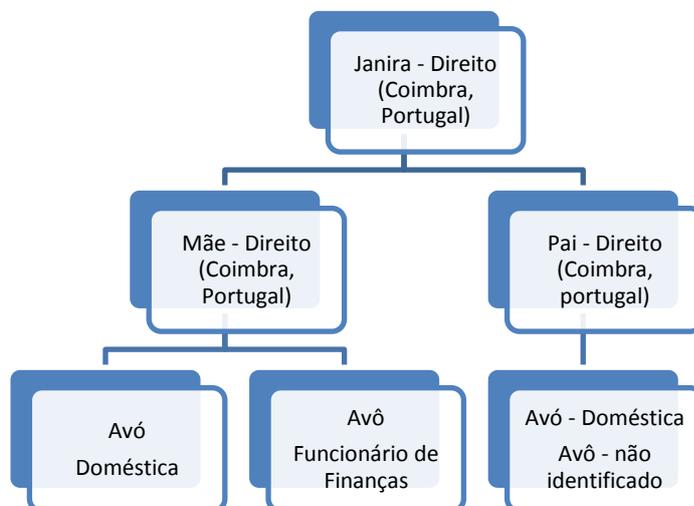
Entretanto, estas questões norteiam uma análise que procura enfatizar as diferentes formas de tramitação das pessoas à condição de elite. Nisto dependendo da posição social a que se encontra possui também uma certa autoridade na tomada das decisões políticas perante os demais.

#### **4.3.1. As relações familiares e o percurso acadêmico**

Num espaço onde (“desígnios” do) o poder apresenta uma herança geracional, constatamos neste estudo ministros originários de uma geração de famílias políticas. É o caso da antiga ministra Janira Almada. Natural da Praia, ilha de Santiago e seus pais tiveram total influência na política cabo-verdiana, sobretudo, o pai que além de político é jurista e escritor.

Estes aspetos nos auxiliam a relacionar a base familiar e a formação acadêmica dos ministros. A nível da formação jurídica, a ministra Janira Almada, constitui um dos exemplos cujo o estudo do direito está na base da sua família. O que nos chamaram atenção é o fato de que tanto ela quanto os pais são formados em direito e estudaram na mesma instituição (esquema 1). A relação familiar também presente nas atividades profissionais desenvolvidas (mãe – professora universitária e pai – advogado e consultor jurídico) permite aferir a estabilidade e a aproximação em termos de áreas de atuação. Isto demonstra o peso e a influência da formação jurídica presente na trajetória enquanto uma tradição familiar e uma herança geracional que se transfere de pais para filhos.

Esquema 1: **Cadeia de relações familiares**



**Fonte:** Questionário estruturado

Neste caso particular, além das semelhanças em termos de formação acadêmica dos pais, o fato de que o pai<sup>48</sup> também era ministro e político pode-se enfatizar o fator político centrado na sua origem familiar e, conseqüentemente, considerar que possui uma herança política familiar. Por outro lado, o longo percurso no PAICV também está inerente à sua origem social e trajetória de vida das famílias.

Afirma o seguinte: “Desde pequeno também tive um interesse digamos pela política porque fui pioneira do UPAC-CV, depois regresssei à vida política ativa através da JPAI. Fui presidente do conselho de auditoria da justiça do JPAI, depois entrei na lista para a câmara municipal da Praia em 2008” (em entrevista). Ainda muito jovem, Janira chegou ao governo em 2008 com apenas 29 anos. Estes aspetos demarcam o interessante percurso no governo conforme sentenciamos a mesma:

“Fui eleita deputada municipal em 2008 - em maio e em junho entrei no Governo de Cabo Verde a convite do anterior Primeiro-Ministro como Ministra da Presidência e do Conselho de ministros e dos Assuntos

<sup>48</sup>David Opffer Almada – Desempenhou funções de ministro da Justiça no 1º Governo da República de Cabo Verde, governo de transição de 1975 até 1986. Em 1986 trabalhou como ministro da Informação, Cultura e Desporto. Ligado às atividades profissionais, por exemplo, foi Presidente do Conselho Permanente da "Ad-JUS" (*Associação de Juristas dos Países de Língua Portuguesa*), de que é Membro-Fundador; foi presidente do Conselho Geral da Fundação "Direito & Justiça", de que é Membro-Fundador; Co-Promotor do Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais.

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

Parlamentares. De lá pra cá, pronto acabei por acumular em 2010 a pasta de ministra da juventude, depois em 2011 passei a acumular as pastas da Juventude, Emprego, do Trabalho e dos Recursos Humanos e em setembro de 2011 acabei por acumular essas pastas também com a pasta da Família e do Desenvolvimento Social” (em entrevista).

Observação 1: A trajetória da ministra Janira representa um dos casos com forte influência das redes familiares no estabelecimento das carreiras políticas e profissionais.

Observação 2: De modo geral, as relações familiares presentes nas trajetórias dos ministros em Cabo Verde nos suscitaram questionamentos em relação a formas como os ministros apropriam destas relações e criam ligações externas. Estas ligações possibilitam a ocupação de cargos públicos que acabam por influenciar na mobilidade ascendente no seio das famílias. Possuem uma cadeia de relações e estabelecem redes de contatos que resultam em benefícios pessoais e/ou públicos.

#### **4.4. Conclusão 4:**

Obedecendo às lógicas do recrutamento para o cargo de ministro, conclui-se que as determinantes dos critérios utilizados variam em conformidade com as necessidades e natureza de cada área ministerial. Nestas análises ao perceber que muitas pessoas iniciaram suas carreiras políticas no governo, reforça a relação político-partidária e as relações de confiança com o ministro de tutela e/ou com o chefe de governo. Para além das funções de Secretário de Estado e de assessor do ministro, pudemos perceber que muitos deles iniciaram a sua carreira profissional com o cargo de ministro. E ao questionar sobre os fatores que condicionaram a ocupação desses cargos percebe-se a presença de uma forte tradição escolar baseada nos diplomas, mas também predomina as relações de parentesco e capital político das famílias.

Em relação a aqueles que iniciaram suas carreiras como deputados acumulavam outras funções. Segundo eles, a deputação até uma certa altura não era profissionalizada, e, conseqüentemente não era remunerada. Neste sentido, o que nos chamaram atenção é o fato de que, curiosamente, após o término do mandato e

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

analisando as situações profissionais atuais, verifica-se que a maioria deles estão a desempenhar funções de deputados na Assembleia Nacional. Então trata-se de uma circulação institucionalizada com fortes relações partidárias – fato que sustenta a forte militância partidária entre os ministros em estudo. Neste caso, é de analisar o partido não como base, mas como uma estrutura utilizada para se manter.

## **CAPÍTULO V: RECONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA DOS MINISTROS NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1991-2016) EM CABO VERDE: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ENTREVISTAS E VARIÁVEIS DO QUESTIONÁRIO**

### **5.1. Introdução**

O presente capítulo tem como ponto focal de análise os resultados da pesquisa de campo realizada com os antigos ministros em Cabo Verde. Reflete de forma prática sobre os principais eixos analíticos que foram definidos durante os capítulos anteriores e das variáveis definidas para o estudo. O trabalho de campo foi realizado em Cabo Verde no período de agosto a dezembro de 2017 que consistiu exclusivamente na realização das entrevistas e aplicação do questionário estruturado. Entretanto, os resultados discutidos neste capítulo centram nas informações recolhidas por meio das entrevistas e dos questionários. Apropriamos das variáveis definidas no questionário estruturado para explorar analiticamente a problemática do perfil social, da dimensão socioeconômica, da trajetória profissional, do engajamento político e do recrutamento. Este enquadramento empírico teve um embasamento de suporte teórico desenvolvido nas sessões anteriores (capítulo 2).

A análise a partir das entrevistas permitiu ressaltar elementos comuns na trajetória acadêmica e profissional dos ministros. Mencionamos a formação acadêmica obtida na sua maioria em Portugal, a aquisição de bolsas de estudos e o fácil acesso ao mercado de trabalho no contexto da reconstrução nacional em Cabo Verde. Neste sentido, que estudar no exterior é tido como diferentes vias de oportunidades sobretudo a nível profissional e acadêmica e permitiu o envolvimento nas “causas políticas” como designados por Engelmann e Penna (2016).

Neste sentido, observamos o uso da formação acadêmica e das experiências no exterior como meio de aceder a posições socialmente reconhecidos. Do mesmo modo, notamos a influência das relações de parentesco nas trajetórias acadêmicas e profissionais. Posto isto, iniciamos este capítulo analisando os percursos dos ministros a partir do perfil social.

## 5.2. Dimensão I: Perfil Social

### 5.2.1.A variável sexo

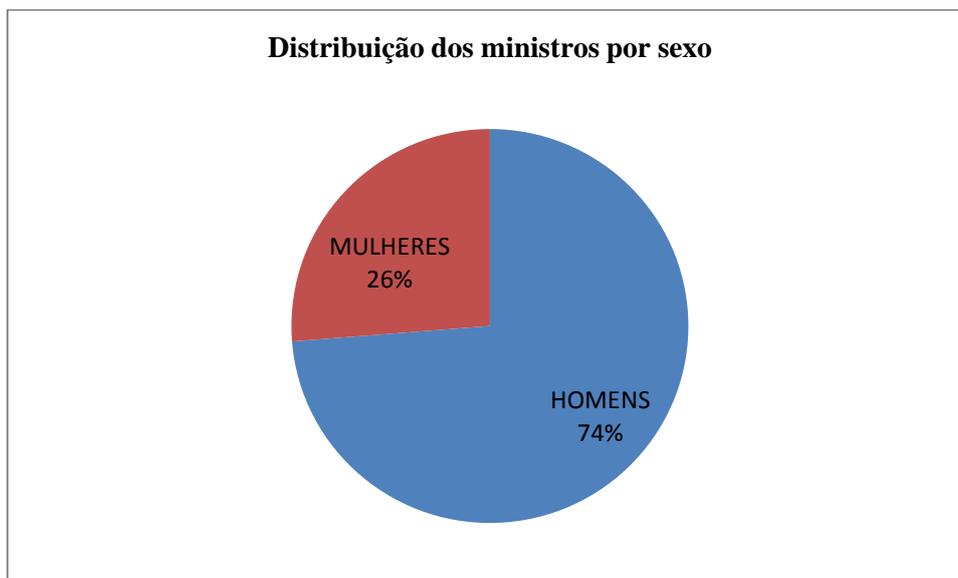
Cabo Verde foi caracterizado como “o arquipélago das damas” (Revista Única – 09/01/2010) quando em 2008 houve a remodelação governamental e 8 mulheres assumiram as funções de ministras num universo de 15 pastas governamentais. De acordo com o relatório da União Interparlamentar (IUP) em 2015, Cabo Verde foi apontado como um governo com mais mulheres ministras entre os países lusófonos africanos, e categorizado na segunda posição (perdendo pela Finlândia) a nível mundial. Ou seja, segundo país do mundo em que tem mais mulheres se encarregando de pastas ministeriais do governo. Ainda a nível regional do continente africano, o país é apontado com maior número de ministras seguido de África do Sul e Ruanda respetivamente.

Porém, verifica-se que apesar desta vanguarda a nível nacional, a representação governamental é ainda maioritariamente masculina. Entre 1991 a 2015 o país contou com 74 % de homens contra 26 % das mulheres (gráfico 2). É importante realçar que, no geral foram levantadas nos Boletins Oficiais um total de 106 ministros. Destes, foram selecionados os nomes que se repetem<sup>49</sup> nos diversos mandatos e pastas ministeriais e disso resultou numa amostra de 80 ministros.

---

<sup>49</sup> Vale ressaltar que um dos ministros é falecido.

Gráfico 2: **Distribuição dos ministros por sexo (universo de 80 ministros)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados levantados nos Boletins Oficiais (B.O)

Portanto, do universo de 80 ministros, 21 são mulheres e 59 são homens. Percebe-se que até a década de 1990, os membros do governo desempenhando funções de ministro eram todos homens (COUTINHO: 2010). Neste contexto, percebemos que a masculinização do campo político é uma tradição histórica no executivo cabo-verdiano.

Mesmo com a abertura política em 1991, em que o partido MpD esteve 10 anos na liderança, neste período a posição das mulheres a nível governamental prescindiam menor destaque. Um número expressivo da presença feminina nos ministérios desempenhando funções de ministra é verificado a partir de 2011<sup>50</sup>. De modo geral, entre o período de 1991 – 2015 as mulheres sempre estiveram no governo. Inicialmente ocupando cargos de Secretárias de Estado e depois vieram a integrar nos cargos de maior destaque assumindo as funções de ministras. (MONTEIRO: 2009).

---

<sup>50</sup> Sobre a presença feminina no elenco governamental de 1991 a 2006 ver Monteiro (2006:132-135).

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

Tabela 15: **Porcentagens (%) das mulheres por governo em Cabo Verde**

Período/Mandato	Total Legislaturas	Mulheres nomeadas (%)	Total ministros nomeados	Partido no governo	Primeiro-Ministro
1975-1990	1	0%	12	PAICV	Pedro Pires
1991-2001	2	11% (5)	44	MpD	Carlos Veiga e Gualberto do Rosário
2001-2015	3	39% (24)	62	PAICV	José Maria Neves
2016-atual	1	23% (3)	13	MpD	Ulisses Correia e Silva

**Conclusões:**

- 1) O número de mulheres no governo desempenhando funções de ministras oscila entre os mandatos. Há governos cuja a presença feminina teve maior impacto em termos quantitativos.
- 2) O governo atual, composta por 13 ministérios, reduziu o número de ministros comparando com as legislativas anteriores. Este mandato tem 3 mulheres ministras e os restantes 10 são homens. Conta ainda com seis SE, dentre estes apenas uma é mulher.
- 3) Dos 106 ministros nomeados entre o período de 1991 a 2015, apenas 29 das pastas ministeriais foram ocupadas por mulheres. Dados estes que justificam a perspectiva da sub-representação feminina, sobretudo num país onde existem mais mulheres (50,5 %) do que homens (49,5%) (INE, Censo 2010).

**Observação:** Esses dados compõem o levantamento geral dos ministros nomeados entre 1991 a 2015. Incluem, portanto, os nomes que se repetem entre os ministérios ou em mandatos diferentes.

**Fonte: Elaboração própria**

Outro dado a destacar, é que Cabo Verde não teve na sua história política nenhuma mulher no cargo de Presidente da República (como ocorreu no Brasil, por exemplo), nem como chefe do governo, embora já teve uma mulher concorrente para ser chefe do governo, mas não foi eleita. Por outro lado, podemos enfatizar a presença da mulher enquanto chefe do partido e líder nas autarquias locais (câmara municipal de São Vicente).

Contudo, é de realçar a problemática da composição dos ministérios essencialmente masculinizada. Constata-se que mesmo com a criação de novas pastas, não alteraram o número de mulheres ministras. Entretanto, embora o último governo eleito em 2016 reduziu a presença feminina nas pastas ministeriais é importante enfatizar a visibilidade das mulheres ministras no período democrático. Inicialmente em um número mais reduzido e com o decorrer do tempo tornou-se mais acentuada tanto para ministras como nos cargos de Secretárias de Estado.

O domínio dos homens nos centros de decisão, em particular, nos ministérios é verificado em outros contextos para além de Cabo Verde. Nomeadamente no Brasil, Fernando Henrique Cardoso explica a composição do seu ministério com base nos componentes estaduais e partidários e que conseqüentemente, deparou com um ministério “vergonhosamente masculino” (Cardoso 2006: 270). Outros estudos têm baseado nos tipos de partidos para justificar a hegemonia dos homens. É o caso de Escobar-Lemmon & Taylor-Robinson (2005) que enfatizaram que tendencialmente, os governos de esquerda dão mais oportunidades à participação das mulheres nos gabinetes.

Tradicionalmente, o predomínio dos homens nos centros de decisão é justificado em alguns estudos por motivos de natureza patriarcal (PATEMAN: 1989, MIGUEL & BIROL: 2010; MONTEIRO: 2009; GOMES: 2011) e pela presença das características de dominação masculina (BOURDIEU: 1999). A supremacia masculina constitui um elemento que está fortemente ligado ao aspeto socio-histórico engajado numa cultura machista e a tradição de uma sociedade patriarcal herdada do colonialismo. De acordo com os escritos de Gomes (2011) sobre a realidade cabo-verdiana, a cultura patriarcal colonial, além das instituições do poder colonial era também transmitida pela Igreja católica. Pois, segundo ela,

“na família, as mulheres deviam obediência aos pais, aos esposos e até aos filhos maiores, na ausência deles. O peso da tradição da Igreja era forte, e muitas mulheres acreditavam que já nasciam com um destino traçado do qual não podiam fugir: procriar, obedecer e sofrer” (GOMES: 2011: 107).

Contrariamente, os homens disfrutavam de direitos, do poder de mando, da possibilidade de participar na esfera pública e de ter acesso à educação. Gomes, tem sublinhado que “*as mulheres viviam da porta da casa para dentro, enquanto os homens viviam da porta para fora*” (2011: 107). A autora partilha da opinião de que o acesso à educação era vedado essencialmente para as mulheres. Entretanto, além das dificuldades das ilhas, visto que o ensino liceal apenas existia nas duas ilhas do país, haviam outras dificuldades materializadas na própria estrutura familiar cabo-verdiana que adiava a educação dos filhos, e, portanto,

“são muitas coisas que fizessem com que as pessoas adiassem o início da escolarização dos filhos. Foi só depois da independência que o governo começou a pressionar, levar programas e a fazer ações de mobilização. As organizações de massa faziam muito isso, iam de casa em casa para tentar convencer os pais que os filhos tinham que ir para as escolas. Mas então quando os pais tinham dois ou três filhos que terminavam ao mesmo tempo o 9º ano e que tinham que seguir para uma outra ilha, se eram dois rapazes e uma menina ou duas meninas e um rapaz quase sempre davam prioridade para os rapazes, porque havia a ideia de que os rapazes precisavam mais de estudos do que as raparigas” (Entrevistado 5).

Entretanto, obedecendo às barganhas e lógicas familiar no que tange ao acesso à educação, se pode mencionar o peso da família, caracterizada sobretudo como sendo “conservadora” e “tradicionalista”, que mantinham os padrões de distinção entre um homem e uma mulher concedendo mais regalias para o homem. Esses privilégios acabam por colocar os homens numa posição de dominação e de superioridade em relação às mulheres. Assim, como descreve uma das entrevistadas,

“havia aqueles pais, sobretudo pai e não mãe, que dizia: não, eu não posso deixar a minha filha nesta idade, 13, 14, 15 anos sair de casa para ir para outra ilha. E mesmo tendo recursos não deixavam, ou seja, o mais importante para essas famílias não era que os filhos estudassem, era mais preservar a filha, a honra. Portanto era aquilo que tinham como conceito de honra” (Entrevistado 5).

Com efeito, ainda que de maneira atenuada, o conservadorismo e o machismo permanecem nas famílias, sobretudo no interior das ilhas. De igual modo, observamos a sua presença também nas instituições e, obviamente, esses comportamentos precisam ser moldados nos âmbitos teórico-prático.

No quadro do predomínio dos homens nos espaços de poder, os partidos políticos têm sido apontados como mentores principais ligados à supremacia masculina na composição dos órgãos do poder político em Cabo Verde. Uma vez que são as principais vias de acesso ao campo político, responsáveis primários de composição das listas que curiosamente são feitas pelos homens e não por mulheres. Por um lado, os estudos (MONTEIRO: 2009; GOMES: 2011) que enfatizam a condição da mulher nas instâncias do poder em Cabo Verde, tem debatido fortemente esta questão do acesso e direcionando uma parte da responsabilidade política (técnica e legal) aos partidos políticos. Por outro lado, paralelamente aos estudos já feitos que sustentam esta ideia, os próprios entrevistados partilham desta ideia na modificação das fronteiras de acesso feita pelos partidos.

“Lá fora muitas vezes nós ouvimos elogios a Cabo Verde, precisamente porque havia essa inclusão de gênero na ação governativa. Evidentemente que ainda temos muitos desafios no campo eletivo. Nós ouvimos muito na comunicação social que ainda falta muito para que as mulheres se aventurem mais para cargos de eleição e também que os partidos deem mais a oportunidades às mulheres para estarem na lista, em posições elegíveis.” (Entrevistado 25).

Uma das hipóteses levantadas no estudo de Monteiro, ao analisar a participação política das mulheres em Cabo Verde é a de que: “em Cabo Verde a sub-representação das mulheres nos partidos políticos e a sua presença, na maioria dos casos, em posições de menor destaque, explica a sua sub-representação nos órgãos de poder político (uma vez que o seu acesso ao poder político deve-se, em boa medida, à sua relação com os partidos políticos)” (MONTEIRO, 2009: 33). No entanto, na perspectiva de Monteiro (2009), os partidos políticos são os principais responsáveis pela sub-representação feminina nos órgãos de poder político.

Nos últimos tempos a presença das mulheres na esfera pública vem ganhando visibilidade e impulso cada vez maior de participação sobretudo nos assuntos políticos do país. Embora com representações menores nos centros decisórios em relação aos homens, a ocupação das mulheres atualmente está presente em todas as esferas sociais. A nível do executivo, área central deste trabalho, as análises confirmam a hipótese de que as mulheres estão para além do domínio das áreas consideradas sociais e femininas. Deparamos neste estudo com várias mulheres juristas que já ocuparam cargos de ministras em vários ministérios, inclusive, da justiça, da administração interna, o setor da educação e entre outras áreas.

### **5.2.2. Mulheres no executivo cabo-verdiano: uma análise histórica de trajetórias**

Compreender a trajetória das mulheres no executivo cabo-verdiano implica entender em primeiro lugar, a história da mulher cabo-verdiana no passado, as suas condições socio-históricas, as dificuldades e as conquistas.

Os dados do Instituto cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) demonstraram que entre o período de 1462 a 1856 em Cabo Verde, as mulheres na sua maioria eram tratadas como escravas e tidas essencialmente enquanto propriedade do amo e uma importante reserva para a reprodução. Não lhes eram dignas o direito de cidadania (CABRAL, 2016), pois eram considerados cidadãos os indivíduos do sexo masculino e maior de idade (a partir dos dezoito anos). Constata-se uma vedação do direito de participar nas esferas do poder, nos debates da sociedade, muito menos podiam participar na tomada de decisões (ICIEG: 2008; CABRAL: 2016).

A elas incumbiam única e exclusivamente o papel da mãe, da esposa, da empregada doméstica, enfim de tudo o quanto diz respeito à vida privada (PINTO, 2006). Porém, um papel central e importante pode ser tomado como um dado positivo – administrar a casa, embora o estatuto de chefe de família seja delegado ao homem. O acesso à educação era visto como um direito exclusivamente dos homens, ou seja, tendo em conta o contexto e a cultura patriarcal, *“as raparigas não necessitavam de ler e escrever para serem boas esposas e boas donas de casa”* (GOMES, 2011: 106). As estruturas familiares que flexibilizam a permanência das características de “dominação

masculina” (Bourdieu 1999), acabam por transmiti-las entre as gerações.

A partir de 1963 até 1974, verifica-se, embora em situações raras, o engajamento das mulheres no processo de luta pela libertação nacional em atividades como: garantir o funcionamento dos jardins infantis, das escolas, dos hospitais, dos serviços logísticos e burocráticos e o trabalho no setor das telecomunicações: emissões da rádio “Voz de libertação”, divulgação das informações escritas (ICIEG: 2008). Essa participação incluía nas políticas de Amílcar Cabral<sup>51</sup> que defendia a presença das mulheres nos espaços políticos da sociedade, mormente na tomada de decisões.

Posteriormente, com a independência do país em 1975, as mulheres se firmaram num amplo processo de emancipação que segundo Monteiro (2006: 167) “*recorreu substancialmente ao debate sobre a igualdade e a diferença entre sexos*”. Os avanços observados no âmbito da luta de libertação nacional em matéria de subalternização e diferenças de sexo veio a se substanciar cada vez mais a partir da década de 1975. Isto derivou-se por um lado, das políticas públicas criadas pelo governo em envolver as mulheres nas causas nacionais e, por outro lado, da luta desencadeada pelas próprias mulheres. Houve em 1977, a entrada em funcionamento do Programa Materno Infantil e Planeamento familiar (tendo em conta que havia um elevado índice de mortalidade infantil e família numerosa) (ICIEG: 2008).

Foi então a partir deste período em que se abriu o maior espaço no qual elas poderiam ter vez e voz a dar em algum assunto da sociedade. Com a independência, gizou-se um amplo programa de mobilização política com vista a envolver a população nas grandes causas nacionais que se prendem com o combate à fome, a mortalidade infantil, a educação e entre outras (LOPES: 2002). Nestas circunstâncias teve a participação das mulheres sobretudo nas associações da sociedade civil, associações comunitárias influenciando por meios legais na tomada de algumas decisões.

Nos termos legais, em 1980, a primeira Constituição da República estabeleceu no seu artigo 25º, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica. A 5 de

---

<sup>51</sup> Político e fundador do PAGC. Filho de pai cabo-verdiano e de mãe Guineense, Cabral participou como integrante principal da luta pela libertação e unidade nacional dos dois países (Guiné e Cabo Verde). Mais informações em <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/cabral-almicar.htm>

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

dezembro, Cabo Verde converte-se num dos 21 primeiros Estados membros da ONU a assinar sem reservas a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (ICIEG: 2008). Em 2005 o governo criou um Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género como uma das formas de combater a discriminação machista em ambientes profissionais e além disso, no sentido de lutar contra a pobreza, sobretudo das mulheres.

Por outro lado, a criação das associações comunitárias e das Organizações Não-Governamentais (ONGs) entre os anos 1990 a 2000 (tabela 16) serviram para conformar o campo de políticas de género, promoção dos direitos das mulheres e desenvolvimento do país. As ONGs criadas e lideradas na sua maioria por mulheres, realizam trabalhos que se destinam essencialmente para mulheres.

**Tabela 16: Principais associações e Organizações Não-Governamentais criadas e lideradas maioritariamente por mulheres**

Associação/ONGs	Data da criação
Organização das Mulheres de Cabo Verde – OMCV	1981
Organização de Apoio e Auto-Promoção da Mulher – MORABI	1991
Associação Cabo-verdiana para a Proteção da Família – VERDEFAM	1995
Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Cabo Verde – AMEPCV	1999
Associação de Mulheres Juristas – AMJ	2001
Rede de Mulheres Parlamentares - RMP-CV	2002
Rede de Mulheres Economistas - RME-CV	2003

**Fonte:** Elaboração própria

Além das ONGs destacadas, foi criada um Gabinete de Orientação e Inserção Profissional da Mulher - GOIP. O país conta hoje com inúmeras mulheres que ocupam altos cargos de chefia tanto no setor público quanto no setor privado. Os dados relativamente a percentagem (%) das mulheres no governo e no parlamento foram apresentados pela OIP<sup>52</sup> - Organização Internacional dos Parlamentares que compara Cabo Verde com os restantes países lusófonos. Os relatos escritos apresentam Cabo

<sup>52</sup> Organização Inter Parlamentar. É uma organização que avalia os parlamentos dos Estados Soberanos e tem por objetivo mediar os contatos multilaterais dos parlamentares.

Formação académica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

Verde que ocupa a 5ª posição no ranking desses países.

Em relação à percentagem das mulheres no parlamento, embora não possui um índice elevado no *ranking* comparativo entre os países, mostra-se alguma satisfação com os cargos das mulheres se comparado com a década em que eram restritas da vida pública e vedadas da tomada de decisões. Em 1980, a representação das mulheres no parlamento era de 1% e em 2006 aumentou para 18% (dados do INE). As tabelas 17 e 18 apresentam a percentagem da presença das mulheres no Parlamento e no Governo respetivamente com comparação entre países lusófonos até o ano de 2014:

**Tabela 17: Quadro comparativo da Percentagem (%) das mulheres no parlamento até 2014 em Cabo Verde com outros países lusófonos**

Países	Posição	% de mulheres
<b>Cabo Verde</b>	61 <sup>a</sup>	20,80%
<b>Moçambique</b>	12 <sup>o</sup>	39,20%
<b>Brasil</b>	116 <sup>o</sup>	8,60%
<b>Guine Bissau</b>	111 <sup>o</sup>	10%
<b>Angola</b>	15 <sup>a</sup>	38,20%
<b>São Tomé e Príncipe</b>	73 <sup>o</sup>	18,20%
<b>Timor Leste</b>	22 <sup>o</sup>	32,30%

**Fonte:** Adaptado do Jornal a Semana, 11 de março de 2014. Dados da União Interparlamentar

**Tabela 18: Comparativo da percentagem das mulheres no Governo até 2014 dos países lusófonos**

Países	Posição	Percentagem
<b>Cabo Verde</b>	5 <sup>a</sup>	47,70%
<b>Moçambique</b>	28 <sup>a</sup>	28,60%
<b>Brasil</b>	33 <sup>o</sup>	21,60%
<b>Portugal</b>	41 <sup>o</sup>	21,40%
<b>Angola</b>	44 <sup>a</sup>	19,40%
<b>São Tomé e Príncipe</b>	55 <sup>o</sup>	15,40%
<b>Timor Leste</b>	67 <sup>a</sup>	11,80%

**Fonte:** Adaptado da Lista divulgada em Genebra pela União

Interparlamentar no dia 11 de março de 2014: 14h25min

Na arena governamental, como já foi referido anteriormente, a presença das mulheres como ministras teve maior visibilidade com o governo de José Maria Neves em 2001. Antes deste período, em 1991 apenas duas mulheres desempenhavam funções no governo como Secretárias de Estado e vieram a ser promovidas para ocupar o cargo de ministras<sup>53</sup> em março de 1993. Em 2008 o país contava com 39% de mulheres ministras<sup>54</sup>. Entre 1991-2015, o elenco governamental cabo-verdiano teve 36 mulheres ministras num total de 80 ministros<sup>55</sup>. Esses dados são importantes para enfatizar o crescimento em termos numéricos e a “satisfação”<sup>56</sup> da presença das mulheres nos centros de decisão do país.

Até 2014 Cabo Verde ocupava 5ª posição de entre os países lusófonos africanos com mais mulheres ministras. Em 2015, o país mudou de 5ª para a 1ª posição no *ranking*<sup>57</sup>. De acordo com as análises do Relatório Inter-Parliamentary Union sobre Women in politics em 2015<sup>58</sup>, os avanços verificados em termos de presença e representatividade das mulheres na arena governamental cabo-verdiana em comparação com outros países lusófonos africanos, dá a Cabo Verde uma posição privilegiada em relação aos demais.

Partindo de uma observação geral sobre a trajetória das mulheres ministras, podemos enfatizar a mulher enquanto líder do partido (PAICV). Recentemente, Cabo Verde registrou na sua história o caso da primeira mulher candidata ao cargo de chefe do governo nas eleições de 2016, caso que não se tinha verificado antes.

A nível do governo, entre 1991 a 2015 assiste-se à proliferação dos ministérios. Neste contexto, a presença das mulheres no governo, é verificada em todas as áreas ministeriais, conforme descritas na tabela 19.

---

<sup>53</sup> Secretária de Estado da Juventude e da Promoção Social foi promovida a cargo de Ministra da Cultura e da Comunicação e Secretária de Estado das Pescas assumiu a pasta de ministra das pescas, Agricultura e Animação Rural (MONTEIRO, 2009).

<sup>54</sup> Fonte: Boletins Oficiais do Governo de Cabo Verde

<sup>55</sup> Fonte: Boletins Oficiais do Governo de Cabo Verde (de 1990-2016)

<sup>56</sup> No sentido comparativo com a alguns anos atrás e pelo contexto histórico de luta pela equidade de género no país no que diz respeito aos postos decisórios.

<sup>57</sup> <http://www.asemana.publ.cv/?Cabo-Verde-e-o-segundo-pais-do-mundo-com-maior-numero-de-ministras>

<sup>58</sup> <http://www.ipu.org/press-e/pressrelease201503101.htm> acessada no dia 02.05.17.

Tabela 19: **Total de mulheres ministras nomeadas por áreas ministeriais (1991-2015)**

Áreas de atuação/Ministérios	Número de mulheres nomeadas
<b>Justiça</b>	3
<b>Educação/Ensino Superior</b>	4
<b>Desporto</b>	2
<b>Juventude</b>	1
<b>Reforma do Estado</b>	2
<b>Cultura</b>	2
<b>Mar/Infraestrutura</b>	2
<b>Emprego</b>	2
<b>Ambiente/Desenvolvimento Rural</b>	3
<b>Presidência do Conselho de Ministro</b>	2
<b>Finanças</b>	2
<b>Economia e Crescimento</b>	1
<b>Saúde</b>	1
<b>Administração Interna</b>	1
<b>Negócios Estrangeiros</b>	1

**Fonte:** Levantamento B.O

### **5.2.3. A presença das mulheres juristas no campo governamental - Ministras juristas**

Do universo de 80 ministros, 12 são juristas e destes 5 desempenham funções de advocacia. Não obstante, em termos de mulheres que já foram ministras, verifica-se hoje (a partir das entrevistas realizadas) uma grande profusão de mulheres juristas que atuam tanto dentro do governo quanto em espaços fora do governo, a saber: nos Tribunais – como juízas por exemplo; nas Universidades - enquanto docentes; fazem carreira diplomática e entre outras atividades profissionais.

No governo, o que se pode constatar com relação às mulheres juristas é uma forte atuação nas diferentes áreas governamentais. Isto é, pelo fato de que são juristas

não necessariamente atuam apenas no campo jurídico seja no governo seja em outras instâncias. Entretanto, ao estabelecer uma relação causal entre formação jurídica e área de atuação profissional, verifica-se de maneira geral que as áreas de atuação são tão diversificadas tanto quanto as áreas de formação acadêmica. Nem todos os ministros atuam profissionalmente nas suas áreas de formação.

A repercussão feminina no governo foi marcada por várias trajetórias de mulheres que tiveram iniciado a sua carreira política como ministras. Neste contexto, o desempenho do cargo de natureza pública e política é encarada como um desafio perante a sociedade e o desenvolvimento do país. Do mesmo modo, os ministérios são utilizados enquanto espaço de aprendizagem constante.

“No momento não foi fácil. Naturalmente que ninguém me conhecia, eu era muito nova, tinha 22 anos. Mas eu comecei a trabalhar todos os dias com muito empenho, com muita entrega, com muita motivação e pessoas foram me conhecendo, foram apreciando o meu trabalho. E confesso, eu nunca trabalhei para chegar ao governo, trabalhei para ser uma boa advogada e acho que isso é que eventualmente terá levado algum reconhecimento e terá levado ao convite que o ex. Primeiro-Ministro me fez para integrar o seu governo” (Entrevistado 3).

“Nunca é fácil porque são pessoas diferentes, com formas de ser diferentes, mas eu devo dizer que foi dos períodos da minha vida de maior aprendizagem, de ter o privilégio de ver lá no coração das decisões do meu país e sobretudo nos concelhos de ministros nós ouvimos todas as áreas: agricultura, segurança, saúde, educação, portanto aí digamos é o núcleo onde nós ficamos a aprender e a viver como funciona o nosso país nos seus desafios, nos seus problemas, mas também nas suas conquistas. Dá me muito prazer, houve momentos extraordinários de conquistas, de ganhos que nós conseguimos juntos ou que vimos outros setores a avançarem dá me um grande prazer como cidadã” (Entrevistado 25).

O percurso das mulheres na vida política do país e a própria trajetória no governo é abordado em alguns estudos (GOMES: 2011 e MONTEIRO: 2009), como uma conquista almejada ao longo do tempo. O que se constatou a partir das entrevistas realizadas com mulheres ministras é que atualmente a presença das mulheres na vida política em Cabo Verde e, em particular no executivo, apresenta satisfação para as mulheres que viram na equidade de género uma causa nobre no país. Um dos aspetos

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

que permitem vangloriar o percurso histórico do país reside na trajetória das mulheres e o acesso delas a altos cargos de direção.

“Nós já fizemos um percurso que eu acho que deve orgulhar a todos em termos de equidade do gênero no país. É indesmentível que a caminhada ainda é muito longa. Acho que já é mais/menos consensual que as mulheres cabo-verdianas têm capacidade, tem competência, mas ainda há muito preconceito, há muitos estereótipos” (Entrevistado 3).

Prossegue ainda dizendo o seguinte:

“Eu algumas vezes nas campanhas ouvi pessoas a dizer, eu não voto na Janira porque ela é mulher. Ouvi isso e ouvi isso de mulheres. Isso tem a ver com mentalidade, isso tem a ver com a forma como educamos os nossos filhos e as nossas filhas. Isso tem a ver com a ideia que nós temos de que a força é característica do homem, não é! As mulheres cabo-verdianas sempre tiveram muita força. Desde sempre. Tivemos um papel determinante na luta pela libertação nacional, nos primeiros anos depois da independência, em todo o período da transformação do país, mas é preciso ainda que esta ideia entre mais, é preciso que as pessoas acreditem” (Entrevistado 3).

Todavia, alguns reconhecem por um lado, as diferenças em relação aos homens no desempenho das funções, mesmo sendo as mesmas funções. Por outro lado, reconhece as características machistas e estereotipadas que acabam por subestimá-las como capacitadas para tal. Neste sentido, postula-se que:

“Como mulher eu penso que nós somos desafiadas a dar mais de nós do que os homens ainda. Exige-se mais da mulher do que dos homens, também eu tenho essa percepção que nós temos que fazer melhor para podermos ser reconhecidas, temos que fazer mais, mas muito mais para podermos ser reconhecidas” (entrevistado 25).

Consequentemente gera o individualismo no interior do próprio sistema e aquilo que Pierre Bourdieu chamou atenção sobre as lutas existentes dentro do campo do poder para o propósito da ascensão social:

“Eu costumo brincar a dizer que as vezes nós somos um pouco arquipelágicos não só a nível geográfico, mas também de cabeça. As vezes trabalhamos muito de forma separada quando muitas vezes um assunto de um tem a ver com os outros. Talvez isso tenha sido uma fragilidade que eu senti em algum momento” (Entrevistado 25).

Neste contexto, as análises nos levam a evidenciar que apesar dos avanços verificados, a sub-representação das mulheres está bem patente nas esferas do poder, mormente a nível governamental. Ou seja, a participação das mulheres nos órgãos decisórios do poder não é muito elevada e continuam sendo uma minoria tanto nos cargos por nomeação como elegíveis. Monteiro afirma claramente “*a persistente sub-representação política feminina interroga não só as mulheres, mas também o próprio sistema democrático representativo*” (2009: 29).

Podemos realçar ainda um processo lento e difícil que advém desde o período colonial perpassando episódios de resistência contra a discriminação feminina e machismo salientes no país. Neste percurso histórico de trajetórias, é importante reconhecer os esforços e mobilizações por parte das ONGs que tem contribuído para o aumento da participação política das mulheres e a sua visibilidade na arena política nacional após a década de 1991.

A presença feminina em todas as áreas ministeriais contraria a tese de que geralmente as mulheres assumem pastas relacionadas aos assuntos sociais e considerados “femininos”, ligados a família e educação enfatizada pela IUP. Por outro lado, reforça a análise feita por Monteiro em que mostra que as áreas ocupadas por mulheres no governo são bem mais abrangentes, envolvendo áreas como: “Justiça, Administração Interna, Defesa Nacional, Negócios Estrangeiros, Reforma do Estado, entre outras” (2006: 134).

Dado compartilhado com os ministros entrevistados que vejam este período da Segunda República como crucial em termos de participação das mulheres nos elencos governamentais e, sobretudo, em posições chaves, conforme afirma esta entrevistada:

“Eu penso que foi um privilégio trabalhar numa equipa em que tinha muitas mulheres em posições chaves. Não aqueles ministérios tradicionalmente ditos “ministérios para as mulheres”, mas ministérios chaves para o desenvolvimento de Cabo Verde: saúde, educação, finanças, agricultura, por aí fora. Foi bom participar nesse elenco” (Entrevistado 25).

#### **5.2.4. A origem regional: um elemento para compreender o recrutamento ministerial**

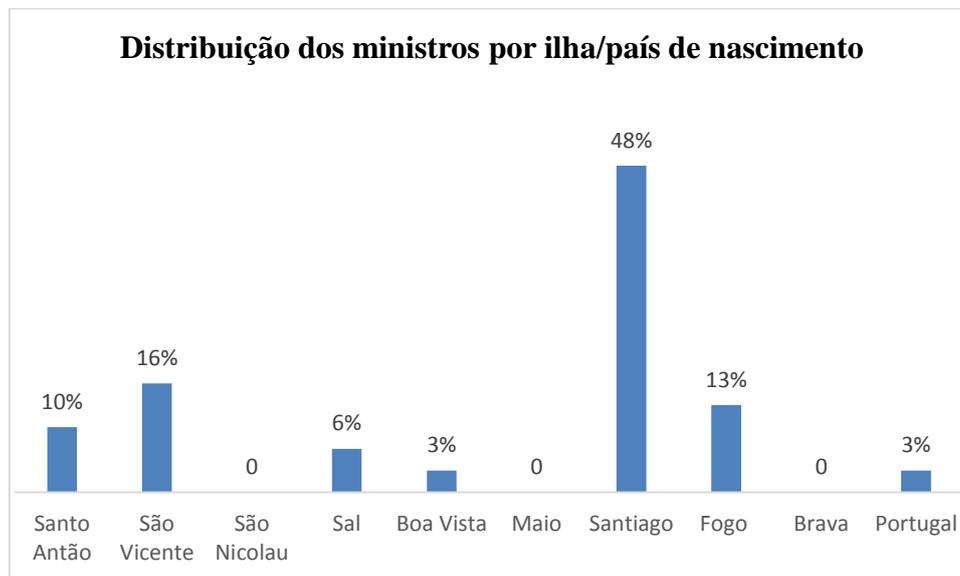
Embora nenhum dos entrevistados apontaram a origem regional como um dos critérios que influenciou a sua seleção ao cargo de ministro, o que se verificou é uma forte centralização de pessoas em termos de distribuição das ilhas. Ao fazer um comparativo desse recrutamento em relação ao período de partido único verifica-se que Santiago e São Vicente são as duas ilhas que apresentam maior percentual de pessoas recrutadas para o cargo de ministro (COUTINHO: 2010)<sup>59</sup>. Neste sentido, o que se pode dizer relativamente ao recrutamento geográfico é que até o presente momento não houve alterações, ou seja, continuam sendo predominantes as ilhas de Santiago (a capital) e São Vicente. Portanto, há semelhanças importantes no padrão de recrutamento ministerial nestes dois períodos. Fica visível que a Praia, capital do país é a cidade com mais ministros em todos os mandatos.

A concentração regional na ilha de Santiago, pode se justificar por motivos histórico-sociais do país. Apresenta uma população maior em relação às outras ilhas; as estruturas administrativas concentravam na Praia; Dispõe de universidade Pública e escolas que existiam apenas na Praia e em São Vicente. Apenas existia escola na Praia e em São Vicente. No entanto, são um conjunto de condicionantes que podem estar por detrás de um recrutamento maioritariamente nestas duas ilhas. O resultado dos questionários demonstra que as ilhas de São Nicolau, Maio e Brava não possuem nenhuma representatividade no governo a nível dos ministros constituintes conforme distribuídos no gráfico 3.

---

<sup>59</sup> O estudo de Coutinho (2010) foi entre o período de 1975-1980. Abordou 12 ministros, primeiro-ministro e seis Secretários de Estado. O estudo centrou essencialmente sobre as trajetórias dessas pessoas.

Gráfico 3: **Distribuição dos ministros por ilha de nascimento (Total de 31 ministros)**



**Fonte:** Questionário estruturado

A direção e organização do governo cabo-verdiano é constituído exclusivamente por nacionais. Verifica-se apenas um caso com nascimento em Portugal, ou seja, fora de Cabo Verde. Porém, constata-se a internacionalidade e a dupla nacionalidade em outros casos mencionados nas entrevistas que ocorreram sobretudo com o fenómeno da emigração. Portanto, se pode dizer que o recrutamento dos ministros se procedeu sobretudo entre os nascidos e residentes no país assim como ocorreu na altura quando o país alcançou a sua independência política em 1975 que segundo Coutinho (2010) entre 1975 a 1980 os ministros eram todos cabo-verdianos e cerca de dois terços deles residiam na capital na Praia. Os ministros da ilha de Santiago na sua maioria são provenientes do interior da ilha, embora residem na capital. Isto demonstra por um lado, a origem familiar essencialmente camponesa do interior das ilhas. Grosso modo, o recrutamento entre 1991 e 2015 tem sido maioritariamente entre as pessoas da ilha de Santiago seguido das ilhas de São Vicente e Fogo (gráfico 4).

A análise da variável origem regional dos ministros, permitiu identificar vários elementos importantes que os caracterizam. Neste sentido, a partir das observações optamos por subdividi-los em 3 categorias de interpretação conforme os casos abaixo exemplificados (tabela 20). Para cada categoria selecionamos como exemplo dois casos

relatados nas entrevistas: a primeira categoria de análise (casos 1 e 2), ressalta uma família originária do interior da ilha de Santiago, caracterizada por ser camponesa e de classe social baixa. A segunda interpretação representa características de famílias com origem social mista, provenientes de lugares diferentes - são os casos 3 e 4. E, por último, os casos 5 e 6 abordados na terceira categoria de análise, são caracterizados por uma família de emigrantes. Ressaltando neste último, a emigração como um fator de mobilidade social em Cabo Verde que conforme sustenta Akesson (2004) se trata de uma “especialidade nacional”.

Akesson (2004) tem debatido a migração cabo-verdiana não apenas como uma solução frente às conjunturas de seca e fome no país, mas como uma característica específica do país reforçando a ideia da existência de mais cabo-verdianos na diáspora do que no próprio país.

Tabela 20: **Diferentes características da origem social e regional**

<p>Caso 1: Sou filho de pais solteiros e vivemos no interior de Santiago nos subúrbios da cidade de Assomada durante a minha infância. Pude fazer o ensino primário em Santa Catarina nos finais da década de sessenta.</p>
<p>Caso 2: Nasci em Picos, estudei em Assomada no ciclo preparatório e fiz o liceu na Praia. Quando terminei o liceu trabalhei na Alfândega uns anos e depois fui fazer curso na faculdade de Direito de Lisboa.</p>
<p>Caso 3: Eu sou praiense, apesar de ter nascido em Santo Antão. Por ser filho de funcionários públicos e que eram proprietários nas ilhas. Mesmo a minha infância a parte dela na Praia, portanto, tenho uma trajetória praiense e uma família de funcionários públicos.</p>
<p>Caso 4: Natural da ilha do Sal. Os meus pais são da ilha de São Nicolau. Costumávamos dizer que éramos filhos de emigrantes, tanto o meu pai como a minha mãe não era do Sal. Viveram uma característica da ilha do Sal. A maioria de pessoas que viviam na ilha com idade adulta eram oriundas de outras ilhas. Então viviam um pouco divididas entre a nossa afirmação identitária como salenses e a intensidade da presença da cultura dos nossos pais também, em casa e no meio envolvente e em cada</p>

ilha havia famílias de São Nicolau, originárias de Santo Antão, Santiago, São Vicente, Fogo e mais tarde foram chegando as outras ilhas.

Caso 5: Sou mais nova de cinco irmãos, criados por uma mãe viúva. Nascemos todos na ilha de Santiago, a minha mãe era proveniente da ilha do Maio, nascemos todos aqui em Santiago mas saímos de Cabo Verde em 1976. Emigramos posso assim dizer para Portugal onde todos nós passamos a viver e cada um fez a sua vida, uns estudaram, outros optaram por outras vias.

Caso 6: Sou filha de emigrantes, saí de Cabo Verde com 10-11 anos, fui para Portugal onde fui terminar ainda a escola primária, depois fui para o liceu (a faculdade). Portanto, tenho mais tempo de vida fora do que em Cabo Verde.

**Fonte:** Elaboração própria a partir das entrevistas

Diante desta realidade, a trajetória pessoal é condicionada pela situação socioeconômica e política do país num contexto deficitário podemos distinguir dois grupos de trajetórias dos ministros: De um lado, com pouco ou nenhum recurso financeiro entre as famílias: “Foi um percurso muito difícil, na altura o país era muito pobre, havia muitas dificuldades, uma grande escassez de água, muita pobreza e foi neste contexto que eu cresci” (Entrevistado 1). Por outro lado, em casos excepcionais, aqueles cuja a família possuía recursos económicos suficientes para a manutenção dos filhos: “Um percurso normal. A minha infância vem da segunda metade dos anos 60 e anos 70. Portanto, houve momentos estáveis no seio da minha família” (Entrevistado 8).

### 5.3. Dimensão II: Perfil acadêmico

Cabo Verde possui uma história interessante a nível da trajetória da formação acadêmica. O processo de formação e capacitação dos quadros nacionais é marcado por um contexto onde em termos do ensino primário e liceal era um grupo minoritário. Como enfatiza os estudos de Barros (2012) cerca de 60% da população era analfabeta na época da independência e os escolarizados eram socialmente prestigiados. Visto

como oportunidade de escolarização e aquisição do capital escolar (BARROS: 2012), o ensino liceal transformou em uma das formas privilegiadas de mobilidade social ascendente no seio das famílias. O surgimento, desenvolvimento, até a consolidação do ensino no país é marcado por diversas circunstâncias num processo de formação e capacitação das pessoas constituindo uma política geracional ativa entre os governos. O Liceu Gil Eanes e o Liceu Domingos Ramos são dois estabelecimentos de ensinos liceais que marcaram o percurso das elites cabo-verdianas, particularmente dos ministros.

### **5.2.5. A singularidade do Liceu Gil Eanes e do Liceu Domingos Ramos**

Em Cabo Verde até a década de 1990 existia apenas dois liceus: O Liceu Gil Eanes (atual liceu Ludjero Lima) em São Vicente e o liceu Adriano Moreira (conhecida atualmente por liceu Domingos Ramos) na Praia – Ilha de Santiago. Visto como uma esfera pública literária no arquipélago, o ensino liceal, inicialmente concentrada nas duas ilhas, dificultou o acesso ao ensino pela grande parte da população rural (ANJOS: 2013). Em contrapartida, possibilitou o acesso de um considerável número de pessoas e que posteriormente aproveitaram a oportunidade de continuar com os estudos superiores no exterior.

Pode-se destacar, a centralidade da formação liceal na Praia, com 56% de ministros que estudaram neste liceu (Domingos Ramos – antigo Adriano Moreira) seguido de São Vicente - liceu Ludjero Lima (antigo Gil Eanes), representando 22% (gráfico 5). Neste contexto, enfatizamos as barreiras perante outras ilhas que para ter acesso ao ensino teriam que se deslocar para Santiago ou São Vicente. Os estudos de Coutinho (2010) relativamente ao período pós independência tem demonstrado que

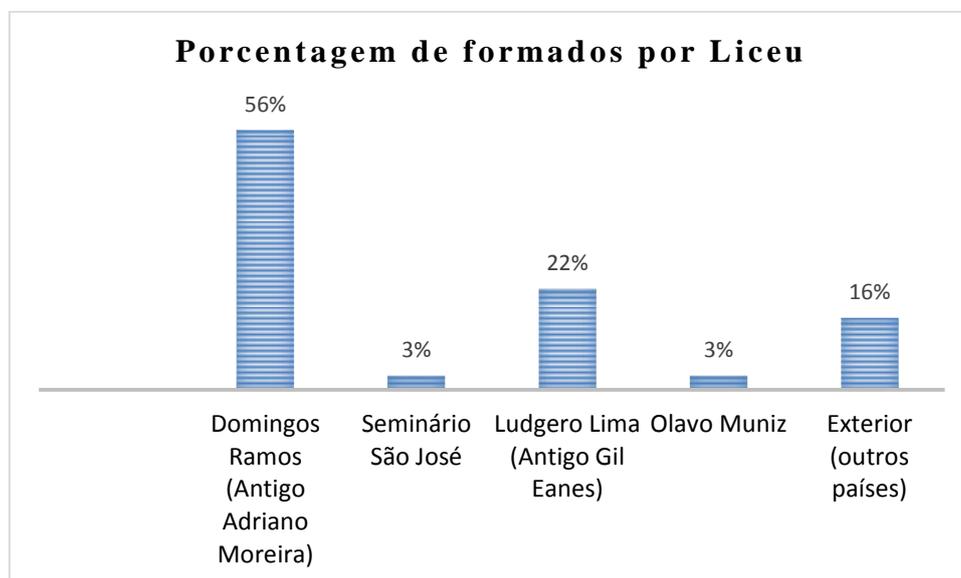
“quanto à trajetória estudantil, a esmagadora maioria dos indivíduos, ou seja, cerca de dois terços, estudou no liceu Gil Eanes, no Mindelo. Este foi o primeiro liceu laico do arquipélago, e o único durante quase 40 anos, e foi também, para alguns, o primeiro local de recrutamento político para o movimento independentista liderado pelo PAIGC” (COUTINHO, 2010: 5).

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

Estes liceus serviram de palco de formação escolar e de recrutamento de grande parte da elite ministerial cabo-verdiana e não só. Pois, como asseveram os entrevistados, várias personalidades do século XIX que atualmente são grandes nomes da vida social cabo-verdiana tiveram a sua formação acadêmica nestes liceus. O atual presidente da república - Jorge Carlos Fonseca tem sustentado que,

“Os frutos do Liceu são múltiplos, imensos na sua riqueza e diversidade. Por exemplo, é no LNAM (Liceu Nacional Adriano Moreira) que nascem algumas lideranças que mais tarde encabeçariam os movimentos sociais e políticos que culminaram com a implantação da II República, a da democracia e do Estado constitucional, sem esquecer a geração de alguns jovens que ainda puderam dar a sua contribuição para a independência nacional, nomeadamente nas frentes da clandestinidade em Santiago e em Portugal, sobretudo” (FONSECA, 2013:12).

Gráfico 4: **Porcentagem dos formados por liceu (total de 32 ministros)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados dos questionários

Além dos liceus, convém enfatizar o papel da igreja na formação dos quadros e reestruturação social cabo-verdiana. O Seminário São José na Praia foi realçado pelos

ministros como determinante na formação pessoal e profissional, por um lado, daqueles que durante a sua trajetória enfatizaram a passagem nesta instituição e, por outro lado, a trajetória de seus pais que são e/ou já foram sacerdotes. Verifica-se, portanto, que o país viveu grande momento marcado pela forte vinculação existente entre as escolas e a Igreja na reestruturação social. Além disso, a influência e importância dos seminários que existiam na altura e que tiveram um papel preponderante na formação das elites (CARREIRA: 1983; ANJOS: 2002; FERNANDES: 2002). Fala-se especificamente dos dois seminários-liceus: o de São José na Praia e o de São Vicente.

#### **5.2.6. A internacionalização do ensino universitário**

A legitimidade das posições adquiridas através da escolarização está assente nas condições socio históricas e socioeconómicas que em grande medida são uma das formas de dominação dentro da hierarquização social. Apesar da inexistência de instituições de ensino superior no país até a década de 90, isto não constituiu barreira para os cabo-verdianos que tiveram a oportunidade de estudar no exterior. Segundo os entrevistados uma aposta por parte do governo, na capacitação técnica das pessoas devido a necessidade do país em formar quadros destinados para as principais áreas sociais que eram urgentes para a reconstrução nacional logo após a independência política em 1975. Uma das formas de acesso ao ensino superior no exterior foi através de bolsas de estudo que no entender dos ministros entrevistados constituía um percurso comum entre eles. A partir dos questionários percebe-se que as bolsas para estudarem no exterior era financiada essencialmente pela Fundação Calouste Gulbenkian.

“Fiz estudos no exterior, com bolsas de estudo, o que na minha geração era comum. Estudei em Portugal, poderia ser em Cuba, União Soviética, mas estudei em Portugal e até então uma trajetória muito comum. “Eu regresssei a Cabo Verde depois de viver 15 anos em Portugal, voltei em 2001” (Entrevistado 1).

Dos variados países de destino, constatamos que os estudantes das Universidades de Lisboa, e depois, Coimbra, foram os mais recrutados, apesar de haver já uma diversidade neste grupo quanto a este aspeto, pois houve quem tivesse estudado na Bélgica, na União Soviética e na Costa do Marfim. Os estudos (Vieira & Lopes, 2018: 493) demonstram que entre o período de 1975 e 1989 saíram do país 2.600 estudantes, denominados de “bolseiros” para vários destinos: Portugal (1.203); Cuba (559); a antiga União Soviética (360) e Brasil (100).

A partir dos anos 2000, a recomposição dos governos teve um enfoque significativo nas pessoas recém-formadas no exterior que regressaram ao país com o propósito de integrar a cúpula administrativa do Estado. Coutinho (2010) afere que os estudos superiores feitos sobretudo na época colonial possibilitou a primeira nomeação dos ministros em Cabo Verde. Foi no ambiente estudantil em Portugal, na Casa dos Estudantes do Império ou através das células clandestinas do PAIGC que se deu o recrutamento político de vários deles” (COUTINHO, 2010: 5). Sendo assim, o que se pode verificar a partir da década de 2000, é uma diversificação em termos de cursos, de país do destino e o privilégio de escolha e de decisão pessoal.

Anteriormente a década de 1990 os cursos e os destinos oferecidos para formações em nível superior eram limitados. Entre 1990 e 2000, as áreas mais frequentadas eram segundo os entrevistados, Engenharias, Direito e as áreas de Economia/Finanças/Gestão. Portanto, se pode dizer que o estudo superior no exterior contribuiu grandemente pelo acesso a cargos de relevo no país sobretudo nessas áreas.

A experiência durante a formação acadêmica no exterior possibilitou a facilidade de integração e participação nas causas sociais no país de origem, sobretudo daqueles que, posteriormente vieram a despertar o interesse pelo engajamento político-partidário e a consequente reestruturação e desenvolvimento do país. Lopes (2012) tem demonstrado nas suas análises a forte integração e mobilização nacional por parte dos que adquiriram a titulação universitária no exterior. Segundo ele, aqueles que tiveram o acesso ao ensino vieram, posteriormente, a trabalhar na sensibilização sobre o restante da população a tomar parte nos assuntos da sociedade e criar condições e/ou mecanismos de participação.

Por outro lado, trabalharam ainda na própria autoafirmação num determinado espaço social e reforçar o processo de mudanças dentro da sociedade. A título de exemplo, um dos entrevistados enfatiza o papel dos recém-formados logo após 1975:

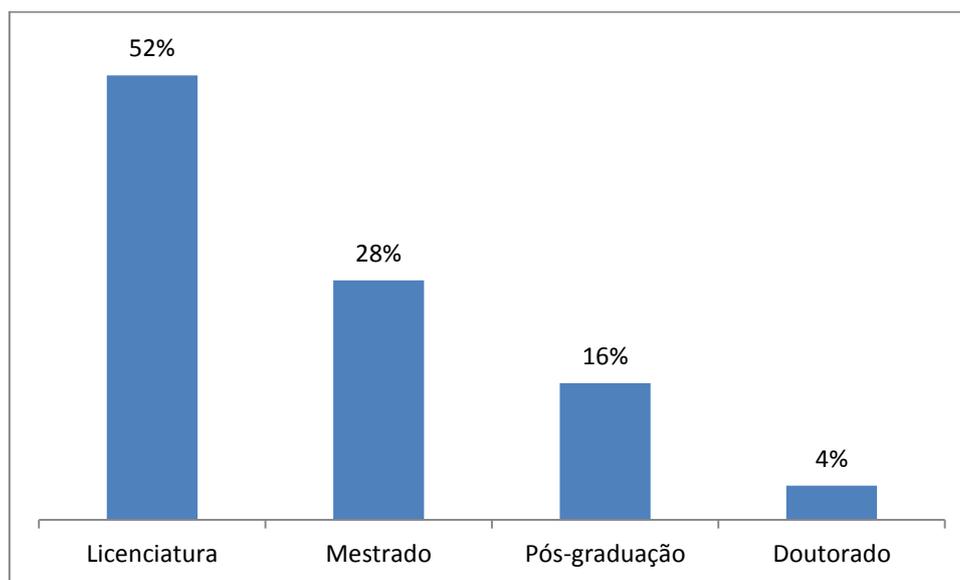
“Não cheguei a participar diretamente na luta de libertação, mas participei depois do 25 de Abril na luta política aberta, que era mais uma luta de sensibilização, de mobilização e de convencimento” (Entrevistado 7).

A partir da análise dos percursos, pode-se perceber que a década de 1990 veio a enquadrar diferentes trajetórias de pessoas que tiveram uma formação superior no exterior e vieram a construir suas carreiras profissionais, políticas e jurídicas no seu país de origem. A formação no exterior e o desempenho profissional no país de origem são questões decorrentes e presentes nos debates atuais e que segundo Martin, verifica-se uma “*crescente internacionalização e competição entre elites*” (2008: 43).

### **5.2.7. Trajetória escolar e origem social**

Portanto, a nível de trajetória escolar, de acordo com os resultados dos questionários preenchidos (25), 52% dos membros de governo entre 1991 e 2015 possuem o grau de licenciatura, seguido de mestres (28%) e em alguns casos os que possuem pós-graduação (16%) e o grau de doutor apenas 4%. Coutinho (2010) no seu estudo sobre os membros do governo de Cabo Verde (1975-1980) verificou que a maioria dos recrutados neste período para cargos de ministros e Secretários de Estado também eram licenciados. Dado que nos leva a aferir que os primeiros formados no país não seguiram a carreira académica na procura de títulos cada vez maior. Ao regressarem ao país após a conclusão do curso superior no exterior tiveram um engajamento político e profissional de imediato. Por conseguinte, acabaram construindo suas carreiras profissionais e políticas no estado.

Gráfico 5: Nível de instrução dos ministros (total de 25 ministros)



**Fonte:** Questionário estruturado

Ao fazermos uma análise comparativa entre o nível de instrução dos ministros com o dos pais, mostra uma significativa diferenciação social no âmbito do grau acadêmico (gráfico 5). Do ponto de vista da origem social, os ministros se destacam em relação aos pais que na sua maioria possuem o ensino primário. Nos chamaram atenção, por um lado, os pais que com o ensino primário conseguiram promover a educação escolar dos filhos e, por outro lado, aqueles que não possuem nenhum nível de instrução e que apostaram no ensino dos filhos. Este aspeto foi tomado como um dado importante que nos permite medir a mobilidade social familiar.

O gráfico 5 nos possibilitou observar a diferenciação entre sexos, ou seja, entre o nível de instrução das mães e dos pais. A percentagem dos pais sem nível de instrução (16%) é relativamente menor a das mães (26%) e a percentagem dos que possuem o ensino primário (45%) é maior que a das mães (39%). Em segundo lugar, o ensino primário e a percentagem daqueles que não possuem nenhum nível de instrução, ou seja, não tiveram acesso à educação escolar.

De maneira geral, a percentagem dos homens instruídos é superior ao das mulheres. Barros (2012), observa que a escolarização feminina é verificada com mais expressividade a partir dos finais da década de 50 e se concentrava entre 1º e 2º ciclos dos estudos sociais. Neste contexto, é importante realçar a limitação de acesso, ou seja,

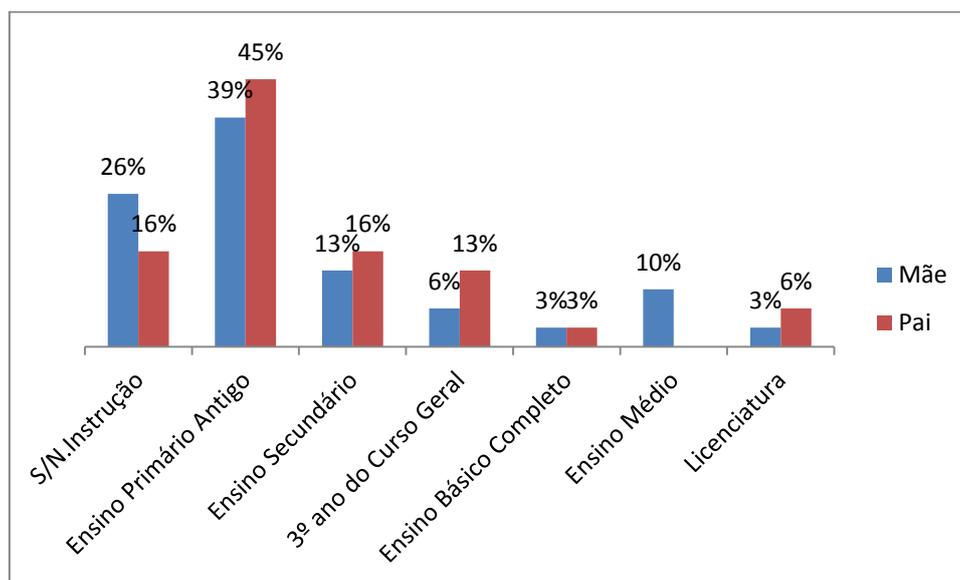
nos escritos de Barros, *“até então, as oportunidades de escolarização vigente são aproveitadas pelas raparigas oriundas dos estratos sociais médio e alto dos centros urbanos onde, efetivamente, concentrava a rede de ensino”* (2012: 117).

Fazendo recurso aos dados do questionário e das entrevistas, denotamos que os pais que possuem o ensino médio (10% das mães) e o grau de licenciatura (6% dos pais contra 3% das mães) são pessoas cuja a estrutura familiar era economicamente estável e que possuem uma base de trajetória política consolidada. Desse modo, são pessoas com um forte engajamento político e que tiveram influência na formação universitária dos filhos e influenciaram na reconversão dos seus capitais culturais e económicos em capital escolar e relacional dos filhos.

Entretanto, as estratégias das famílias para garantir a sua posição política e económica (PETRARCA & OLIVEIRA, 2016: 156) tem sido um elemento conjuntural importante no percurso dos filhos. Conforme fundamenta Anjos,

*“a crise crónica do sistema económico nacional impele as famílias tradicionais a adoptarem estratégias de reconversão do seu capital económico incerto, nomeadamente fundiário e comercial, em capital escolar, por forma a acederem aos cargos públicos, e, de igual modo, intermediarem, sob vários aspectos, um diálogo com a metrópole”.* (2006: 50-51).

Gráfico 6: Nível de instrução dos pais



Fonte: Questionário estruturado

Tanto os níveis de instrução quanto os cargos ocupados nos permitiram estabelecer uma análise comparativa dos ministros em relação à sua origem social familiar. Constatamos que as profissões atuais dos ministros lhes garantem uma posição privilegiada em relação aos ascendentes. Particularmente aos pais, duas observações poderão ser feitas no âmbito da origem social: primeiro, um grupo minoritário de famílias que possuem o grau de ensino superior e que são economicamente estáveis com influências direta na educação dos filhos e nos meios de aceder ao poder. Em segundo lugar, temos uma família economicamente desfavorecida e com um baixo grau acadêmico. Porém, o interessante é que, ambas as famílias presenciam uma reprodução social dos filhos que se apresentam qualificados e socialmente valorizados no ramo das suas atividades.

Grosso modo, temos então ministros de origem social familiar “baixa” que se sustentam nas relações familiares e escolares como estratégias de mobilidade ascendente e elitização (BARROS: 2012).

Entretanto, as condições da ascensão social a partir das relações escolares como estratégias de se sobressair está relacionada também com a própria conjuntura entre a década de 1970 e 1990. Paralelo às relações familiares, o incentivo através de bolsas de

estudos para o exterior influenciou grandemente na reconversão social. Um dos entrevistados acrescenta que,

“Nesta altura o país era carente de tudo, precisava de engenheiros, de médicos, de arquitetos, de professores, de sociólogos, de psicólogos, enfim, de tudo. E, portanto, na altura fez-se o esforço que era possível fazer para garantir que todos pudessem ter acesso ao sistema de ensino e houvesse um sistema de bolsas de estudo que garantisse a formação das pessoas no plano educativo” (Entrevistado 1).

#### **5.4. Dimensão III: Engajamento político-partidário**

Como já mencionado, o recrutamento das elites políticas cabo-verdianas se dá essencialmente por meio das ligações partidárias. Neste caso, se pode falar do partido de um lado, como mecanismo para aceder e se manter no poder e, de outro lado, como base de mobilidade social dos ministros sobretudo num contexto que marca o início de muitas carreiras políticas. Como alude Barros (2012), os partidos trabalham no sentido de garantir os benefícios pessoais, de modo que acabam por condicionar a renovação dos seus dirigentes. Deste modo, *‘eis por que a própria organização torna um fim em si, afastando-se gradativamente das finalidades que estiveram na base de sua criação’* (2012: 21).

Ao abordar a questão do engajamento político nas entrevistas concluímos que a entrada na vida política nacional foi condicionada por fatores de ordem externa. Fala-se por um lado, da luta de libertação na clandestinidade, na guerrilha na Guiné-Bissau e, por outro lado, da Revolução de Cravos em Portugal, conhecida como 25 de abril, esta última teve um engajamento particular dos ministros que na altura estavam em Portugal em função dos estudos e que aproveitaram então desta revolução como incentivo para a participação na luta de libertação nacional cabo-verdiana.

Neste contexto, pela dimensão dos dados obtidos a partir das entrevistas optamos por enfatizar a experiência dos ministros que estudaram em Portugal e a sua inserção na vida política nacional.

#### **5.4.1. A revolução de Cravos em Portugal e sua implicação no percurso político dos ministros em Cabo Verde**

O 25 de abril em Portugal tem sido apontado pelos ministros como marco impulsionador do engajamento político/partidário. Isto sobretudo pelo fato de que residiam em Portugal nesta altura e acabaram envolver nos movimentos de libertação nacional. Trata-se de um movimento político e social ocorrido em Portugal em 25 de abril de 1974 que resultou no golpe de Estado. Marcado na história de Portugal como o fim do regime ditatorial do Estado Novo e implantação de um regime democrático.

Os estudos (PENAS, FISTEOS & VILLAMORRÍO: 2007) tem demonstrado que a revolução dos cravos em Portugal foi conduzida por um grupo de militares que eram oficiais intermédios e que tinham participação na guerra colonial. A revolução foi feita no sentido de estabelecer o programa dos três D, ou seja: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver. Nesta perspectiva, Martinho (2017) aponta que o golpe derrubou uma das ditaduras mais duradouras da história do Ocidente.

Os opositores do regime durante o período ditatorial, eram repreendidos pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) que perseguia também os grupos independentistas africanos, como os casos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique (PENAS, FISTEOS & VILLAMORRÍO: 2007). Não obstante, como consideram os entrevistados, os cabo-verdianos, que faziam parte dos grupos independentistas enfatizam o seu envolvimento na “luta clandestina”. Trata-se de uma contestação do regime colonial português. A luta clandestina, também conhecida como luta de geração alvitra momentos marcantes na trajetória pessoal dos ministros, sobretudo daqueles que foram presos políticos na época:

“Fui preso por causa de uma camisa que tinha a cara da Miriam Maqueba que era uma revolucionária”. Tive colegas que lutamos juntos como Eurico Monteiro, José Filomeno, Domingos Júnior. Outros presos por exemplo, o Homero Vieira Lopes, “Dico”, estes distribuía panfletos. Tinha a polícia - PIDE e este tinha colaboradores que vigiavam e denominamo-los de “katxor

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

di PIDE<sup>60</sup>”. Até muitas vezes quando estávamos num bar ou outros lugares do tipo brincávamos entre nós:

- “Pidi un katxor kenti!

- Nka sta pidi, pidi bó” (risos)<sup>61</sup>

(Entrevistado 28)

Esta revolução é vista como marco de referência no percurso dos cabo-verdianos que na altura residiam em Portugal em função dos estudos. O resultado da participação política ativa, da mobilização política nacional é analisado sob ponto de vista da maneira como o 25 de abril proporcionou o engajamento político. São casos dos seguintes entrevistados:

“Eu estudei em Portugal num momento de algum arrefecimento, uma ressaca de uma dinâmica revolucionária que tinha entre 1974/75 – período da revolução portuguesa. Estudei em uma universidade relativamente nova, sem grandes tradições de resistência antifascista que as universidades menos novas tinham. Em todo o caso, Portugal para mim foi uma experiência de abertura ao mundo” (Entrevistado 8).

“Justamente acho que o que me formou, o que contribuiu para a minha formação política foi o fato de ter eu estudado em Portugal, depois do 25 de Abril, onde eu pude me aperceber dos desafios da luta contra o colonialismo e contra o racismo. Eu tive a sorte de fazer o curso em Portugal num contexto de mudança política democrática e que me ajudou, portanto, a fazer o percurso que eu fiz” (Entrevistado 20).

“Maior parte dos jovens da minha geração se sentiram tocados com este acontecimento. Penso que os políticos da minha geração também foram apanhados por este grande momento de luta política aberta no país e de

---

<sup>60</sup> “Katxor di pide” - Designação crioula – língua materna de Cabo Verde, que significa “cachoros da Polícia PIDE”.

<sup>61</sup> “Pidi un katxor kenti” – “Pede um cachoro quente”. “Nka sta pidi, pidi bó” – “Não vou pedir, pede você”.

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

mobilização da independência nacional. Isso digamos foi o *click*, o fator impulsionador da nossa entrada e permanência na política” (Entrevistado 7).

O processo revolucionário do 25 de Abril em Portugal, também conhecida por revolução dos cravos teve repercussão não só na Europa, mas também na América e nos países africanos. Como sustenta Ferreira (2004), esta revolução foi um ato singular no contexto internacional. Particularmente em Cabo Verde, o início do percurso político de grande parte do pessoal dirigente está envolvido diretamente com essa revolução. A participação intensiva na luta de libertação nacional marca a história de muitas figuras políticas em Cabo Verde, em particular dos próprios ministros.

Por um lado, uns que participaram diretamente na luta de libertação mesmo antes da revolução de 25 de abril, como é o caso de André Corsino Tolentino que relata o seguinte: *“Em 1970 fui chamado pelo Amílcar Cabral e seus companheiros para juntar a luta de libertação nacional. Até 74 estive no movimento de libertação do PAIGC”* (em entrevista, 2017). Em outras circunstâncias, aqueles que vieram a envolver nas causas do país depois do 25 de Abril numa luta política aberta nacional. Era mais uma luta de sensibilização, de mobilização e de convencimento da população a tomar parte dos assuntos do país. Além disso, da sensibilização entre si da própria classe política construída na criação de mecanismos de transformação social.

“Em 1974, com o 25 d Abril, a luta política começou a ser aberta, com perspectiva de mobilizar cabo-verdianos para independência que era uma coisa única” (Entrevistado 9).

Na tentativa de compreender e evidenciar como tem sido o processo de engajamento político-partidário percebe-se que o 25 de Abril em Portugal foi um dos fatores determinantes da grande parte dos entrevistados, sobretudo aqueles que tiveram a sua formação superior nas instituições portuguesas. Porém, para além das distintas formas de engajamento na vida política e no partido, cunhadas no 25 de Abril, outros fatores condicionaram e possibilitaram o acesso e a permanência dos ministros no espaço político cabo-verdiano. Disto possibilitou perceber a influência da participação

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

ativa nos assuntos políticos e os diferentes processos de construção de um espírito crítico em relação às questões sociais e políticas. Por outro lado, a ênfase na gênese de construção das carreiras políticas dos ministros à mercê do contexto político-social da época, da necessidade de um envolvimento multisetorial dos quadros vindos do exterior.

“No engajamento profissional eu tive sorte, fiz os primeiros investimentos na formação específica que era professor. No período colonial, fui para escola de formação de professor em 1970 e saí 4 anos depois e como formação era específica em uma área que tinha necessidade o meu emprego foi imediato. Minha ligação formação/emprego foi imediato. Terminei em junho e comecei em outubro” (Entrevistado 7).

Em suma, se pode dizer que este engajamento, com influência de natureza externa, sobretudo das grandes revoluções, de acordo com os entrevistados influenciou na conscientização das pessoas e consagrou o espírito de envolvimento nas grandes causas nacionais. No derivo das condições socioeconômicas e políticas do país, as limitações e fraquezas que o país apresentava, as trajetórias familiar e escolar foram definidas neste estudo como elementos fundamentais para compreender as diferentes formas de engajamento político-partidário dos ministros em Cabo Verde. O interessante nas trajetórias é que houve um engajamento “juvenil”, ou seja, integraram nas atividades do partido com uma idade muito jovem. Em outros casos muito antes de ter iniciado os estudos superiores, como é o caso deste entrevistado que relata o seguinte:

“Eu acho que quando começou o 25 de Abril, o momento da independência eu tinha 14 anos. Mas eu senti que tinha um bichinho da política, percebi intuitivamente e então fui-me engajando politicamente naquele período mais revolucionário da independência, eu era adolescente mas fui-me engajando e depois mais tarde no liceu fui participar ativamente em atividades políticas e depois de ter terminado o liceu entrei no partido político, o então PAICV” (Entrevistado 1).

Segue ainda dizendo

“(…) e depois, pronto, continuei a minha vida política, mas desde cedo percebi que havia o bichinho da política, uma vontade interna de se engajar na vida política” (Entrevistado 1).

De igual modo, outro entrevistado, também enfatiza a possibilidade que teve em desenvolver as suas atividades acadêmicas e políticas em simultâneo enquanto estudava em Portugal. Realça a sua participação nos movimentos clandestinos e estudantis da época e considera uma carreira política relativamente longa, com início na atividade política na juventude antes de concluir a licenciatura. As atividades político-partidária contribuíram para o aperfeiçoamento dos conhecimentos universitários e trabalhar em prol das causas nacionais. Assevera o seguinte:

“Estive nas lides da deputação ainda nos finais da década de 1980. Enquanto o PAICV esteve na oposição na década de 1990, durante os dois mandatos eu estava aqui no parlamento como deputado<sup>62</sup>”. embora este não era profissionalizado (...) Toda a minha atividade política se desenvolveu para além daquilo que fiz em Lisboa enquanto estudante, participei das lutas clandestinas do PAIGC em Lisboa de modo que a minha atividade política foi feita paralelamente a minha atividade profissional na estrutura do PAIGC depois PAICV” (Entrevistado 11).

Em detrimento disto, as trajetórias e os perfis na sua maioria foram semelhantes e marcados por apoios e ajudas mútuas entre si, ou seja,

“esta também é uma questão da política e depende muito do grupo de amigos. No meu caso, depois do 25 de Abril éramos um grupo de jovens do liceu que

---

<sup>62</sup> Vale enfatizar, assim como ressaltaram os entrevistados 11 e 12, que na altura os deputados não eram profissionalizados, pois todo o trabalho de deputação era voluntário de participação em serviços de natureza cívica.

estávamos muito engajados e interessados na vida política. Então, juntos fomos empurrando uns aos outros e fomos fazendo a política” (Entrevistado 1).

#### **5.4.2. Militância partidária como fator de mobilidade profissional**

A relação militância partidária e o exercício profissional se pautam como condutas interligadas a modificação de fronteiras e cria a responsabilidade não apenas política, mas também técnica e legal. Entretanto, observa-se que os ministros iniciaram a sua carreira desempenhando cargos no governo, sobretudo como Secretário de Estado e assessor de ministro. A caracterização das formas como os ministros constroem as carreiras no governo se configuram através da militância ou simpatia política. Ligada ao conjunto das relações das diferentes trajetórias e a posição social dos indivíduos, o cerne dos problemas ligados a classe dirigente, pauta para discussões sobre as formas de engajamento profissional, associativo e político.

A dureza da vida; as dificuldades do dia-a-dia; o anseio em mudar a realidade, tudo isso foram os fatores apontados pelos entrevistados que condicionaram e impulsionaram o engajamento político das pessoas e em muitos casos, por vias partidárias como menciona o entrevistado 28. Quem relata estes aspetos são sobretudo pessoas que sentiram a necessidade de se engajar nas questões políticas e tomar parte da luta de libertação nacional, que para além de contribuir para a transformação social procura garantir uma posição social de destaque. Pode-se perceber as diferentes formas de engajamento e militância derivadas de fatores como: a indignação com as práticas do colonizador que fez emergir no seio da população o anseio pela justiça<sup>63</sup> e a dignidade dos cidadãos.

Como a maior parte dos ministros mencionaram as dificuldades presentes nas suas trajetórias de vida como determinantes do seu engajamento político-partidário, as aprimorações desses elementos são percebidas de natureza variada. Percebemos que os problemas relacionados a família são questões sensíveis e “ocultadas” em situações

---

<sup>63</sup> Isto justifica em parte o curso de direito visto como sinónimo de justiça no país. Pois muitos dos entrevistados formados em direito justificaram a escolha do curso como forma mais adequada de estabelecer a justiça no país.

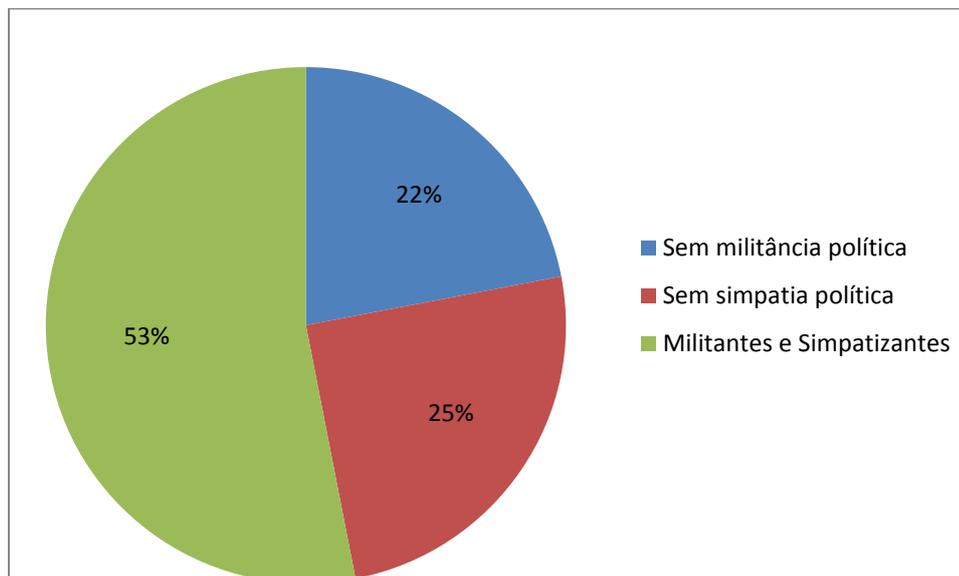
adversas. Do mesmo modo, observa-se maior abertura em falar da falta de recursos nas instituições. Dentro deste contexto, procuramos junto das pessoas próximas entender as características familiares, em conversa informal. Contudo, para um dos casos foi ressaltado o seguinte:

“Este homem comeu o pão- que o diabo amaçou! Passou por várias dificuldades familiares, ia para a escola a pé e sem materiais escolares. O pai dele quase que o abandonou, pois não acreditou que a educação escolar um dia iria ser tão benéfico para aquela família. O pai não disponibilizou com nenhuma ajuda para estudar, foi a mãe que sacrificou para que o filho pudesse estudar. Mas ele humildemente seguiu sua carreira, depois conseguiu sair do país para estudar fora e quando regressou já tinha seu emprego garantido (depoimento anónimo).

Por outro lado, no que diz respeito à militância e simpatia partidária, é de realçar outras formas de engajamento por parte dos ministros atendendo as suas trajetórias e preocupações do momento. Quanto a isso, observa-se por um lado que dos 32 questionários preenchidos, 22% dos entrevistados não apresentam nenhum tipo de militância com o partido político e 25% deles responderam o questionário como não possuindo nenhuma simpatia partidária. Aqueles que apresentam alguma forma de envolvimento seja como simpatizantes ou como militantes são a grande maioria, perfazendo 53% (17 deles) num total de 32 (gráfico 9).

As relações com os partidos políticos, também permeadas por meios de associações sindicais, são elementos aferidos no decorrer da pesquisa. Porém, a partir de uma análise sistemática das diferentes trajetórias percebe-se um envolvimento profissional motivada não apenas pela militância política ou associativa, mas também por outros fatores, embora tendo o partido como mentor principal, assim como demonstra Coradini (2007). A inserção no mercado (BOURDIEU, 1989) e inter-relação estabelecida estão associadas por características como: a escolarização, as relações profissionais, estrutura de capital e posição social e em certos casos de benefícios de políticas governamentais (CORADINI, 2007: 182).

Gráfico 7: **Distribuição dos ministros por engajamento político (total de 32 ministros)**



**Fonte:** Questionário estruturado

A militância nos partidos políticos em Cabo Verde apresenta um propósito de engajamento que pode visar a um objetivo pessoal ou coletiva. Como demonstra Oliveira (2008), “o engajamento e a militância política, mais do que significar “ruptura” ou “distanciamento” das atividades profissionais, constitui sempre uma forma de “realização profissional”, de comprometimento” e de não distanciamento da “realidade” (OLIVEIRA, 2008: 174).

Não obstante, além de ser militante partidário, destaca-se outras transformações nas trajetórias que aparecem em situações político-partidárias com uma relação próxima e interligada a formação escolar. É interessante perceber como o uso do capital escolar possibilitou a transformação da sociedade e como é amplamente utilizado como forma de sobressair a nível profissional e como uma forma de legitimidade perante os outros. Consequentemente, a importância da escolarização e a sua expansão pode estar vinculada ao processo de militância e simpatia político-partidária.

A formação acadêmica permite uma ampla abordagem, pois está envolvida tanto no exercício profissional quanto nas práticas de militância partidária. A existência de diversas práticas sociais e políticas no seio dos partidos repercute nas experiências

profissionais dos ministros, que em muitos casos demonstraram estar presentes nas suas atividades do dia-a-dia. Essas práticas estão inerentes às atividades desenvolvidas enquanto ministros e em outras atividades profissionais desempenhadas fora do governo.

As ligações partidárias, que muitas vezes são sustentadas pela identificação com as bases ideológicas de cada partido nos suscitaram questionamentos relativamente ao engajamento no partido. As posições dos ministros relativamente a esta questão se identificavam como sendo mais de esquerda:

“Desde sempre eu fui militante do PAICV. O PAICV é um partido de esquerda e eu me identifico mais com as ideias de um partido de esquerda como PAICV” (Entrevistado 1).

“Em Portugal estive ligada aos movimentos de esquerda, fiz parte da União dos estudantes comunistas em Portugal, associação dos estudantes, quando eu vim para Cabo Verde em 1984 entrei no PAICV e desde 84 estou no PAICV. Aqui também na Praia participei nos grupos de base, fui dirigente local depois fui dirigente nacional, e, portanto, a 2 anos eu era vice-presidente do PAICV” (Entrevistado 20).

Porém, é importante levar em consideração o contexto de criação de cada partido e as suas formas de atuação social. O PAICV surgiu num contexto de luta pela independência de Cabo Verde que mesmo após este período, o país viveu no auge do regime de partido único. As suas ideologias teoricamente esquerdistas são situadas em conjunturas específicas de luta política externa para a descolonização. Da mesma forma, o partido MpD, emergiu em outra circunstância totalmente diferente. Num contexto de democratização do país, do estabelecimento de um estado de direito democrático, onde a luta política era a nível interna nacional.

Outro aspeto saliente nas trajetórias, diz respeito à origem social. Este tem sido, além dos outros fatores mencionados, um elemento de fundamental atenção no processo de engajamento político e profissional das pessoas. Ou seja, é destacada “*as condições de origem ou de chegada no que tange às relações centro-periferia e seus efeitos nos*

*respectivos trajetos sociais e modalidades de entrada na política*” (CORADINI, 2007: 182).

No que se refere ao engajamento associativo, é de realçar uma forte atuação profissional nas ONGs e nas associações comunitárias. Como a maior parte dos ministros já ocuparam cargos de deputados é possível supor que existe um forte envolvimento nas associações com atividades de natureza estritamente política. Esses movimentos permitem enfocar para análise o papel político das carreiras de Estado (Engelmann: 2009).

Ora, a atividade profissional que por sua vez está engajada em vários domínios foi decisiva para a construção de carreiras no Estado e não só. Coradini (2002) sublinha que constitui um dos mecanismos que influenciou na ampla investidura em atividades sociais e políticas que diretamente interferem no processo de recrutamento para cargos ministeriais. Com isso, pode reforçar a ideia de que a formação acadêmica, é utilizada em detrimento do acesso a cargos diretivos e maioritariamente com a soma de outros fatores. Neste contexto, contrariaria os escritos de Oliveira (2005) segundo a qual, a formação escolar e universitária são elementos que pouco contribuem para a formação profissional das pessoas. E, portanto, defenderíamos que isso depende muito do contexto e da área de que se trata. Porém, nos domínios técnicos, a formação acadêmica trata-se de um requisito crucial, senão obrigatório de recrutamento.

Daí nos ministérios como se praticam nomeações em vez de concursos, trata-se mais de um recrutamento restrito e fechado comparado a um cargo aberto ao concurso e muitas vezes o diploma apresenta pouca significância no campo das nomeações. O que mais chama atenção é a experiência e a sensibilidade de trabalho para cada área. Neste sentido, o diploma é fundamental, nas áreas técnicas como no ministério da justiça, por exemplo. Fora isso, mesmo em atividades mais de natureza sociológica, a formação acadêmica não significa muito na ausência de uma predisposição por parte de quem vai exercer o cargo. Nestes casos, o funcionamento está condicionado tanto no potencial, mas também laços partidários e de amizade no meio do das seleções.

A maioria esmagadora da nossa amostra são pessoas dos governos do PAICV e que entraram no governo depois de 1991, com exceção de algumas que já faziam parte do elenco governamental antes deste período. Naturalmente isto é um dado que não é de

se estranhar tendo em consideração a história de formação do executivo após a década de 90. No contexto estudado houve apenas dois mandatos liderados pelo partido MpD e três mandatos do PAICV. Então naturalmente a representação do MpD pode manifestar em menor dimensão.

Numa análise do sistema partidário de Cabo Verde, onde em termos partidários, tem o PAICV, cuja a ideologia é de esquerda e o MpD que é de direita, partimos do princípio de que estas pessoas estão lá provavelmente porque ideologicamente pertencem a um determinado partido político. Então, quem esteve no governo antes de 1990 e aqueles que entraram depois, ambos possuem uma ligação partidária forte tendo em consideração o contexto do surgimento desses partidos no país. O PAICV foi o partido dominante na década de 1975 e esteve na liderança governamental entre o período de 2001 a 2015.

Porém, tendo em consideração a dimensão da amostra e o contexto do período estudado, a maioria dos entrevistados são do governo liderado por PAICV. O que se verifica é que apesar do surgimento de novos dirigentes com a mudança do partido no governo, mantêm-se as relações de amizade e a própria ligação parental de pessoas que faziam parte da estrutura partidária daquele período. Houve a refundação na seleção de novos ministros com a vitória do PAICV em 2006. Nestes termos ligado ao partido PAICV, são pessoas que possuem um engajamento político na luta de libertação nacional e posteriormente da criação do partido.

#### **5.5.Dimensão IV: Trajetória Profissional**

Neste trabalho foram identificadas diferentes formas de inserção e padrões de carreiras construídas enquanto dirigentes públicos. Denotamos o percurso de pessoas que já faziam parte do elenco governamental durante o período de partido único e que são militantes do PAICV. Destes podemos exemplificar 3 casos de pessoas que enquadravam no governo de Transição e que após a abertura política também enquadraram no governo:

Tabela 21: **Entrevistados que ocuparam cargos de ministros durante o período de partido único e após a abertura política**

Entrevistados	Ministro no Governo de Transição	Ministro no governo democrático
Entrevistado 30	1975-1979	1991-1994
Entrevistado 6	1977-1990	2006-2012
Entrevistado 14	1977-1990	2004-2006

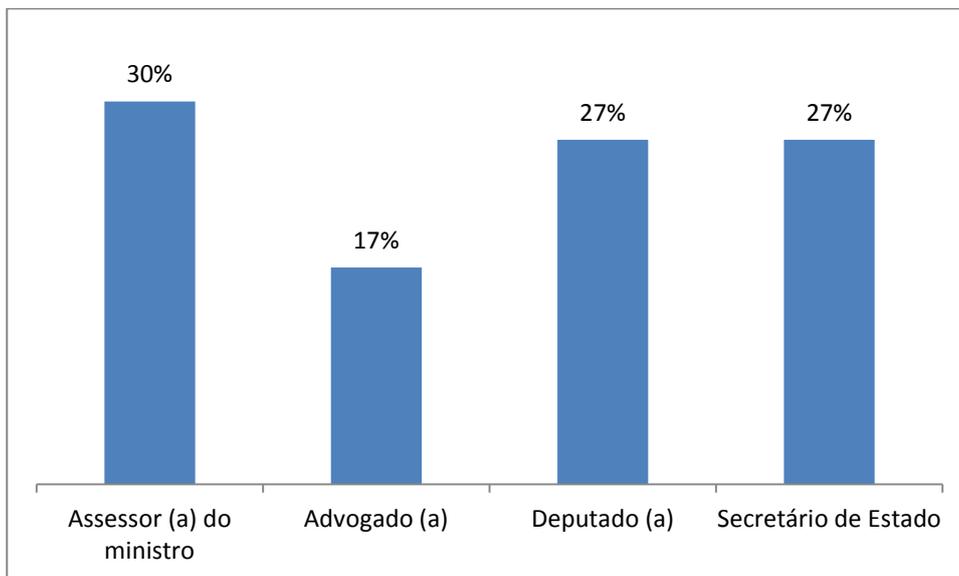
**Observação:** Estes três entrevistados (6, 14 e 30) relataram durante a entrevista que fizeram parte do grupo de fundadores e militantes do PAIGC/CV e são combatentes da liberdade da pátria. Portanto, é importante enfatizar que se trata de perfis que possuem uma trajetória histórica num passado colonial com participação ativa e uma forte ligação e trajetória partidária.

**Fonte:** Questionário estruturado e entrevista

O engajamento profissional dos ministros entre 1991 e 2015 se deu num contexto favorável de inserção no mercado de trabalho numa altura em que a ocupação de cargos não constituía um problema, sobretudo para aqueles que tinham acabado a sua formação superior no exterior. Neste contexto, a construção das carreiras políticas no governo apresenta percursos hierarquizados profissionalmente (gráfico 8). Verifica-se que muitos iniciaram as suas carreiras políticas dentro do governo, desempenhando funções de Secretários de Estado e foram se ascendendo nos cargos no decorrer do tempo. Num total de 30 ministros, 27% deles iniciaram como Secretários de Estado, posteriormente, chegam ao cargo de ministro ou até de chefe do Governo (caso do atual Primeiro-Ministro) e em alguns casos até de Presidente da República (o caso do presidente atual). Para além desses casos, outros iniciaram com advocacia, deputação<sup>64</sup> e prestando funções de assessoria ao ministro cessante. Para este último pode-se verificar que 30% deles eram assessores de ministro.

<sup>64</sup> Aqueles que desempenharam funções de deputado na Assembleia nacional antes da década de 1990 enfatizaram que este não era uma atividade profissionalizada. Tanto que acabavam por ocupar funções de Secretário de Estado, fazendo advocacia e assessoria do ministro em simultâneo.

**Gráfico 8: Porcentagem dos ministros nas funções de assessor, advocacia, deputado e Secretário de Estado (total de 30 ministros)**



**Fonte:** Questionário estruturado

Estes dados justificam a ideia de que o capital relacional e as relações de trabalho responsabilizam por uma boa parte da ascensão ao cargo de ministro. Sobretudo as funções de assessor e de Secretário de Estado que está interligada com cargos de ministro e uma relação direta entre eles tanto em termos profissionais como a nível pessoal.

Após a conclusão da formação superior no exterior, os caminhos trilhados profissionalmente tiveram vantagem conjuntural da necessidade de qualificados nos mais variados ministérios. A facilidade do engajamento é, portanto, motivada por fatores de ordem interna e externa.

“Na época em que eu regressei não havia dificuldades. Havia uma carência enorme de juristas no país. Eu regressei em 93, dois anos depois da mudança política e das alterações que o país vivia na época. Eu cheguei aqui em agosto e comecei a trabalhar em setembro. Eram bons tempos para os técnicos, havia uma carência enorme e era uma disputa entre os ministérios no recrutamento. Nós podíamos escolher qual o ministério pretendíamos trabalhar porque a procura era imensa” (Entrevistado 2).

Muitos dos ministros viram no início das suas carreiras profissionais a sorte de que o país na altura necessitava de pessoas tecnicamente preparados para ocuparem os postos engrandecidos no país. A carência de quadros possibilitou uma enorme aposta no setor educativo e um rápido envolvimento profissional das pessoas sobretudo nas lides da administração do país (RAMOS: 2010).

Portanto, vários casos foram relatados nas entrevistas segundo a qual a possibilidade de iniciar uma atividade profissional não constituía um problema dos recém-formados. Enfatizaram a facilidade do acesso aos cargos e de prestígio e o privilégio visto que as instituições necessitavam de pessoas qualificadas. Neste sentido, tinham o “poder” em escolher onde trabalhar.

“Havia concorrência para recrutar quem chegasse. Era totalmente diferente daquilo que se vive hoje. Antes de sair da universidade já tínhamos alternativas. Todos os serviços aqui precisavam de gente, havia disputa dos empregadores para conseguir os quadros que chegavam. Este país não tinha praticamente quadros em nenhum setor” (Entrevistado 11).

Num contexto em que se opera a falta de quadros e em situações específicas no âmbito jurídico - a falta de juristas, põe em causa a estabilidade do funcionamento das instituições e o próprio desempenho profissional. Nestes termos, pode se pensar na probabilidade da sobrecarga de trabalhos, no desempenho de várias atividades em simultâneo e, em certas circunstâncias, a não ocorrência do *accountability* profissional. Em casos particulares, esses casos são notados como reflexo da carência de pessoas qualificadas. Consequentemente, a criação de estratégias por parte dos governantes para suprir as dificuldades. Em muitos casos a ideia sempre foi de trabalhar não apenas com uma única técnica, mas privilegiar um plano B. ou seja, esquematizar e prever soluções para situações inesperadas, conforme relataram em algumas ocorrências durante as suas trajetórias de inserção a nível profissional.

Portanto:

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

“Havia falta de quadros. No ministério da justiça não havia essa falta ao ponto de condicionar, agora, havia uma envolvimento de todos os técnicos em participar, em fazer aquilo que era o seu trabalho. O país no seu todo tinha essa carência de quadros, mas houve também uma época de muito regresso, muita gente que regressou nessa altura e que facilmente eram enquadradas em serviços ou poderiam escolher onde quisessem trabalhar. Poderiam experimentar e não gostassem havia a possibilidade de mudar” (Entrevistado 4).

“Em 1980 foi fácil porque na altura havia falta de quadros. Foi muito fácil e sobretudo com muita responsabilização porque éramos poucos. Eu fui a primeira jurista do ministério dos Negócios Estrangeiros. Então tínhamos que assumir as responsabilidades, não havia juristas mais antigos para nos ajudar, então éramos atirados ao mar para nadar” (Entrevistado 20).

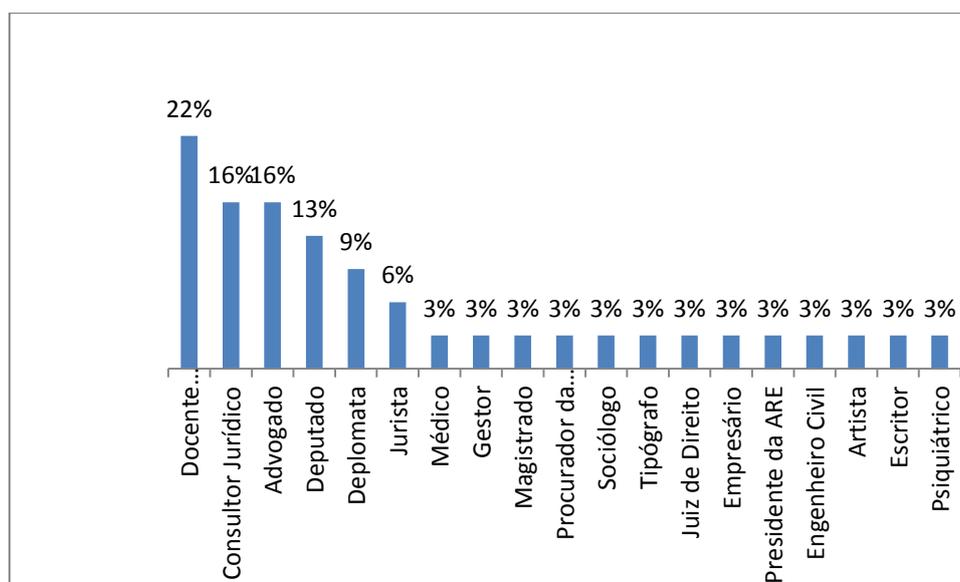
“Eu cheguei numa altura que também foram chegando vários colegas. Ainda hoje identifico uma geração que começamos juntos. Mas, havia falta de quadros” (Entrevistado 2).

A respeito dos relatos das entrevistas acima, verifica-se que o cenário não é diferente entre os percursos. Existe uma diversificação dos cargos e uma mudança entre os cargos de baixo, médio e alto escalão. É interessante ver nessas trajetórias o início e o desenrolar das suas carreiras com atuações em várias áreas governamentais. D’Araújo (2009) no seu estudo que enquadra os ministros no Brasil após a redemocratização tem sustentado a interrelação profissional entre a arena parlamentar e a arena governamental, ou seja, ele considera que os *“ministros são pessoas experientes na vida política com forte enraizamento em atividades parlamentares e executivas em todos os níveis de governo”* (D’ARAÚJO, 2009: 25).

Entre as profissões mais desempenhas pelos ministros atualmente estão as seguintes: Docente universitário (22%); Consultor Jurídico (16%); Advogado (16%); Deputado (13%); Diplomata (9%) e jurista (6%). O comparativo de profissões permitiu aferir o surgimento de uma nova elite escolarizada e diversificada em termos profissionais. Os estudos (AFONSO: 2002; ANJOS: 2002; PEREIRA: 2010;

CARVALHO: 2011; BARROS: 2012), apontam a educação como um fator de mobilidade utilizado no surgimento da nova elite que se distinguem acadêmica e profissionalmente em relação aos ascendentes.

Gráfico 9: Distribuição dos ministros por profissão atual



Fonte: Questionário estruturado

A nível das ocupações dos pais demonstram um certo distanciamento. A tabela 22 apresenta de maneira geral as profissões mais desempenhadas pelos seus ascendentes. Pode-se destacar de entre as profissões mais desempenhadas os cargos de Comerciante e de Pedreiro (para homens – pais e avós) e no caso das mulheres (tanto mães quanto avós) são maioritariamente domésticas. O que se pode reforçar deste comparativo das profissões é sobretudo o que tem sido o papel das mulheres na sociedade cabo-verdiana antes da Independência como já foi destacado. Nos últimos dez anos, a presença das mulheres nas lides administrativas do país é notoriamente significativa nos cargos públicos de direção. A importância deste quadro comparativo em termos de mobilidade social das mulheres, reside na análise que descreve a presença das mulheres nos cargos diretivos no governo cabo-verdiano.

Tabela 22: **Profissões mais desempenhadas pelos ascendentes**

---

<b>Origem social familiar: comparativo dos cargos mais ocupados</b>						
<b>Descendentes:</b>	Mãe	Pai	Avó materno	Avô materna	Avó paterno	Avô paterna
<b>Profissão:</b>	Doméstica	Comerciante	Comerciante Funcionário público	Doméstica	Comerciante Funcionário público	Doméstica

---

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do questionário

### 5.5.1. A relação origem social e profissão

Para analisar a questão da mobilidade em relação à origem social/familiar apropriamos do comparativo das profissões dos ministros (gráficos 8) e dos seus ascendentes (tabela 22). Esta caracterização enquadra as profissões na sua totalidade, isto é, profissões com maior representatividade.

No que diz respeito aos ascendentes dos ministros, o que se verificou é uma grande concentração nas atividades domésticas por parte das mulheres. Estas referem a mães a avôs (maternas e paternas). A existência de um número considerável de mulheres domésticas ou “administradora do lar” como foi designado por um dos entrevistados (Entrevistado 15), no país possui uma tradição histórica da formação da sociedade cabo-verdiana e da cultura machista e patriarcal existente desde os seus primórdios de colonização. À deriva, os estudos (MONTEIRO: 2007; GOMES: 2011) tem debatido o *empowerment* feminino nos variados setores, sobretudo a nível político.

Do ponto de vista da profissão dos ministros e a sua relação com a origem social, estes se inter-relacionam através da reconversão social dos capitais das famílias em capital escolar. Conforme fora observado em argumentos de Silva (2013: 102) nas vésperas da modernidade, encontramos a família pequeno-burguesa, predominantemente urbana e vigente no universo de funcionários da Administração Colonial, de

comerciantes urbanos e mesmo de proprietários rurais que são descendentes da família patriarcal com a preocupação da passagem à descendência do capital escolar e social.

“Eu sou praiense, apesar de ter nascido em Santo Antão. Por ser filho de funcionários públicos, que eram proprietários nas ilhas. Tenho uma trajetória praiense. Uma família burguesa composta por funcionários públicos” (Entrevistado 8).

Todavia, constatamos que os ministros que na sua maioria são provenientes de famílias tradicionais, descendentes de comerciantes e funcionário público vem mostrando na sua trajetória uma espécie de mobilidade social ascendente quando comparado com as profissões dos pais e outros ascendentes (avós maternos e paternos) em termos de cargos que estes vem desempenhando durante a sua trajetória profissional.

Em suma, a trajetória profissional das pessoas que desempenharam o cargo de ministro entre o período de 1991 a 2016 em Cabo Verde apresenta um complexo contexto no início de suas carreiras. Estes aspetos apresentam o berço familiar como base da reprodução, pois a origem familiar imprime uma sequência de mobilidades que resultam em diferentes categorias de análise, a partir dos depoimentos das entrevistas no que se refere à trajetória familiar.

### **5.5.2. O engajamento profissional na área jurídica**

O que se pode então constatar é que embora, a falta de quadros era a nível global nacional para todas as áreas, haviam aquelas que eram mais condicionadas e outras menos. Nestas condições, nas áreas jurídicas por exemplo, era necessária e urgente uma presença de pessoas academicamente qualificadas e tecnicamente preparadas, ou seja, ter um conhecimento jurídico. Porém, assim como em outras áreas o acesso ao curso de direito foi motivado por razões adversas, podemos encontrar no percurso dos entrevistados diversas formas de inserção no curso de direito motivadas por razões adversas (quadro 20).

Tabela 23: **Diferentes formas do acesso à formação jurídica no exterior**

<p><b>Caso 1:</b> “Eu sempre quis fazer Direito. Aliás quando eu tive essa bolsa já estava a fazer Direito em Coimbra. Todavia há mais bolsas que candidatos. Então eu estava a fazer Direito, o então Primeiro-Ministro insistiu comigo para ir fazer a Administração Pública e a insistência foi tanta que eu deixei o Direito em Coimbra e fui fazer a Administração Pública. Mas a minha ambição era sempre fazer Direito” (Entrevistado 1).</p>	<p><b>Caso 2:</b> “Direito inicialmente não era a minha escolha. Eu tinha feito uma candidatura para história. A minha primeira opção era história e segunda direito. Não consegui entrar na história, entrei no direito, mas hoje não me vejo em outra profissão que não fosse direito” (Entrevistado 2).</p>
<p><b>Caso 3:</b> “Quanto ao curso, penso que corresponderam as minhas expetativas naquilo que eu queria adquirir como formação profissional e que abriu várias oportunidades. Uma vez concluído o curso, optei em termos profissionais pela diplomacia que eu tenho feito desde então enquanto diplomata de carreira” (Entrevistado 4).</p>	<p><b>Caso 4:</b> “Foi a minha iniciativa. Aliás eu fui de uma geração que foi recusado bolsa. Na altura para conseguir a bolsa a média era de 14 valores e eu tinha 15 valores. E mesmo assim não queriam me dar bolsa para Direito porque éramos uma geração considerada rebelde, reacionário e trotskistas. Então, no Boletim Oficial que foi publicado na altura, para mim foi oferecido curso de sociologia. Graças a flexibilidade conseguimos mudar para Direito” (Entrevistado 10).</p>

**Fonte:** Entrevistas

**Observação:** O quadro analítico da escolha do curso de direito nos 4 casos acima foi selecionado como exemplos de entre os vários outros casos semelhantes.

Quando Cabo Verde alcançou a sua independência política em 1975, a estrutura social apresentava-se debilitado em termos de organização e funcionamento das instituições. Nas áreas sociológicas que envolvem um perfil mais amplo e diversificado o recrutamento pode não ser tão impactado ao ponto de condicionar, mas, em outras circunstâncias a necessidade era redobrável devido a exigência de conhecimentos técnicos específicos da área. No campo jurídico, a presença de pessoas com formação jurídica é uma condição determinante para assumir a direção das instituições judiciais e tratar de assuntos jurídicos do país. Neste sentido, pode-se enfatizar o duplo trabalho: (1) o recrutamento de uma elite jurídica e (2) a reestruturação das instituições judiciais.

“A formação jurídica parece-me que facilita imenso a compreensão da importância e do papel das instituições. Com a formação jurídica teria por exemplo preferido desde o início, a necessidade e a importância de haver em Cabo Verde o centro jurídico do governo, que não existia. Foi criado em 2002. Começou a chamar-se gabinete do setor jurídico, foi evoluindo, hoje em dia chama-se centro jurídico do governo – o CEJUP. Resulta da compreensão da importância do tratamento jurídico de tudo o que seja objeto de decisão ao nível do governo. Mesmo que não um centro, mas uma instituição que se afirmou rapidamente e que hoje em dia continua um pouco incontornável em se tratando da reformulação de projetos, de diplomas que tem que ser aprovados pelo governo” (Entrevistado 4).

Numa perspectiva comparada, outro entrevistado (20) partilha da opinião de que no âmbito jurídico a capacitação universitária dos profissionais é fundamental. Porém, mesmo a nível geral, os resultados de pesquisa mostraram claramente um perfil de licenciados.

Um dos entrevistados sustenta que,

“o curso de direito deve se consolidar. Vê se que há poucos mestres e poucos doutores, portanto, a maior parte dos professores são licenciados e fazem

## Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde: Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

diferença porque não é só no conhecimento, mas também tomar atitudes científicas. Portanto, penso que estamos ainda na afirmação do curso” (Entrevistado 20).

Comparativamente, o início das carreiras profissionais dos ministros juristas não difere daqueles que possuem formação acadêmica em outras áreas. Entre os 12 ministros juristas, 5 iniciaram sua carreira desempenhando funções de advocacia. Posteriormente vieram a se integrar no governo, uns como Secretários de Estado e outros como assessor (a) de ministro. Possuem uma trajetória comum em termos de ocupação de cargos e a forma como acedem a posições privilegiadas. O direito visto como sinónimo de justiça no país tem sido o motivo central que influenciou os formados em Direito. Porém, em casos excepcionais, a tradição familiar como condição *sine qua nom* da escolha do curso e a consequente engajamento profissional.

“No contexto em que eu cresci, o direito era associado sempre aos tribunais, ao juiz e ao advogado, a ideia da justiça. Concluindo o curso acabei por optar pela diplomacia e hoje estou cá, estou satisfeito, mas a imagem inicial era essa – formação jurídica associada à justiça. Acabei por enveredar por relações internacionais, uma outra opção que aparecia também” (Entrevistado 4).

“Eu buscava a justiça. Eu busquei a justiça porque eu estudei em Angola, vive em Angola, então havia muita exploração do homem pelo homem e muita humilhação do preto angolano face ao branco colono. Eu tinha 13-14 anos, então jovem e generosa que eu era achei que era injusto e procurei no direito um instrumento para a justiça” (Entrevistado 20).

O ponto referencial de formação jurídica das elites cabo-verdianas é a justiça e o estabelecimento de um estado de direito. A formação superior no exterior nos variados países apontados pelos ministros em estudo (Brasil, França e Portugal) está ligada às renomadas universidades e institutos de ensino superior com seu papel historicamente reconhecidas. Portugal foi o país acolhedor de grande parte dos ministros que apostaram na formação acadêmica em direito e não só. Neste contexto, como relatam os

entrevistados, a investidura em formação jurídica constituía em uma das áreas mais vulneráveis para a transformação do país, notadamente o setor da justiça.

Segundo Carvalho (2003: 37), até a independência grande parte da educação concentrava na Universidade de Coimbra. Dos perfis de alguns dos ministros cabo-verdianos que levantamos, constatamos que os que formaram em direito foi na sua maioria na Universidade de Lisboa e Coimbra. Como enfatiza Trindade (2012: 13), comparativamente com América portuguesa, a faculdade de Direito de Coimbra desempenhou um papel estratégico na formação das elites políticas, jurídicas e intelectuais.

“Coimbra em si é uma cidade de oportunidade. Na altura tudo à volta da universidade e, portanto, essa oportunidade que paralelamente ao direito, crescendo em outras áreas com um conhecimento por exemplo, na área cultural, teatro, cinema, literatura. Concretamente quanto ao curso de direito penso que corresponderam as minhas expectativas naquilo que eu queria adquirir como formação profissional e que abriu várias oportunidades. Uma vez concluído o curso, optei em termos profissionais pela diplomacia que eu tenho feito desde então enquanto diplomata de carreira” (Entrevistado 4).

A este processo, está em causa, a influência da formação jurídica no acesso e desempenho de cargos públicos nacionais. Inter-relaciona-se, posteriormente, ao que poderia vir a ser enquadrado a partir das reflexões dos autores (DEZALAY & GARTH: 2002; FINKEL: 2008; DEBURCA ET AL: 2013) que enfatizam os movimentos de internacionalização do campo jurídico. Face a isso, relaciona-se ainda com as iniciativas desses movimentos num processo de reforma do direito e das instituições democráticas.

As instituições democráticas, *per si*, possuem determinantes que são legalmente estipulados para o recrutamento do pessoal dirigente. A elite jurídica ao estabelecer a relação com a elite política recorre-se ao processo de importação de modelos políticos para a sua efetivação dos cargos (BADDIE & HERMET: 1990). É interessante ressaltar essa relação entre o político e o jurídico em termos das funções dos ministros Cabo Verde. Até o período de 1975 os políticos no país eram na sua maioria juristas, ou seja,

peçoas juridicamente qualificadas que desempenhavam funções políticas no governo devido à escassez de quadros. Ao analisar as pessoas que compõem o campo governativo logo após a independência e mesmo aqueles que vieram a formar o governo na década de 1991, constata-se que muitos deles eram juristas e desempenhavam funções de natureza política.

Os estudos que debatem a relação entre o político e o judicial (VIANNA: 1999; KOERNER & MACIEL: 2002; CARVALHO: 2004) enfatizam as estratégias utilizadas na ocupação do espaço judicial para a manifestação e reprodução dos aspetos políticos e de igual modo, os meios utilizados no espaço político para tratar de causas jurídicas (ENGELMANN: 2006: 109). Neste repertório, Engelmann (2006) alerta para a importância de se levar em consideração a estratégia internacional no processo de importação e exportação de modelos, conceitos amplamente desenvolvidos por Dezalay & Garth (2001), por via das redes internacionais existente entre os advogados no caso do Brasil. Uma das formas mencionadas por Dezalay & Garth (2001), através das ONGs, que principalmente no que tange aos direitos humanos possuem uma forte corrente relacionada com as causas políticas e sociais. Já em Cabo Verde, a relação das funções jurídicas e políticas esteve envolvida diretamente com os assuntos políticos do Estado.

### **5.5.3. A “fraca renovação” das elites políticas nos cargos ministeriais do governo**

No âmbito dos ministérios e dos mandatos é interessante enfatizar a repetição dos ministros nos executivos, fato que condicionou obter um número reduzido em termos de amostra para estudo. Das sete legislaturas ocorridas no país, quatro foram dirigidas pelo PAICV e três governadas pelo MpD. Uma análise conclusiva da composição dos ministérios é a fraca renovação dos ministros dado ao caráter repetitivo das nomeações das mesmas pessoas dependendo do partido que está no poder. Podemos concluir que a nomeação da elite política ministerial em Cabo Verde é “fechada” e apresenta características de um governo homogêneo com um poder centralizado nos partidos políticos. Augé (2005) ao analisar o recrutamento das elites políticas na África

Subsaariana a partir de uma sociologia do poder no Gabão percebeu uma fraca renovação das elites condicionada pela dinâmica do próprio sistema político.

Em Cabo Verde, a partir da análise dos executivos, define claramente a sequência da governação centrada em dois partidos políticos. A legislatura de 2016 mostra o reforço do bipartidarismo no país com o protagonismo do PAICV e do MpD. Face a bi partidarização, é provável que as elites se mantêm nos cargos, ou em certos casos, circulam de uma pasta ministerial para outra na composição dos governos, já que a presença do bipartidarismo se reforça cada vez mais. O que acontece é a seleção das “mesmas” pessoas para a composição dos governos. Ou seja, ambas as governações do PAICV e do MpD trabalham com uma equipe previamente construída. Em um ou outro caso pode haver seleção de novos ministros, mas na sua maioria mantêm os mesmos.

O que se constata em relação aos ministros nos governos que compreende o período de 1975 até 2015, é a permanência de pessoas nos mandatos em função do partido político que se encontra na situação. Ou seja, ao analisar os ministros que fazem parte dos governos do PAICV (de 1975 a 1990 e de 2001 a 2015) denotamos que os nomes se repetem nos mandatos diferentes. E, o mesmo se verifica ao analisar os governos do MpD (de 1991 a 2001 e de 2016). As mesmas pessoas são selecionadas durante os mandatos dependendo do partido que está no poder. Deste modo, a renovação é quase inexistente entre os mandatos.

Assim, como foi realçado anteriormente, o fenómeno de circulação ligado ao processo de recrutamento é averiguado em termos dos movimentos feitos pelas elites ao assumir pastas ministeriais diferenciadas. Este fenómeno põe em causa o acesso de outras pessoas e, conseqüentemente, o funcionamento das instituições democráticas (SEMEDO: 2015). Ao analisar a trajetória acadêmica, profissional e política dos ministros verificamos que os primeiros a ocuparem tais cargos permanecem até hoje na arena política nacional. Uma diversificação de juristas com formação acadêmica no exterior que construíram trajetórias diferentes, mas em contextos similares.

## 5.6. Conclusão 5:

A trajetória profissional dos ministros em estudo suscitou duas observações importantes: (1) de um lado, um percurso que se inicia fora do governo e, (2) aqueles cuja a carreira teve início com a ocupação de cargos no governo. De maneira geral, podemos dizer que em Cabo Verde, os ministros apresentam uma carreira multifacetada em termos profissionais. Pois, tiveram atuações em vários cargos e em alguns casos em simultâneo: em empresas públicas e privadas, nas universidades, direções de partidos políticos, associações profissionais e sindicatos, cargos políticos de nomeação e eletivos, Organizações Não Governamentais e entre outras entidades. Do mesmo modo, denotamos que a seleção de pessoas para ocuparem cargos nos ministérios é marcada por vários fatores, de entre eles as de natureza política marcada pela ocupação de cargos burocráticos do partido.

Em suma, a história da presença feminina nos centros de decisão em Cabo Verde revela um fenómeno condicionado por comportamentos machistas, que na maioria dos casos são dos parceiros que se sentem a legitimidade de deter o poder de decisão perante a sua esposa. A inserção pública da mulher foi um processo lento que veio a ser construída ao longo do tempo no sentido de atenuar e evitar situações que põe em causa a vida pessoal e profissional. Presentemente está configurado um polo mais diversificado em termos de áreas de estudo e as próprias condições de acesso ao ensino superior. Porém, o acesso ao mercado de trabalho apresenta-se como um campo muito mais complicado e disputado entre os possidentes do capital escolar.

Grosso modo, da questão do recrutamento pode-se aferir neste capítulo duas questões centrais que sempre manterem presentes nas trajetórias dos ministros e que funcionam de maneira interligadas: o parentesco e a política. Por um lado, estão as estratégias das famílias para garantir a sua posição política e econômica. Por outro lado, estão as estratégias dos ministros em aproveitar das bases familiares, das circunstâncias políticas e do seu *background* pessoal e se estabelecer na condição de elite e garantir o seu status social perante os outros políticos.

De forma resumida, o quadro 24 realça as principais características aferidas em relação ao perfil e percurso dos ministros em Cabo Verde entre 1991 a 2015.

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

Tabela 24: Elementos que caracterizam o perfil dos ministros em Cabo Verde entre 1991 e 2015

<b>Nomeação</b>	- Determinada pelo fator político, cultural e escolar.  - Fechada
<b>Circulação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Interna institucional (entre os ministérios e mandatos).</li><li>• Regional (centro-periferia).</li><li>• Diferentes campos (executivo, legislativo e judiciário)</li></ul>
<b>Origem</b>	Herança geracional Geração de famílias políticas
<b>Trajetória comum</b>	Formação superior no exterior Mobilidade ascendente
<b>Elite política</b>	Qualificada  Homogênea

**Fonte:** Elaboração própria

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando à pergunta de partida do trabalho: em que medida a formação acadêmica influenciou e/ou influencia na seleção de ministros para a composição dos governos no período democrático (1991-2015) em Cabo Verde? Este trabalho defende a tese de que a formação acadêmica influencia diretamente no processo de recrutamento dos ministros em Cabo Verde na medida em que garante a qualidade e a sustentabilidade do exercício profissional. Porém, dependendo da área governamental, a sua influência se apresenta em maior ou menor grau, ou seja, nas áreas técnicas como é o caso do campo jurídico, a formação jurídica influencia fortemente na seleção dos ministros, como uma “obrigatoriedade” na medida em que a natureza do cargo exige um conhecimento e domínio aprofundado da matéria do direito. Em contrapartida, nas outras áreas governamentais a formação acadêmica não constitui um fator primordial visto que são considerados outros fatores. Concluímos que embora seja necessária teoricamente, não há uma obrigatoriedade de diploma universitário para o exercício desta profissão, ou seja, na prática, o acesso ao cargo de ministro é movida por outros fatores básicos.

Atendendo ao objetivo específico de identificar quais os critérios de nomeação para o cargo de ministros entre 1991 a 2015, conclui-se que os critérios são variados e utilizados de maneira diferente para cada área governamental. Não existem critérios formalizados e previamente estabelecidos, portanto, isso depende daquilo que o chefe de governo considerar os requisitos válido no momento da seleção dos seus ministros. Resumidamente podemos enfatizar o capital político-partidário, a competência técnica e a formação acadêmica como elementos centrais de recrutamento. Conclui-se que ao obedecer a esses critérios explica as diferentes formas de acesso aos cargos diretivos como posições que condicionaram a construção das suas carreiras políticas.

Trabalhar com uma dimensão binária de classificação é bastante delicado: por um lado, no sentido macro, a influência da formação acadêmica no geral, e, por outro lado, num sentido mais delimitado em procurar compreender a influência da formação jurídica, enquanto uma área específica.

A nível da formação acadêmica: podemos enfatizar o uso da titulação como mecanismo de acesso a posições políticas de modo que para um cargo público possui

um domínio abrangente. Ficou nítido durante a realização da pesquisa que tendo uma boa formação acadêmica, pode consolidá-la com a profissão ao longo da vida. Por um lado, a formação e a capacitação técnica, ao longo do percurso, é usado pelos ministros como base do desempenho profissional. Por outro lado, é utilizada como uma importante estratégia de reprodução e, ao mesmo tempo, uma base de manutenção da condição de elite.

No que se refere à área jurídica do governo, o curso de direito determina os procedimentos formais na ocupação de cargos de ministros. Ou seja, a formação jurídica constitui um dos elementos básicos presentes na política das instituições determinadas no processo de recrutamento para áreas que obedecem a presença de conhecimentos jurídicos no desempenho das funções. Neste sentido, é entendida sob a dupla funcionalidade: (1) no sentido de dar acesso à posições de destaque e, (2) no sentido de permitir um maior desempenho profissional.

### **A nível da formação acadêmica e internacionalização**

A literatura tem justificado o contexto do país após independência para enquadrar as prioridades do governo em apostar em diversas áreas de estudo dado à precariedade de mão-de-obra qualificada para a reconstrução nacional. Porém, verificamos que os ministros que na sua maioria estudaram através das bolsas de estudo financiada pela *Fundação Caloust Gulbenquian*, os cursos bem como os países de destino eram disponibilizados pela fundação. No entanto, havia uma limitação em termos de escolha dos cursos e dos países no qual poderiam estudar. Neste sentido, nos levou a concluir que apesar da possibilidade de escolhas, existia limitações, no sentido que era em função daquilo que lhes eram oferecidos e, portanto, o governo adaptava-o de acordo com as necessidades conjunturais daquele período.

Concluimos neste estudo que em Cabo Verde existe um grupo de pessoas que partindo do acesso ao ensino superior (no exterior) e a repercussão no país, promoveu a mobilidade social não apenas no seio do grupo familiar, mas a nível das gerações sociais emergentes. Estas pessoas, disfrutaram dos títulos escolares, da experiência a

nível internacional no campo escolar e em algumas circunstâncias das relações familiares para a reconversão social e política, e, com isso, a garantia e a manutenção de uma posição social de maior destaque.

Os espaços no governo possibilitaram o uso da formação acadêmica e um maior engajamento profissional e, conseqüentemente, a prática dos conhecimentos academicamente adquiridos no desempenho dos cargos diretivos. O exercício das funções de ministros em Cabo Verde, sobretudo nos finais da década de 80 e início da década de 90, insere-se num amplo processo de diversificação e transformação dos seus capitais escolares em posições profissionais, capitais estes adquiridos num ambiente internacional.

A Internacionalização das elites, sobretudo no âmbito acadêmico, tornou-se um fenómeno comum e naturalizado entre as gerações de elites cabo-verdianas. A nível governamental, o protagonismo dos ministros na dinâmica dos governos está inerente aos trajetos orientados por questões tanto de ordem interna nacional quanto das outras ligações estabelecidas fora do país.

O estudo no exterior apresenta um espaço diversificado de estabelecimento das redes de relações entre os ministros. Deste modo, as conexões são mais alargadas e diversificadas. O estudo permitiu perceber e distinguir os ministros cuja trajetória foi condicionada pela sua estrutura familiar e as relações estabelecidas tanto no ambiente universitário como nos ministérios, e que ainda mantém.

### **No que diz respeito às trajetórias**

Em termos de percurso de vida, o estudo possibilitou identificar dirigentes cujo os percursos são similares e outros que se diferem em um ou outro aspeto. Verifica a presença de dirigentes nacionais que são recentes no campo da política, mas, que são chefes das empresas, nomeadamente aqueles que vieram do interior de Santiago, consideradas periféricas e, com um percurso praticamente idêntico. Trata-se na maioria dos casos, de ministros cujo o percurso pessoal e profissional se encontra enraizado nas bases familiares e políticas, de ministros que apostaram na reconversão dos capitais culturais como títulos escolares. No entanto, podemos sustentar que as trajetórias dos ministros podem ser analisadas de maneira particular a nível do grupo familiar a que

pertence, mesmo que a nível do contexto do país, possuem um percurso semelhante, mobilizadas pela mesma conjuntura, com as mesmas finalidades e propósitos.

Em termos de trajetória acadêmica é importante sublinhar no percurso desses ministros, a peculiaridade da bolsa da *Fundação Caloust Gulbenquian* como principal via de saída dos nacionais em função do curso superior no exterior. Neste âmbito foram constatadas algumas particularidades que merecem ser reforçadas: primeiro, trata-se de casos dos ministros, em menor intensidade, sustentaram que não foram contemplados com esta bolsa por motivos partidários. Isto nos remete para uma altura em que havia cisão no seio do partido único de pessoas com ideologias diferentes – cisão esta que veio a contribuir para o surgimento do MpD e a sua vitória eleitoral em 1991.

De modo geral, esta tese traz duas contribuições no campo do recrutamento dos ministros em Cabo Verde que permitem confirmar a hipótese de que é possível haver recrutamento por outras vias sobretudo através de relações familiares, das relações pessoais e redes de contatos estabelecidos durante as suas trajetórias escolar e profissional. Embora os fatores de recrutamento obedecem a uma natureza variada em termos de critérios utilizados, podemos caracterizar os governos como sendo predominantemente qualificadas, ou seja, todos os ministros possuem uma titulação acadêmica (o mais baixo nível é de licenciatura) com influencia tanto nos seus processos de nomeação quanto no desempenho das atividades profissionais e na própria vida diária. A formação acadêmica é vista neste estudo como instrumento de legitimação e mobilidade social.

Que uso se faz do Direito em Cabo Verde pelos ministros? Esta é uma das questões complexas que este estudo procurou desvendar. O que podemos enfatizar aqui são as percepções entre aquilo que transparecem na prática e aquilo que os próprios ministros consideram ser. Em primeiro lugar, enfatizar que no campo do governo, obedecendo a barganhas e lógicas políticas, o direito é utilizado nas áreas consideradas de natureza jurídica. Ao nosso ver o governo se apresenta como um campo de circulação e de preparo técnico de uma equipe multidisciplinar e de juristas politizados. Além disso, um campo movimentado por meio de ministros que possuem uma base histórica, com participação em movimentos sociais, nas ONGs e que participam dos assuntos políticos do país, mas também que é movimentado por relações familiares, amigos e redes. Conseguimos observar poucas situações em que os pais são ministros e

o filho também é ministro, mas, em contrapartida, existem muitos casos de irmãos, parentes e amigos circulando nos mesmos espaços ou em lugares próximas, de natureza política.

Em síntese, a elite ministerial cabo-verdiana se caracteriza como elite política homogênea e descendentes de funcionários públicos com uma dinâmica de fechamento a partir da década de 1991. Percebe-se uma sociabilidade e reprodução das relações familiares presentes no interior da elite.

### **Questões de desenvolvimento futuras**

“Redes” - são questões pouco exploradas no trabalho que poderão servir de pesquisas futuras. Entender e aprofundar a análise das relações de entrada e saída desses ministros não a partir de um ponto de vista acadêmico, mas das relações de parentesco, de amizade e sobretudo das redes que se estabelecem entre si. Na prática, observamos vários casos que não foram relatados no trabalho devido ao objetivo proposto e também pela própria escolha metodológica. São questões cuja natureza de análise é sensível que exigem um acompanhamento de perto e estabelecer alguns contatos com essas pessoas no sentido de compreender as dinâmicas de recrutamento e circulação.

A universidade como “campo de refúgio” – onde os ministros se repousam quando não estão no governo. A circulação das elites no ambiente das universidades como docente universitário é vista num contexto em que determinado partido político perde as eleições e é feita a remodelação governamental. Neste sentido, a posição dos ministros orbita em dois ângulos: 1) nas funções de deputado na Assembleia Nacional e nas Universidades como docente que ao nosso ver, são as formas mais usadas para o garante financeiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Sérgio França Adorno. **Os Aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ANDRADE, Elisa. **Alguns Definições do Conceito de Família**. In Seminário de Formação em Educação em Matéria de População e para a Vida Familiar, Praia, 25 – 26 de setembro de 1993.
- AFONSO, A.J. **Um olhar sociológico em torno da accountability em educação**. In AFONSO, A.J. e ESTEBAN, M.T. (orgs). *Olhares e Interfaces. Reflexões críticas sobre a avaliação* (pp. 147-179). São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- ALMEIDA, Agassis. **A República das Elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo**. Rio de Janeiro. 546p, 2004.
- ALMEIDA, Frederico N. R. de. **Por uma sociologia política das elites jurídicas brasileiras**. Elementos teóricos para o estudo do campo político da justiça e seus dirigentes. (mimeo).
- ALMEIDA, Frederico N. R. de. **A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2010. 329 p.
- ALMEIDA, Frederico N. R. de. **As elites da Justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira**. In. REIS, Eliana Tavares dos & GRILL, Igor Gastal (Organizadores). *Estudos sobre elites políticas e culturais. Reflexões e aplicações não canônicas*. São Luís: EDUFMA, p.205-236. 2016.
- ALBUQUERQUE, Luís de. **O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde em VV: A.: História Geral de Cabo Verde** (coord. por Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos). Lisboa, Instituto de Investigação Nacional, 1991, vol. I, pp. 39
- AMORIM Neto, O. **Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão versus cooptação**. *Nova Economia*, 4(1), 9–34. 1994.
- AMORIM Neto, O. **Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil**. *Dados*, 43(3), 479–519. <http://doi.org/10.1590/S0011-525820000003000032000>.
- ANDRADE, Elisa. **As ilhas de Cabo Verde: da «descoberta» à independência nacional** (1460-1975). Paris: L'Harmattan, 1996.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**. Porto Alegre e Praia: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Patrimônio Culturais, 2002.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Elites intelectuais e conformação da identidade nacional em Cabo Verde**. *Estudos Afro Asiáticos*, Ano 25, 3, p. 579-596, 2003.

- ANJOS, José Carlos Gomes dos. **A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: Intelectuais e diferentes versões da identidade nacional**, Etnografia, v. III (2), p. 273-295, 2004.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. **As tramas da política extrapartidária em Cabo Verde**, ensaios sociológicos. 2010.
- AKESSON, L. **Making a life: meanings of migration in Cape Verde**. (Tese doutorado - Departamento de Antropologia Social), Göteborg University, Göteborg, Suécia, 2004.
- AUJÉ, Axel Eric. **Le Recrutement des élites politiques en Afrique Subsaharienne: une sociologie du pouvoir au Gabon**. Paris: L'Harmattan, 2005.
- BADIE, Bertrand. **L'État importé: L'occidentalisation de l'ordre politique**. Paris: Fayard, 1992.
- BADIE, B. e HERMERT, G. **Política Comparada**. Segunda Parte: III. Las Dinámicas Huerfanas, pp. 180-212. Fondo de Cultura económica México, 1993.
- BAKARY, T. D. **Les Elites Africaines au Pouvoir** (problématique, méthodologie, état des travaux. Bibliographie du Centre d'Etude d'Afrique Noir, No.2/3, 1990.
- BARROS, Crisanto A. S. **Génes e formação das elites político-administrativa cabo-verdiana**. Praia, Cabo Verde. Tese de Doutorado. Universidade de Cabo Verde e Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, 2012.
- BARROS, Crisanto A. S. **Interpretação entre administração e política com o advento do Estado Nacional cabo-verdiano**. In: REIS, Bruno. Radiografia Crioula – Um diagnóstico político e social de Cabo Verde. 1ª edição. Universidade Autónoma de Lisboa e Sílabas & Desafios, p.83-101. 2016.
- BATALHA, Luís. **A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermédio**. In: CARVALHO, Clara; PINA, Cabral João de. A persistência da história: passado e contemporaneidade em África. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 191- 225, 2004.
- BATISTA, M. **O poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010)**. *Opinião Pública*, 19(2), 449–473, 2013. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762013000200009>.
- BERLINSKI, S., DEWAN, T., & DOWDING, K. **The Length of Ministerial Tenure in the United Kingdom, 1945 – 97**. *British Journal of Political Science* 37 (2), 245 – 262, 2007 <http://doi.org/10.1017/S0007123407000129>.
- BIRNBAUM, Pierre. **Les sommets d'État: essai sur l'élite du pouvoir en France**. Paris: Seuil, 1994.
- BOLTANSKI, Luc. **Les Cadres: la formation d'un groupe social**. Paris: Editions de Minuit, 1982.

BOLTANSKI, Luc. **L'Espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe.** Revue de sociologie française, Année, vol 14, N°1, 1973.

BOURDIEU, Pierre et SAINT-MARTIN, Monique. **Anatomie du gout. Actes de la recherche en sciences sociales.** vol. 2, n. 5, pp. 2-81, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **Esprits d'Etat: Genèse et Structure du Champ Bureaucratique.** Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Année, volume 96, Numéro 1, 1993, pp. 49 – 62.

BOURDIEU, Pierre. **Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático.** In Razões Práticas. Campinas/SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Grandes écoles et esprit de corps.** Paris: Les Editions de Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps.** Paris: Les Éditions de Minuit. 1989.

BOURDIEU, Pierre. **La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison.** Sociologie et société, v. 7, n. 1, p. 91-118, 1975.

BOURDIEU, Pierre ; BOLTANSKI, Luc. **La production de la idéologie dominant. Actes de la Recherche en Sciences Sociales.** v. 2, n. 2, 1976, p. 3-73 BOURDIEU, Pierre ; BOLTANSKI, Luc ; SAINT-MARTIN, Monique. Les stratégies de reconversion: les classes sociales et le système d'enseignement. Social ScienceInformation, 12 (5), p. 61-113, 1973.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, L. **Le titre et le poste: rapports entre le système de production et le système de reproduction.** Actes de la Recherche em Sciences Sociales, Paris, n. 2, p. 95-107, mar. 1975.

BRANDÃO, Fernanda Holanda de Vasconcelos. **A história do Direito como disciplina fundamental.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 73, 2010. Disponível em: <[http://www.ambitoJuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7231](http://www.ambitoJuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7231)>. Acessado em março de 2016.

BRANDÃO, Z.; Lellis, I. **Elites acadêmicas e escolarização dos filhos.** Educação e Sociedade, 24(83). Pp. 509-526, 2003.

BROTTO, Ivete Janice de Oliveira. **Alfabetização: um tema, muitos sentidos –** Curitiba, 238 f, 2008.

CABRAL, Iva. **Política e sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena.** In: História Geral de Cabo Verde (HGCV), v. III. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002, p. 235 326.

CABRAL, Iva. **O processo de formação da sociedade cabo-verdiana (fnais do séc.XV a finais do séc. XVIII)**. In. REIS, Bruno. Radiografia Crioula – Um diagnóstico político e social de Cabo Verde. 1ª edição. Universidade Autónoma de Lisboa e Sílabas & Desafios, p.29-46. 2016.

CAMERLO, M. **Gabinetes de partido único y democracias presidenciales**. Indagaciones a partir del caso argentino. América Latina Hoy (64), 119 – 142, 2013.

CANEDO, Letícia et al (orgs). **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. Parte I: Espaços de poderes Nacionais, Espaços de poderes Internacionais. Estratégias cosmopolitas e Reprodução das Hierarquias Sociais - Ives Dezalay e Maikael Rask Madsen. São Paulo, 2013.

CÂNDIDO, A. **The brasilian family**. In Smith, T. L. e Marchant, A. (Eds). Brasil, portrait of a continent. N. Y. : The Dryden Press, 1951.

CARDOSO, Humberto. **O Partido Único, Um assalto á esperança**, 1ª edição, 2003.

CARDOSO, Humberto (2016). **O Partido Único em Cabo Verde – Um Assalto à Esperança**. 1ª edição. 1993. 2ª edição.

CARLEIAL, L.M.E. **Observações sobre a concepção de integração do mercado de trabalho no Brasil**. Fortaleza, Caen-UFC, 1989.

CARREIRA, António, Cabo Verde - **Classes Sociais - Estruturas Familiares Migrações**. Editor José Fortunato, Distribuição Ulmeiro, Lisboa, 1977.

CARREIRA, António. Cabo Verde: **Formação e extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)**. 2ª.ed., Lisboa, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983.

CARREIRA, ANTÓNIO, **Alguns aspectos da administração Publica em Cabo Verde no século XVIII, in Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, Ano XXVII, Nº 105, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972, pp. 121-203.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de sombras: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Clara; PINA, Cabral João de. **A persistência da história: passado e contemporaneidade em África**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 191-225

CHARLE. Christophe. **Introduction, Premiere Partie – L'impossible modele allemand**. In: La republique des Universitaires, 1870-1940. Paris: Seuil. Pp, 9-131, 1994.

CHARLE, Christophe. et VERGER, Jacques. **História das Universidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

CHARLE, C. **História das elites e método prosopográfico**. In: HEINZ, F. M. (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas. 2006.

COUTINHO, Elisabeth & ANJOS, José C. G. **Elites, estabelecimento de relações de interconhecimento e consagração social através de títulos escolares: o mestrado em Gestão Global.** In: As tramas da política extra-partidária em Cabo Verde. Praia: edições Uni-CV, pp. 23-53, 2010.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. **Da luta de libertação nacional ao governo da República de Cabo Verde: as trajetórias dos membros de governo de 1975 a 1991.** 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. CESNOVA – Universidade Nova de Lisboa, 2010.

CORADINI, Odaci Luiz . **Formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação.** Estudos Históricos, n. 35, Rio de Janeiro, 2005.

CORADINI, Odaci Luiz. **Os professores universitários como categoria social.** Colóquio Saber e Poder, Fócus, UNICAMP, out/2008a. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/focus/Atividades/Eventos/Coloquio2008.htm>

CORADINI, Odaci Luiz. **Estruturas de Dominação, Integração Social e muito mais: os Confrontos entre as Noções de Capital Social de Bourdieu e de Coleman.** BIB, São Paulo, nº 69, 2010.

CORADINI, Odaci Luiz. **As elites como objeto de estudo, novamente.** In. REIS, Eliana Tavares dos & GRILL, Igor Gastal (Organizadores). Estudos sobre elites políticas e culturais. Reflexões e aplicações não canônicas. São Luíz: EDUFMA, p. 97-140. 2016.

CORREIA E SILVA, António. **Dinâmicas de decomposição e recomposição de espaços e sociedades.** In: História Geral de Cabo Verde (HGCV), v. III. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002, p. 1-66.

COSTA, D. H. **O Semi-presidencialismo em Cabo Verde (1991-2000).** Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, D. H. **Sistema eleitoral e sistema partidário cabo-verdiano (1991-2001).** Direito e cidadania, V, 16/17, 253-261, 2003.

COUTINHO, Elisabeth e ANJOS, José Carlos. **Elites, estabelecimento de relações de interconhecimento e consagração social através de títulos escolares: o Mestrado em Gestão global.** In: As Tramas da Política Extra-partidária em Cabo Verde. Praia: Edições Uni-CV, pp.23-53, 2010.

D'ARAÚJO, M.C. **Os ministros da Nova República.** Notas para entender a democratização do Poder Executivo. In *II Congresso Consad de Gestão Pública.* Brasília - DF. 2009.

DALOZ, Jean-Pascal. (dir). **Le (non-) renouvellement des élites en Afrique Subsaharienne.** Paris: UMR, 1999.

DEZALAY, Y. & GARTH, B. **A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado.** 1960-2000. In: RBCS, vol 15, n. 43, junho, 2000.

DEZALAY, Y. & GART, B. (2008). **Las paradojas de un imperialismo de virtú cívica: de la internacionalización de los derechos humanos a la rofessionalización del ativismo jurídico.** In: SANTAMARIA, A. & VECCHIOLI, V. (org) Derechos humanos em América latina: Centro de Estudios Políticos e Internacionales – CEPI/Ed. Um del Rosário: Bogotá, 2008.

DOWDING, K., & DUMONT, P. **Structural and strategic factors affecting the hiring and firing of ministers.** In K. Dowding & P. Dumont (Eds.), *The Selection of Ministers in Europe. Hiring and Firing* (pp. 1 – 20). New York/London: Routledge, 2009.

ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2004. 414p.

ENGELMANN, Fabiano. **Globalização e poder de estado: circulação internacional de elites e hierarquias do campo jurídico brasileiro.** In: Dados, v. 55, n. 2 p. 487-516, 2012.

ENGELMANN, Fabiano. **Elites judiciárias.** In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; FILGUEIRAS, F.; GUIMARÃES, J.; STARLING, H. *Dimensões políticas da justiça.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. P. 479-485.

ENGELMANN, Fabiano; PENNA, Luciana. **Política na Forma da Lei: o espaço dos constitucionalistas no Brasil democrático.** In. REIS, Eliana Tavares dos & GRILL, Igor Gastal (Organizadores). *Estudos sobre elites políticas e culturais. Reflexões e aplicações não canônicas.* São Luíz: EDUFMA, P.205-236. 2016.

ENGELMANN, F. **Julgar a política, condenar a democracia? Justiça e crise no Brasil.** In: *Conjuntura Austral.* Porto Alegre, V.7, n.37 | p.09-16 | ago./set. 2016.

ENGELMANN, Fabiano (Org). **Para uma sociologia política das instituições judiciais.** In: ENGELMANN, Fabiano (Org). *Sociologia política das instituições judiciais.* Porto 222 Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. P. 17-38.

ÉVORA, Roselma. **Um país de mulheres governado por homens: democracia e processo decisório em Cabo Verde.** In, *as mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas,* Praia, Uni-CV, 2011.

FERNANDES, Gabriel. **A diluição da África: uma interpretação da saga identitária caboverdiana no panorama político (pós)colonial.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

FERREIRA, José Medeiros. **Ensaio Histórico sobre a Revolução de 25 de Abril,** Lisboa, IN-CM, 1983.

- FERREIRA, José Medeiros. **O 25 de Abril no contexto internacional**, 2004.
- FERREIRA, Waldemar. **A congregação da Faculdade de Direito de São Paulo na centúria 1827-1927**. São Paulo: Typ. Siqueira, 1928
- FURTADO, Cláudio. **Democracia em África: Possibilidades e limites**. In: África. Revista do centro de estudos africanos, Usp, S. Paulo, 20-21: 199-217, 1997/1998.
- FURTADO, Cláudio. **Génese e Reprodução da Classe Dirigente em Cabo Verde**. Praia ICL, 1997.
- FURTADO, Cláudio. **As elites cabo-verdianas, a síndrome da “metrópole” e a busca da legitimação exógena do conhecimento**. In. REIS, Bruno. Radiografia Crioula – Um diagnóstico político e social de Cabo Verde. 1ª edição. Universidade Autónoma de Lisboa e Sílabas & Desafios, p.105-129. 2016.
- FLORENT, Karer. **Grandes Écoles: le système de production de l’élite française à l’heure du néo-libéralisme**. Mémoire de séminaire, à l’Institut d’Études Politiques de Lyon. Année universitaire 2009-2010. Séminaire: Science, pouvoir et société. 84p. 2009/2010.
- FRIEDMAN, Lawrence & PERDOMO, Rogelio, FIX-FIERRO, Hector (orgs.) **Culturas jurídicas latinas de Europa y América en tiempos de globalización**. México: Unam, 2003.
- GENÉ, Mariana, PERISSINOTTO, Renato & CODATO, Adriano. **Recrutamento ministerial em regimes presidenciais: Brasil e Argentina pós-redemocratização**. 9º Congresso latinoamericano de Ciência Política, 2017.
- GEORGE, H. Karekwaivanane, Traduction Vincent Rouget, **Les juristes entre ‘Africanisation’ et transition politique: transformations du champ juridique dans le Zimbabwe postcolonial, 1980-1995**. Politique africaine 2015/2 (nº 138), p. 49-70.
- GRAÇA, Pedro Borges. **A construção da Nação em África**. Coimbra, 2005.
- GRILL, Igor Gastal. **Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão**. In: Sociologia e Política. Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008, p. 65-87.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Tese de doutorado apresentada ao PPGH/UFF. Rio de Janeiro, 2005.
- GOMES, Crispina. **Mulher e Poder - o caso de Cabo Verde**. IBNL, Praia. 2011
- GUEDES, Nuno. **Quem lidera os governos europeus? A carreira dos primeiros-ministros (1946-2006)**. Revista Análise Social, Vol. XLIV (191), pp. 265-288, 2009.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **Os Filhos da Terra do Sol**. São Paulo: Editora Summus, 2002.

História Geral de Cabo Verde, 2.ed., v. I. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001a, p. 237-345. \_\_\_\_\_ . “Rotas comerciais,

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

INÁCIO, M. **Escogiendo ministros y formando políticos: los partidos en gabinetes multipartidistas**. América Latina Hoy, (64), pp.41–66. 2013.

KOERNER, Andrei & MACIEL, Débora A. **Sentidos da judicialização da política: duas análises**. Lua Nova nº 57. São Paulo, 2002.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. 2001.

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde, os bastidores da Independência**. Praia-Mindelo: Centro Cultural Português. 1996.

LOVE, Joseph. **Um segmento da elite política brasileira em perspectiva comparativa**. In. A revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. **Elites regionais**. In: HEINZ, Flávio (org). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MADEIRA, João Paulo. **A construção do Estado-Nação em Cabo Verde**. In. REIS, Bruno. Radiografia Crioula – Um diagnóstico político e social de Cabo Verde. 1ª edição. Universidade Autónoma de Lisboa e Sílabas & Desafios, p.49-75. 2016.

Madsen, MR & Dezalay. **Espacos de poderes nacionais, espacos de poderes internacionais: Estrategias cosmopolitas e reproducao das hierarquias sociais**. in L Canêdo, K Tomizaki & A Garcia Jr. (eds), *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. Hucitec Editora Fapesp, Sao Paolo, pp. 23-52, YMP 2013.

MICELI, Sergio. **La division du travail entre les sexes et division du travail de domination: un étude clinique des anatoliens au Brésil**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, v. 1, n.5-6, p. 162-182, 1975.

MICELI, Sergio. **Os intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1940)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

MILLS, Charles Wright. **L'élite du pouvoir**. Paris: Maspero, 1969.

MONTEIRO, Eurídice. **Mulheres, Democracia e Desafios Pós-Coloniais – Uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde**. V.1. Praia, 2009.

MOSCA, Gaetano. **“A classe Política”**; ed. Tenacitas; Coimbra, 2004.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Engajamento político, competência técnica e elites dirigentes do movimento ambientalista**. Revi. Socil. Polít. [online]. 2008, vol.16, n.30, pp.167-186. ISSN 0104-4478. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000100011>.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PETRARCA, R. F. & OLIVEIRA, Wilson J. F. **Os estudos de elites no Brasil: em ensaio crítico sobre a produção recente**. REIS, Eliana Tavares dos & GRILL, Igor Gastal (Organizadores). Estudos sobre elites políticas e culturais. Reflexões e aplicações não canônicas. São Luíz: EDUFMA, p. 141-166. 2016.

PEREIRA, Aristides. **O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países (versão documentada)**. Lisboa: Editora Notícias. 2003.

PEREIRA, A.M. **Subsídios para a História da Educação em Cabo Verde: organização e funcionamento do sector dos primórdios à primeira república portuguesa**. Praia, Instituto do Arquivo Histórico Nacional, 2010, .379 p.

PINTO, A. C., & ALMEIDA, P. T. **Portugal: the Primacy of “Independents.” In K. Dowding & P. Dumont (Eds.). The selection of ministers in Europe: hiring and firing** (pp. 147 – 158). London and New York: Routledge. 2009.

PRESISSINOTTO, Renato. **As elites políticas**. Questões de Teoria e Método. Curitiba. IBPEX, 2009.

PUTNAM, R. D. **The Comparative Study of Political Elites**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall. 1976

RAMOS, Maria da Luz. **A política de formação de quadros e o capital cultural dos altos funcionários públicos cabo-verdianos**. 2010.

REIS, Bruno. **Radiografia Crioula – Um diagnóstico político e social de Cabo Verde**. 1ª edição. Universidade Autónoma de Lisboa e Sílabas & Desafios, 2016.

REIS, Eliana Tavares dos & GRILL, Igor Gastal (Organizadores). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. Reflexões e aplicações não canônicas. São Luíz: EDUFMA, 2016.

SADEK, M.T.A. 1999. **O Sistema de Justiça**. In, ed. O Sistema de Justiça. São Paulo: IDESP/Sumaré.

SADEK, M.T.A; Dantas, H. **Os bacharéis em direito na reforma do Judiciário: técnicos ou curiosos?** São Paulo em Perspectiva, 14(2), pp. 101-111. 2001.

SANTOS, Luis, I. V. G. **A Arquitetura de Paz e Segurança Africana**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 204p, 2011.

SANCHES, Idalina. **O processo de institucionalização do sistema de partidos caboverdiano**. Revista de Estudos Cabo-verdianos, nº4, 2010.

SEIDL, Ernesto. **Elites e instituições: pistas para investigação**. REIS, Eliana Tavares dos & GRILL, Igor Gastal (Organizadores). Estudos sobre elites políticas e culturais. Reflexões e aplicações não canônicas. São Luíz: EDUFMA, p. 97-126. 2016.

SEMEDO, Brito, M. **A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975**. Praia, Cabo Verde: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2006.

SEMEDO, José António Vaz. **As elites políticas locais cabo-verdianas: recrutamento, reprodução e identidade – estudo de caso dos municípios da praia, de Santa Catarina e de Santo Antão: 1991-2008**. Tese doutorado, Universidade de Cabo Verde e Université Catholique de Louvain-la-neuve, 2012.

SEMEDO, M. F. M. **Circulação das elites nas Organizações Não-Governamentais em Cabo Verde: O caso da OMCV e da MORABI**. UFRGS, 2015.

SILVA, António Correia e. **Dilemas de poder na história de Cabo Verde**. Praia, 2013.

SIMÕES, Teotônio. **Os bacharéis na política, a política dos bacharéis**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais/USP, [1983] 2006.

SILVA, Carmelita, FORTES, Celeste (orgs.). **As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas**. Praia: Edições Uni-CV, 2011. (Coleção Sociedade, v.4).

SILVA, Mário Ramos Pereira. **O ensino do Direito em Cabo Verde. Nota breve**. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Retirado em: <http://bdigital.cv.uniapiaget.org> acessado em 12/12/2015. 2006.

SILVA, Mário Ramos Pereira. **As Constituições de Cabo Verde e Textos Históricos de Direito Constitucional cabo-verdiano**. Praia, 2ª edição. 2010.

SULEIMAN, Ézra et Miendras, Henri. **Le recrutement des élites en Europe**. Paris: La Découvert, 1995

TRINDADE, Hélgio. **Ciências Sociais no Brasil: diálogos com mestres e discípulos**. Brasília: Anpocs; Liber Livro Editora. 366p, 2012.

WEBER, Max. **Ciência e Política Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 2000.

VARELA, B. **Concepções, Práxis e Tendências de Desenvolvimento Curricular no Ensino Superior Público em Cabo Verde - Um estudo de caso sobre a Universidade de Cabo Verde**. Braga: Universidade do Minho, 2011.

VARELA, Bartolomeu. **Manual do Direito Educativo. Uma abordagem introdutória, com aproximação à realidade jurídico-institucional de Cabo Verde**. 3ª edição, revista e atualizada. Praia. Universidade de Cabo Verde, 2013.

VARELA, O. **Mestiçagem Jurídica? O Estado e a Participação Local na Justiça em Cabo Verde: uma análise pós-colonial**. Coimbra, Portugal. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra, 2011. 472 p.

VASSELAI, F. **Nomeações ministeriais e importância partidária na democracia de 1946-64: análises comparativas em relação à democracia atual.** *Perspectivas*, (35), 173–210. 2009.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil.** São Paulo, Perspectiva, 2004.

Revista espaço académico nº 115. Mensal. Ano X. ISSN 1519-6186. Dezembro de 2010.

Cabo verde no contexto do desenvolvimento sustentável. Relatório à Conferência Rio+20. Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável.

Gabriel Mariano in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$gabriel-mariano](https://www.infopedia.pt/$gabriel-mariano) . Consultada em 20/09/2018.

### **Documentos oficiais**

Constituição da República de Cabo Verde de 1980.

Constituição da República de Cabo Verde de 1992, 2ª revisão ordinária de 2010.

Decreto-Lei nº 20/2012, de 19 de julho – Estabelece o regime jurídico das instituições do Ensino Superior.

Decreto-Legislativo nº 2/2010, de 7 de maio – Revê a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Boletins Oficiais do Governo (de 1990-2015).

### **Sites acessadas:**

<http://bdigital.cv.unipiaget.org> Acessado em dezembro de 2015

<https://portondinosilhas.gov.cv/portonprd/porton.portoncv?p=AACEC7BDB7C4B2CD B7B0BBC4C4> acessado em 20 de julho de 2016

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2606> acessado em 20 de julho de 2016

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

<http://francois-lyc.spip.ac-rouen.fr/IMG/pdf/liste-ecoles.pdf> - acessado em dezembro de 2016

<http://formatacaoabnt.blogspot.com.br/2011/10/referencias.html> - acessado em dezembro de 2016

<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-04-02-Governar-no-feminino.-So-18-paises-sao-liderados-por-mulheres.-Sabe-quais-#gs.0Ro7oNU> - acessado em Novembro de 2018

<http://www.governo.cv/> - acessado em março de 2018

<http://www.scielo.br/> acessado em Fevereiro de 2019

[www.portaldoconhecimento.gov.cv](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv) acessado em Janeiro de 2019

ANEXOS

Anexo 1: Lista total dos ministros (sem repetição)

Numeração	Nome dos ministros	Sexo	Partido
1	Alexandre Dias Monteiro	M	
2	Alfredo Gonçalves Teixeira	M	
3	Amílcar Fernandes Spencer Lopes	M	
4	António Guarberto do Rosário	M	
5	António Joaquim Rocha Mendes Fernandes	M	
6	António Jorge Delgado	M	
7	António Leão de Aguiar Correia e Silva	M	
8	António Mendes Reis	M	
9	Armindo Cipriano Maurício – (Falecido)	M	
10	Arnaldo Andrade Ramos	M	
11	Avelino Bonifácio Fernandes Lopes	M	
12	Basílio Mosso Ramos	M	
13	Carlos Alberto Wahnnon de Carvalho Veiga	M	
14	Cristina Isabel Lopes da Silva Monteiro Duarte	F	
15	Dario Laval Resende Dantas dos Reis	M	
16	Démis Roque Silva de Sousa Lobo	M	
17	Edeltrudes Rodrigues Pires Neves	F	
18	Emanuel Antero Garcia	M	
19	Eurico Correia Monteiro	M	
20	Eva Verona Teixeira Ortet	F	
21	Fátima Maria Carvalho Fialho	F	
22	Felisberto Alves Vieira	M	
23	Fernanda Maria de Brito Leitão Marques Vera-Cruz Pinto	F	
24	Filomena de Fátima Ribeiro Vieira Martins	F	
25	Filomena Maria Frederico Delgado Silva	F	
26	Gustavo Aguinaldo Lima Araújo	M	
27	Humberto Santos Brito	M	
28	Ilídio Alexandre da Cruz	M	
29	Janira Isabel Fonseca Hopffer Almada	F	

Formação académica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

30	Januária Tavares Silva Moreira da Costa	F	
31	João Baptista Ferreira Medina	M	
32	João Higinio do Rosário Silva	M	
33	João Pereira Silva	M	
34	João Pinto Serra	M	
35	Jorge Alberto da Silva Borges	M	
36	Jorge Carlos Almeida Fonseca	M	
37	Jorge Homero Tolentino Araújo	M	
38	José António Mendes dos Reis	M	
39	José António Pinto Monteiro	M	
40	José Brito	M	
41	José Carlos Lopes Correia	M	
42	José Luís Jesus	M	
43	José Luís Livramento Monteiro Silva	M	
44	José Manuel Andrade	M	
45	José Maria Fernandes da Veiga	M	
46	José Maria Neves	M	
47	José Tomas Whanon de Carvalho Veiga	M	
48	José Ulisses Correia e Silva	M	
49	Júlio Lopes Correia	M	
50	Leão Lopes	M	
51	Leonesa Maria do Nascimento Lima	F	
52	Lívio Fernandes Lopes	M	
53	Luís de Sousa Nobre Leite	M	
54	Manuel Casimiro de Jesus Chantre	M	
55	Manuel da Paixão Santos Faustino	M	
56	Manuel Inocêncio Sousa	M	
57	Manuel Monteiro da Veiga	M	
58	Maria Cristina Lopes Almeida Fontes Lima	F	
59	Maria de Fátima Lima Veiga	F	
60	Maria de Jesus Veiga Miranda	F	
61	Maria Fernanda Tavares Fernandes	F	
62	Maria Helena Nobre Morais Querido Semedo	F	
63	Maria Madalena Brito Neves	F	
64	Mário Lúcio Matias de Sousa Mendes	M	
65	Mário Ramos Pereira Silva	M	
66	Marisa Helena do Nascimento Morais	F	
67	Ondina Maria Fonseca Rodrigues	F	

Formação académica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

	Ferreira		
68	Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira	F	
69	Orlando Pereira Dias	M	
70	Osvaldo Miguel Sequeira	M	
71	Pedro Monteiro Freire de Andrade	M	
72	Ramiro Andrade Alves Azevedo	M	
73	Rui Alberto Figueiredo Soares	M	
74	Rui Mendes Semedo	M	
75	Sara Maria Duarte Lopes	F	
76	Sidónio Fontes Lima Monteiro	M	
77	Simão Gomes Monteiro	M	
78	Teófilo Figueiredo Almeida e Silva	M	
79	Úlpio Napoleão Fernandes	M	
80	Vera Valentina de Melo Duarte Lobo de Pina	F	
81	Victor Manuel Barbosa Borges	M	
<b>Total - 80</b>			

**Anexo 2: Lista dos ministros entrevistados**

<b>Nome dos ministros</b>
António Leão de Aguiar Correia e Silva
Démis Roque Silva de Sousa Lobo
Eva Verona Teixeira Ortet
Felisberto Alves Vieira
Fernanda Maria de Brito Leitão Marques Vera-Cruz Pinto
Filomena Maria Frederico Delgado Silva
Humberto Santos Brito
Ilídio Alexandre da Cruz
Janira Isabel Fonseca Hopffer Almada
Januária Tavares Silva Moreira da Costa
<b>João Pereira Silva</b>
Jorge Homero Tolentino Araújo
<b>José Brito</b>
José Carlos Lopes Correia
José Luís Jesus
José Luís Livramento Monteiro Silva
José Manuel Andrade
José Maria Fernandes da Veiga

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

José Maria Neves
Júlio Lopes Correia
Leonesa Maria do Nascimento Lima
Lívio Fernandes Lopes
Manuel da Paixão Santos Faustino
Manuel Inocêncio Sousa
Maria Cristina Lopes Almeida Fontes Lima
Maria de Fátima Lima Veiga
Maria Fernanda tavares Fernandes
Mário Lúcio Matias de Sousa Mendes
Mário Ramos Perreira Silva
Marisa Helena do Nascimento Morais
Rui Alberto Figueiredo Soares
Rui Mendes Semedo
Sara Maria Duarte Lopes
Sidónio Fontes Lima Monteiro
Vera Valentina de Melo Duarte Lobo de Pina
<b>André Corsino Tolentino – Ministro da Educação em 1975</b>

**José Brito – Ministro em 1975<sup>65</sup>**

### **Anexo 3: Coordenadores do curso de direito entrevistados**

Nome	Instituição
António Pedro Gonçalves	ISCJS
José Pina Delgado	ISCJS
Emanuel Sousa	US
Maria Santa de Pina <sup>66</sup>	Uni-Jean Piaget*

---

<sup>65</sup> André Corsino Tolentino – Ministro da Educação em 1975 e José Brito – Ministro em 1975 são duas pessoas que já foram ministros no período antes de 1991, mas que são pessoas chaves que ajudam a compreender o processo de recrutamento dos ministros e a estrutura educacional cabo-verdiana desde os seus primórdios devido às suas especificidades de trajetórias e o papel que desempenharam.

<sup>66</sup> \*A coordenadora foi contatada pessoalmente, mas não foi possível entrevistá-la. Os questionamentos foram encaminhados por via de email, conforme a solicitação da coordenadora como forma de organizar melhor as respostas, mas não nos foi retornado as respostas mesmo depois de muitas insistências através das mensagens enviadas após regressar ao Brasil.

**Anexo 4: Lista dos ministros contatados e que não foi possível entrevistar**

<b>Nº</b>	<b>Ministro</b>	<b>Via de contato</b>
1	Alexandre Dias Monteiro	Através de carta – Eletra Pessoalmente
2	António Guarberto do Rosário	Celular e facebook
3	António Joaquim Rocha Mendes Fernandes	Celular (Recusou)
4	Edeltrudes Rodrigues Pires Neves	Email e Viber.
5	Filomena de Fátima Ribeiro Vieira Martins	Email. Celular (Liga depois...) e Viber
6	João Pinto Serra	Carta BCV. Pessoalmente
7	Maria Madalena Brito Neves	Telefone
8	Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira	Email. Carta INPS. Pessoalmente.
9	Orlando Pereira Dias	Email
10	Rui Figueiredo Soares	Viber
11	Simão Gomes Monteiro	Carta CV- Telecom. Pessoalmente
12	Ramiro Andrade Alves Azevedo	Viber
13	José António Mendes dos Reis	Celular/Viber (indisponível)
14	Fátima Maria Carvalho Fialho	Telefone
15	Jorge Carlos Almeida Fonseca	Carta na presidência. Mensagem por email pessoal e do conselheiro.
16	José Luis Livramento Monteiro Silva	Carta CV-Telecom
17	Mário Fernandes	Viber
18	Leao Lopes	Email
19	Basílio Mosso Ramos	Lisboa (positivo)
20	Emanuel Antero Garcia	Timor (Positivo).
21	Luis de Sousa Nobre Leite	Aceitou, mas foi na véspera da viagem ao Brasil cancelou
22	Gustavo Agnaldo Lima Araújo	Email

### Anexo 5: Questionário estruturado

#### Dimensão I: Perfil Social

##### Identificação

- 1.a) Sexo: 1. Masculino [ ]      2. Feminino [ ]
- 1.b) Idade [ ] anos
- 1.c) Estado Civil. 1. Casado (a)/União de fato [ ] 2. Solteiro (a) [ ] 3. Separado (a)/divorciado [ ] (a)
4. Viúvo (a) [ ]

##### Origem geográfica

- 1.d) Freguesia onde nasceu \_\_\_\_\_
- 1.e) Ilha onde nasceu \_\_\_\_\_
- 1.f) País onde nasceu (caso tenha nascido fora de Cabo Verde) \_\_\_\_\_
- 1.g) Ilha onde nasceu a sua mãe \_\_\_\_\_
- 1.h) Ilha onde nasceu o seu pai \_\_\_\_\_

#### Dimensão II: Perfil acadêmico

##### 2) Trajetória escolar

- 2.1) Qual a escola em que concluiu seu ensino primário ou equivalente?  
a) Nome e município: \_\_\_\_\_
- 2.2) Qual o liceu em que concluiu seu ensino secundário ou equivalente?  
a) Nome e município: \_\_\_\_\_
- 2.3) Quais os cursos superiores que você concluiu e obteve um certificado?

Curso	Ano	Nível de instrução	Instituição de ensino/País

- 2.4) Qual o nível de instrução mais elevado que seus pais concluíram e obtiveram um certificado.

**Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)**

Nível de Instrução	Mãe	Instituição de ensino	Pai	Instituição de ensino
Ensino Primário antigo (ex-4ª classe)				
Ensino Básico completo ou equivalente				
3º Ano do Curso Geral (ex-5º ano)				
Ensino Secundário (ex - 7º ou 12º anos)				
Ensino Médio				
Bacharelato				
Licenciatura				
Mestrado				
Doutorado				
Sem nível de instrução				

**3a) Profissão**

3.1) Qual a sua profissão atual? (No caso de exercer várias, indique aquela que considera a principal)

\_\_\_\_\_

3.2) Qual a profissão da sua mãe? (Caso nunca trabalhou indique se é: desempregado que nunca trabalhou, inativo (deficiente) \_\_\_\_\_

3.3) Qual a profissão do seu pai? (Caso nunca trabalhou indique se é: desempregado que nunca trabalhou, inativo (deficiente) \_\_\_\_\_

3.4) Qual a profissão dos seguintes ascendentes? (especificar ao máximo)

Avô Materno	
Avó Materna	
Avô Paterno	
Avó Paterna	

**3b) Trajetória profissional**

3.5) Qual o ano em que desempenhou funções de ministro do Estado [       ]

3.6) Quais os empregos ou atividades profissionais que desempenhou dentro do governo (informe em ordem cronológica)

Período	Emprego/Ocupação	Ministério

**Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)**

--	--	--

3.7) Quais os empregos ou atividades profissionais que exerceu anteriormente? (Informe em ordem de precedência):

Emprego/Ocupação	Instituição	Período
1.		
2.		
3.		
4.		

3.8) Quais empregos ou atividades profissionais que exerceu na Administração pública ou numa instituição privada? (Indique todos os empregos ou ocupações exercidas, por instituição e regime de trabalho):

Emprego/Ocupação	Instituição pública ou privada	Periodo
1.		
2.		
3.		
4.		

3.9) Desempenhou outros cargos de chefia na Administração pública?

Não [ ]

Sim [ ]

3.10) Se sim, indique-os por ordem de precedência

Cargos de chefia	Instituição	Periodo (ano de início e fim)
1.		
2.		
3.		
4.		

3.11) Desempenhou outros cargos de chefia em instituições privadas?

Não [ ] Sim [ ]

3.12) Se sim, indique-os por ordem de precedência

Cargos de chefia	Instituição	Periodo (ano de início e fim)
1.		
2.		

**Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)**

---

3.		
4.		

**Dimensão IV: Engajamento associativo e político**

4a) Simpatia/militância partidária

4.1) É ou já foi simpatizante de algum partido político?

Não [ ]

Sim [ ] Qual (ais) \_\_\_\_\_

4.2) É ou já foi militante de algum partido político?

Não [ ]

Sim [ ] Qual (ais) \_\_\_\_\_

4b) Engajamento associativo

4.3) Você teve/tem oportunidade de participar de associações profissionais ou sindicatos? Em caso afirmativo, especificar todas as associações profissionais e sindicatos dos quais participa:

---

---

---

14) Já exerceu cargo(s) de direção em sindicatos ou associações profissionais?

a) Não [ ]

b) Sim [ ] 18) Qual (ais)? \_\_\_\_\_

(Cargo, Associação, período)

---

---

---

**5. Critérios de nomeação**

5.1) Quais critérios considera serem relevantes na base da sua nomeação para cargo de ministro (a)?

a) Competência técnica [ ]

b) Formação acadêmica [ ]

c) Capital político [ ]

d) Origem regional [ ]

e) Relações de confiança com o Primeiro-Ministro de tutela [ ]

f) Outros (especificar) \_\_\_\_\_

Formação acadêmica e a ocupação de Cargos Públicos em Cabo Verde:  
Reconstrução da Trajetória dos Ministros no período democrático (1991-2015)

---

g) Não sabe/não responde [ ]

5.2) Considera seu círculo de amizades

a) Grande [ ] b) Pequeno [ ] 5.3 Porquê? \_\_\_\_\_

Identificação (Facultativo, Indicar apenas o primeiro e o último nome) \_\_\_\_\_

Obrigada!

\_\_\_\_\_  
A pesquisadora,  
Maria Filomena Moreira Semedo